

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**  
**ESCOLA DE ARQUITETURA - EA**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Luiz Felipe Velloso Leal

**ABORDAGEM SÓCIO-ESPACIAL:**  
**RUMO A ASSESSORIA PROBLEMATIZADORA**

Belo Horizonte/MG

2021

Luiz Felipe Velloso Leal

**ABORDAGEM SÓCIO-ESPACIAL:**

**RUMO A ASSESSORIA PROBLEMATIZADORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Linha de Pesquisa: Produção, projeto e experiência do espaço

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes

Belo Horizonte/MG

2021

#### FICHA CATALOGRÁFICA

L435a Leal, Luiz Felipe Velloso.  
Abordagem sócio-espacial [manuscrito] : rumo a assessoria problematizadora / Luiz Felipe Velloso Leal. - 2021.  
121 f. : il.

Orientadora: Marcela Silviano Brandão Lopes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Teses. 2. Educação - Teses. 3. Aprendizagem - teses. 4. Autogestão - Teses. I. Lopes, Marcela Silviano Brandão. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.028



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOI HA DE APROVAÇÃO

**Abordagem sócio-espacial: rumo a assessoria problematizadora**

**LUIZ FELIPE VELLOSO LEAL**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 9 de novembro de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Marcela Silvano Brandão Lopes Orientadora  
EA-UFMG

Profa. Dra. Ana Paula Batazar dos Santos  
EA-UFMG

Profa. Dra. Karina Oliveira Leitão  
FAU-USP

Belo Horizonte, 9 de novembro de 2021.

## AGRADECIMENTOS

À Leta, queridíssima que muito me inspira pela simplicidade e franqueza, pela referência que é na contestação das atrocidades corriqueiras de nossa sociedade e pela possibilidade de olhar com ela o mundo de outra forma.

Ao Dani, pela amizade, pelas conversas de alívio e pelas trocas de angústias acerca do complicado tempo em que vivemos.

À Marcela, pelas orientações provocadoras, pela paciência e pela compreensão de minhas ingenuidades em relação a este denso universo acadêmico.

A todos os moradores e moradoras da Ocupação Esperança, que enfrentam as mais diversas violências cotidianamente, e ainda assim, seguem vivos, produzindo arte, riqueza, alegria e amor. Foi realmente honroso poder ouvir e ser ouvido por estas pessoas tão fortes e humanas. À Edna, Luizinho, Rose, D. Marta e S. Zézinho, por todas as aulas da vida que me deram. Estas aulas eu não mataria por nenhum cigarro no corredor.

A todos os militantes do MLB, pelos ensinamentos revolucionários, pelo exemplo de persistência e disciplina, e pelo caloroso acolhimento que pude receber no movimento. À Letícia, pelo carinho e pelo exemplo impecável de uma militância com leveza e simpatia.

Ao Tiago Castelo Branco, pela amizade e pelo sarcasmo impetuoso e educador. A todas as pesquisadoras do Escritório de Integração, pela oportunidade de troca de saberes e experiências sem protocolos, com o encantamento que me fez outro.

À Ana Baltazar, pelos direcionamentos fundamentais a este processo e pelas exposições do rigor crítico que a leitura deste mundo nos obriga a buscar. A todos e todas as integrantes do grupo de estudos da pedagogia sócio-espacial, que em árduos períodos pandêmicos, me foram base de companhia e reflexão.

À minha mãe, pela sua trajetória de luta, pela compreensão e apoio às minhas decisões e identificações. A história de sua dedicação me serve, diariamente, de base para prosseguir. À Laura, pelo exemplo de busca tenaz de seus objetivos. Ao Arthur, meu sobrinho, que já é emergência da esperança de um futuro possível.

À Paula, pela disponibilidade e pelos esclarecimentos acerca do intrincado universo NPGAU.

À CAPES pela bolsa que foi fundamental durante todo este processo.

Não quero dar uma explicação que seja válida para todos, mas com frequência penso que isso se apresenta dessa forma. Durante dez ou quinze anos, vivi assim, sem preocupação; sem preocupação porque estava convencido de que alguma coisa aconteceria. Talvez, poderão me dizer, eu tivesse ao menos preocupação com essa coisa. Mas, não, nem isso. Eu esperava por ela, como também esperava por muitas coisas, mas nada fazia para saber do que se tratava.

Fantz Fanon

## RESUMO

Esta dissertação busca contribuir para a construção de uma teoria sócio-espacial a partir da mobilização de alguns trabalhos de extensão influenciados pela Assessoria Técnica Direta construída pelo Escritório de Integração e vinculados ao curso de arquitetura e urbanismo da PUC – MG. Autogestão sócio-espacial é a noção adotada como referência para estabelecer um horizonte de transformação radical, no qual o modo de produção capitalista seria superado. Para tal, o conceito de reprodução das relações sociais de produção desenvolvido por Lefebvre é tratado à luz desta ótica sócio-espacial, no sentido de indicar características do movimento do capital através e na produção do espaço urbano. A práxis autonomista elucidada por Cornelius Castoriadis compõe igualmente este horizonte autogestionário levando-se em conta a produção de relações sociais constituídas, em parte, por subjetividades que apresentam uma cisão representada na figura do Eu e do Outro. A autonomia inscrita na proposta da autogestão sócio-espacial é, por isso, caracterizada tanto pela práxis ao nível de situações locais, diretamente envolvidas nos trabalhos de assessoria, quanto por horizontes globais de emancipação em relação à dinâmica do atual modo de produção social. Desse modo, assessoria problematizadora significa estabelecer esforços na direção desta autonomia, tendo como base práticas menos atreladas ao caráter produtivista da mera resolução de problemas e mais empenhadas na construção de ambientes que possam favorecer a emergência de novos problemas, e com eles, novas aprendizagens. Seguindo este raciocínio, a problematização-aprendizagem foi um termo adotado para apontar direções a serem tomadas pelas situações educativas que caracterizam contatos entre saberes técnico e popular. Assim, os processos que derivam do encontro entre técnico e morador pobre, recorrentes na assessoria em arquitetura urbana, são enfatizados em oposição aos produtos espaciais heterônomos, que aparecem como necessidade inegociável dos assessorados. Portanto, as experiências de trabalho relatadas revelam como seria indispensável assumir o caráter pedagógico da abordagem sócio-espacial, apostando assim, que processos de aprendizagem não-heterônomos podem ser acionados por meio de engajamentos e exercícios críticos problematizadores. A pedagogia sócio-espacial, para além de nomear um grupo de estudos do qual este autor faz parte, seria uma contribuição fundamental à construção da teoria sócio-espacial, que no caso desta investigação, serve de orientação para debater sobre aspectos educacionais presente nas práticas de assessoria.

**Palavras chave:** Espaço urbano. Educação. Aprendizagem. Autogestão.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## ABSTRACT

This dissertation seeks to contribute to the construction of a socio-spatial theory based on the mobilization of some extension work influenced by Direct Technical Consultancy built by the Integration Office and linked to the Architecture and Urbanism course at PUC - MG. Social-spatial self-management is the notion adopted as reference to establish a horizon of radical transformation, in which the capitalist mode of production would be overcome. To this end, the concept of reproduction of the social relations of production developed by Lefebvre is treated in the light of this social-spatial perspective, in order to indicate characteristics of the movement of capital through and in the production of urban space. The autonomist praxis elucidated by Cornelius Castoriadis also composes this self-management horizon, taking into account the production of social relations constituted, in part, by subjectivities that present a split represented in the figure of the Self and the Other. The autonomy inscribed in the proposal of socio-spatial self-management is, therefore, characterized both by praxis at the level of local situations, directly involved in the consultancy work, and by global horizons of emancipation in relation to the dynamics of the current mode of social production. In this way, problematizing consultancy means establishing efforts towards this autonomy, based on practices that are less tied to the productivist character of mere problem solving and more committed to the construction of environments that can favor the emergence of new problems, and with them, new learning. Following this reasoning, problematization-learning was a term adopted to point out directions to be taken by educational situations that characterize contacts between technical and popular knowledge. Thus, the processes that derive from the encounter between technician and poor dweller, recurrent in urban architecture consultancy, are emphasized in opposition to the heteronomous spatial products, which appear as a non-negotiable need of the consulted. Therefore, the reported work experiences reveal how indispensable it would be to assume the pedagogical character of the socio-spatial approach, betting that non-heteronomous learning processes can be activated through critical problematizing engagements and exercises. Socio-spatial pedagogy, besides naming a study group of which this author is a member, would be a fundamental contribution to the construction of socio-spatial theory, which in the case of this research, serves as a guideline to discuss educational aspects present in consultancy practices.

Keywords: Urban space. Education. Learning. Self-management.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	– Representação da política moderna –	36
Figura 02	– O Estado decreta a abolição da sociedade civil –	38
Figura 03	– A sociedade civil abole o Estado –	38
Figura 04	– Representação marxiana do caminho para emancipação –	39
Figura 05	– O Ego suprimiria o Id –	40
Figura 06	– Supressão do Ego pelo Id –	40
Figura 07	– Relação autonomista –	41
Figura 08	– Práxis autonomista –	42
Figura 09	– Auto-alienação –	42
Figura 10	– A-história –	43
Figura 11	– Auto-instituição–	44
Figura 12	– Transformação sócio-espacial –	45
Figura 13	– Autogestão sócio-espacial –	46
Figura 14	– Representação de BH–	62
Figura 15	– Representação da região da Izidora –	63
Figura 16	– Fotografias da Horta Coletiva –	82
Figura 17	– Fotografia de quintais produtivos –	82
Figura 18	– Mapas de campo –	82
Figura 19	– A sociedade civil abole o Estado –	84
Figura 20	– Terreno do Centro de Convivência –	89
Figura 21	– Terreno do Centro de Convivência –	90
Figura 22	– Assembleia para o Centro de Convivência –	91
Figura 23	– Momento de doação de roupas –	93
Figura 24	– Desenho do S. Zé –	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH	Belo Horizonte
CC	Centro de Convivência
CMH	Conselho Municipal de Habitação
EI	Escritório de Integração
FBHP	Frente BH Popular
FBV	Federação de Bairros e Vilas
FMH	Fundo Municipal de Habitação
FTBH	Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte
GPU	Grandes Empreendimentos Urbanos
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MLB	Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas
NuQ	Núcleo de Estudos de Populações Tradicionais e Quilombolas
OP	Orçamento Participativo
OUI	Operação Urbana Simplificada do Isidoro
PA	Programa Alvorada
PGE	Plano Global Específico
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SMH	Sistema Municipal de Habitação
TFG	Trabalho Final de Graduação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
URBEL	Companhia Urbanizadora de Habitação de Belo Horizonte
UTP	União dos Trabalhadores da Periferia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. RELAÇÕES INSTITUÍDAS E TRANSFORMAÇÃO RADICAL.....	20
1.1. Abordagem sócio-espacial: espaço cotidiano como alicerce para transformação radical.....	21
1.2. Vir a ser outro (espaço) da sociedade instituída.....	28
1.3. Autogestão sócio-espacial: horizonte emancipatório.....	35
2. CONTATO ENTRE SABERES: PROBLEMATIZAÇÃO E APRENDIZAGEM.....	47
2.1. Canais participativos e políticas municipais de habitação.....	47
2.2. Lutas diretas pela moradia: qual moradia?.....	60
2.2.1. Primeiras invasões capitalistas.....	62
2.2.2. Continuidade das invasões capitalistas.....	68
2.3. Assessoria Técnica Direta: abordagem do Escritório de Integração.....	74
2.3.1. Espaço cotidiano de cultivo de alimentos.....	79
2.3.2. Mobilizações para o Centro de Convivência da Ocupação Esperança.....	87
3. CARÁTER PEDAGÓGICO DA ABORDAGEM SÓCIO-ESPACIAL OU PEDAGOGIA SÓCIO-ESPACIAL.....	99
4. (QUASE)CONCLUSÕES.....	107
5. REFERÊNCIAS.....	112

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou investigar a pertinência da abordagem sócio-espacial para ampliar possibilidades de avanços nos processos envolvidos em assessorias técnicas rumo a direções mais problematizadoras. Algumas iniciativas de assessoria vinculada extensão acadêmica em contato com Ocupações Urbanas<sup>1</sup> são apresentadas a partir do vínculo deste autor com trabalhos do Escritório de Integração (EI), esfera de pesquisa e extensão do curso de arquitetura e urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), e com lideranças, moradores, apoiadores, técnicos, movimentos sociais etc. envolvidos nas disputas das Ocupações da Izidora, em Belo Horizonte (BH). A noção de autogestão sócio-espacial foi adotada como horizonte emancipatório, a partir da mobilização de conceitos que abarcam a superação do modo de produção capitalista. Das experiências vinculadas à universidade com as quais foi possível a este autor contribuir para construção, foram descritas aquelas que seriam mais pertinentes para problematização e aprendizagem tendo em vista a construção deste horizonte de transformação radical.

Num processo dinâmico de construção de conceitos e métodos adotados pelo Escritório de Integração, a Assessoria Técnica Direta é caracterizada por um enfoque sócio-ambiental que evidencia a centralidade da experiência corporal e material do e no espaço. Situações familiares aos assessorados, como a autoconstrução da moradia, para a qual o trabalho manual é central, foram intensamente focadas nas atividades extensionistas do EI. Por esta ótica, foi oferecida aos estudantes a possibilidade de participar de situações em que a autoconstrução do espaço urbano é predominante, em contato direto com sua materialização. Esta perspectiva perpassa a construção de métodos de fazer-pensando que buscam apreender e contribuir com saberes outros, que ultrapassam a universidade. Os limites percebidos a partir dos trabalhos vinculados à Assessoria Técnica Direta trouxeram contribuições críticas valiosas para a reflexão sócio-espacial, bem como numerosas situações a serem avaliadas como exemplos.

---

<sup>1</sup> Toda ocupação humana na cidade pode ser entendida como uma ocupação urbana. Porém, o termo Ocupação Urbana, com letras maiúsculas, refere-se a situações nas quais um imóvel abandonado é ocupado como estratégia específica de torná-lo moradia para as famílias que se organizaram nesta ação. Usualmente, as Ocupações Urbanas estão vinculadas e/ou recebem o apoio de movimentos sociais organizados a nível nacional.

As inquietações que levaram esta investigação adiante estão vinculadas à questão do encontro entre saber técnico-escolarizado e saber popular, e à relação de poder que se estabelece nestas situações. A posição que profissionais de planejamento e arquitetura urbanos assumem diante desta relação também foi uma questão central para elaboração do Trabalho Final de Graduação (TFG)<sup>2</sup>, para o qual a influência do EI foi decisiva. Uma parte considerável das iniciativas envolvidas neste TFG foi motivada pela constatação de que o campo profissional da arquitetura urbana tende a ser idealizado como um serviço para melhorar o espaço urbano de forma geral. De forma quase exclusiva, esta atuação serve à clientes que ocupam posições sociais privilegiadas, vinculados aos poderes instituídos, como grandes empresas, famílias pequeno-burguesas e o próprio Estado. Algumas inquietações surgiram a partir da constatação de que planejamento e arquitetura urbanos são regulados e/ou executados pelo Estado, de forma que mesmo com pouca ou média participação dos setores populares tal planejamento pode contribuir para aprofundar a passividade e o individualismo que caracterizam a sociedade civil como um todo.

A maioria das disciplinas do curso de arquitetura e urbanismo da PUC-MG prioriza o ensino do projeto convencional, fortemente vinculado ao desenho prescritivo e aos espaços associados às instituições das sociedades burguesas. Mais que isso, os mecanismos de representação prescritiva e hegemonicamente estabelecidos na formação em arquitetura caracterizam processos pelos quais o espaço urbano é (re)produzido para acumulação de capital. A chamada boa arquitetura é cultivada entre pares de profissão e remetem aos valores historicamente instituídos, aos quais somos constantemente chamados a reforçar. A extensão promovida pelo EI, as disciplinas e as diversas movimentações e provocações que promove são fundamentais para estabelecer alguma contraposição à esta predominância fetichizada das funções que a arquitetura urbana pode assumir enquanto campo de atuação profissional para o conjunto da sociedade.

O contato com Ocupações Urbanas, e, de um modo geral, os trabalhos de arquitetos urbanistas com moradores de setores urbanos socialmente marginalizados não são novos do ponto de vista da atividade profissional, contudo, ainda são predominantemente

---

<sup>2</sup> O título deste trabalho foi: *O papel do arquiteto e urbanista no espaço não institucionalizado da cidade. Uma experiência prática nas Ocupações da Izidora*. Foi orientado pelo professor Tiago Castelo Branco Lourenço, em 2017.

desestimulados e pouco empreendidos por estudantes da área. Ao iniciar as atividades que serão relatadas neste texto, a partir do apoio do EI, algumas situações provocaram incômodos, e, conseqüentemente, reflexões sobre como o exercício técnico-profissional poderia contornar as imposições de saberes técnico-especializados sobre outros saberes, que, genericamente, estão vinculados a outras formas de representar, apreender e produzir espaço. Mesmo ciente desta imposição, ligada à origem da arquitetura urbana moderna, a extensão acadêmica parece insuficiente para modificar estas condições estruturais. Desse modo, nos trabalhos junto a lideranças e moradores de Ocupações, algumas questões emergiram: o que viria ser um posicionamento não impositivo? Os saberes técnico-científicos transmitidos na e pela universidade deveriam então ser abandonados? Como construir um ambiente no qual possa emergir o “saber com” tendo sido formado em instituições educacionais nas quais prevalecem heteronomias de toda ordem? Existiria alguma atuação profissional no campo da arquitetura urbana capaz de desdobrar-se em ganhos efetivos de autonomia em relação aos saberes não-especializados e numa direção emancipatória coletiva? Estes questionamentos, em alguma medida, não poderiam ser plenamente respondidos, e, noutra medida, esta investigação busca respondê-los.

Um dos conceitos mobilizados, a reprodução das relações sociais de produção, desenvolvido por Henry Lefebvre, [1973] 1976, sugere movimento ao modo de produção capitalista, que (re)cria condições para sua manutenção. Neste processo de reprodução, que é, em alguma medida, também renovação, a produção heterônoma do espaço social (espaço urbano) aparece como algo externo às práticas sociais e intransponível através das ações e reflexões humanas. Este conceito chama atenção para situações que tendem a reforçar a predominância da heteronomia na produção do espaço, na qual os problemas individuais seriam opostos aos problemas coletivos. Da mesma forma, seria também na e através da produção do espaço urbano que as possibilidades de transformação radical poderiam surgir enquanto brechas, enquanto aberturas estreitas e incompletas diante das circunstâncias sociais e espaciais contemporâneas, mas com potência radicalizadora.

O segundo conceito aqui mobilizado, e não menos importante, foi pensado por Cornelius Castoriadis, [1975] 1982. Trata-se de seus esforços para delinear a *auto-alteração da sociedade* pelas significações imaginárias sociais. O autor revela que esta alteração não tem sido reconhecida socialmente enquanto atividade social, mas enquanto resultado de forças

“inconscientes”. Por isso, recorre à psicanálise freudiana e lacaniana para retomar esforços de tratamento clínico, apontando o caráter imaginário da dinâmica envolvida em transformações subjetivas e sociais. Nessa relação entre subjetividade e sociedade, Castoriadis formula os conceitos de sociedade instituída, que pode remeter à reprodução irrefletida das situações cotidianas individuais, e de sociedade instituinte, sugerindo que a reprodução não é absoluta, mas, em algum grau, faz emergir o que é novo. Por este motivo, autonomia individual e autonomia coletiva, para o autor, só poderiam ser tomadas a partir da relação entre elas, indicando uma práxis autonomista.

Desse modo, abordagem sócio-espacial é tratada nesta investigação a partir destes dois autores<sup>3</sup>, no sentido de ampliar os horizontes de transformação das condições urbanas adotados nas práticas de assessoria técnica, apostando na necessidade pela radicalização problematizadora. Cabe destacar que abordagem sócio-espacial foi um termo usado por Guilherme Arruda em sua tese de doutorado<sup>4</sup>. Segundo ele,

Uma abordagem sócio-espacial é distinta de uma abordagem apenas espacial (problemas urbanísticos desatrelados do contexto social como se fossem universais) ou de uma abordagem apenas social (abordando problemas sociais independentemente do espaço construído), relacionando conhecimento tanto técnico (dos campos da arquitetura, sociologia, geografia etc.) quanto cotidiano de quem vive a realidade em questão. (Arruda, 2021, p. 20).

Tendo em vista que o modo de produção capitalista é um movimento a nível global, as brechas transformadoras ao nível da escala local ou microlocal não são menos importantes. Pelo contrário, a relação social capitalista propõe uma lógica civilizatória que invade as localidades, e, neste sentido, para avançar numa direção emancipatória, a transformação sócio-espacial a ser perseguida pelas assessorias se traduziria nos esforços de ampliar sua capacidade de criar *ambientes problematizadores*<sup>5</sup>, nos quais impasses concretos possam emergir como desafio, superando situações onde predominam os fatalismos individualistas.

<sup>3</sup> Os textos que foram mais detalhadamente considerados nesta dissertação são: *The Survival of Capitalism*, [1973] 1976, de Lefebvre e *A instituição imaginária da sociedade*, [1975] 1982, de Castoriadis. Os dois autores, embora tenham vivido do início do século XX em diante, não compartilharam suas ideias diretamente (Bomfim, 2019, p. 38). Neste sentido, as associações entre suas reflexões é parte do esforço e da responsabilidade assumidos nesta investigação.

<sup>4</sup> ARRUDA, Guilherme Ferreira de. *Pedagogia sócio-espacial para a democracia radical: uma experiência mediada por interfaces em Glaura*, 2021.

<sup>5</sup> Este termo deriva do conceito de diálogos problematizadores, de Paulo Freire, [1968] 2016, e integra esforços de elucidação do aspecto pedagógico que caracteriza esta ótica sócio-espacial. São esforços realizados pelo grupo de estudos do qual este autor faz parte, chamado pedagogia sócio-espacial.

A ótica sócio-espacial tende a facilitar que estes ambientes sejam criados porque evidencia associações dialéticas entre espaço e relações sociais. É uma perspectiva que busca evitar, neste sentido, que o espaço apareça como mera plataforma material para as relações sociais, ao mesmo tempo em que as relações sociais não poderiam ser reais sem o espaço.

Autogestão sócio-espacial foi o termo adotado nesta pesquisa para mencionar o horizonte de transformação requerido por abordagens sócio-espaciais. Para tal, a construção de associações entre Lefebvre e Castoriadis se apoiou em alguns aspectos da teoria marxiana. A distinção que Thamy Pogrebinski, 2009, realizou entre o político e a política moderna, a partir de novas interpretações dos textos de Marx, nos permite afirmar que este horizonte de superação do modo de produção capitalista implica o desvanecimento do Estado (e da sociedade civil). Autogestão sócio-espacial, neste sentido, representa empenhos de aproximação entre este horizonte, que envolve um movimento global de expansão histórica do capital, e contextos locais e microlocais contemporâneos para os quais as assessorias concretamente se dirigem.

O espaço concreto investigado nesta pesquisa é hoje conhecido como região da Izidora, em Belo Horizonte. Aspectos acerca da trajetória da produção deste espaço serão apresentados buscando evidenciar a questão das “transferências” de propriedade, em controversos episódios que envolvem, predominantemente, o Quilombo das Mangueiras e a família Werneck. Também será apontada a capitalização das rendas fundiárias, com o protagonismo dos capitais incorporador, imobiliário e fundiário, para os quais as estratégias rentistas não fariam sentido sem as diretrizes, ferramentas e parâmetros acionados pelo planejamento urbano.

A criação e o desenvolvimento das Ocupações Urbanas na região da Izidora são analisados como resultado do acúmulo de lutas sociais em BH, pelo menos desde o fim da ditadura militar. Desde modo, cabe destacar a importância das distintas políticas municipais de habitação, bem como suas tendências participativas que estimularam aprofundamentos importantes na concretização de avanços e no debate sobre a questão da moradia na cidade. Por outro lado, a participação institucionalizada, que não se confunde com autogestão, tende à reprodução de lógicas que priorizam a entrega irrefletida de produtos arquitetônicos, desfavoráveis à construção de abordagens sócio-espaciais. Isto é, embora em distintos momentos, os setores populares puderam fazer escolhas em determinadas etapas das

políticas institucionais, permanece a tendência de intervenção convencional: diagnóstico-planejamento-execução e/ou levantamento-projeto-obra. Este enquadramento parece reduzir as possibilidades de valorização dos aspectos cotidianos dos chamados beneficiários de determinado programa ou política habitacional. Os problemas mais imediatos – as relações que dizem respeito às situações corriqueiras das pessoas – são considerados nesses processos institucionais em momentos específicos, através de representantes destas situações, o que tende a desconsiderar importantes diferenças e dissensos na escala microlocal. Sem levar em conta estas características heterogêneas das territorialidades locais, as possibilidades de aprofundamentos problematizadores tendem a se afastar e a dependência por agentes externos (geralmente técnicos escolarizados vinculados à universidade ou ao Estado) tende a aumentar. Neste sentido, a assessoria problematizadora seria aquela preocupada com a capacidade dos “usadores” do espaço local de deslocar suas reivindicações individuais no sentido de apreender as relações entre os problemas, coletivizando-os, ampliando sua atividade e ressignificando seu papel diante dos agentes envolvidos por meio da reflexão e do diálogo.

Ambientes problematizadores são situações em que aspectos simultaneamente pedagógicos e sócio-espaciais possam emergir. Isto é, uma vez que o espaço social é a realização das relações sociais, quando a responsabilidade e as decisões sobre transformações espaciais pontuais são atribuídas a agentes externos à localidade, prevalece a perspectiva da instrução, que faz aparecer técnicas, procedimentos e normas vindas de fora como necessidades a ser “atendidas”. Este raciocínio “instrucionista” não está presente apenas no âmbito da intervenção formal no espaço, mas, de uma forma geral, define o sentido do termo educação, instituído nas e pelas sociedades burguesas. Por isso, a relação entre prática social e aprendizagem é indispensável do ponto de vista pedagógico sócio-espacial, ou seja, do ponto de vista da pedagogia sócio-espacial<sup>6</sup>.

[...] é importante reforçar que a ideia de pedagogia sócio-espacial aqui apresentada não é estanque, ou seja, é uma investigação em curso que, mais do que definir um método ou um passo

---

<sup>6</sup> Cabe destacar que pedagogia sócio-espacial é o nome de um grupo de estudos que se reúne semanalmente desde abril de 2020, do qual faço parte. É uma construção que vem sendo mobilizada ao longo de trabalhos de campo e de pesquisas vinculadas majoritariamente aos grupos de pesquisa MOM e LAGEAR, na Escola de Arquitetura da UFMG.

a passo a ser reproduzido, tem o objetivo de fazer apontamentos positivos e negativos para quaisquer atuações que, por meio de uma abordagem sócio-espacial, visam à emancipação e à autonomia das pessoas. (Arruda, 2021, p. 153)

O aprendizado enquanto processo, a aprendizagem, não é exclusividade da educação escolar, ocorre nas e pelas relações sócio-espaciais. Neste sentido, não há educação que transforme a sociedade sem que as condições para aprendizagens possam permitir que as pessoas estejam engajadas nesta transformação. Aposta-se, portanto, que esse engajamento poderia advir da problematização das relações concretas no e pelo espaço cotidiano, delineando a noção de *autoaprendizagem*. O sistema escolar tem papel central na reprodução das relações sociais porque reforça ciclicamente a herança instituída da educação burguesa e “esconde” a correspondência entre a transformação social e o espaço da prática social. A aprendizagem nas e pelas relações sócio-espaciais, por isso, não é reconhecida como válida para educar. Tanto a “desescolarização” da sociedade, trazida através das reflexões de Ivan Illich, [1971] 1985, quanto os diálogos problematizadores, pensados por Paulo Freire, [1968] 2016, apontam para uma direção em que a autoconstrução do conhecimento se faz necessária para emancipação:

Falamos em autoconstrução do conhecimento porque o conhecimento que nos interessa aqui – associado a uma consciência crítica – não é transferível, mas construído por meio do diálogo. [...] Assim, uma vez que um processo pedagógico libertário busca a autoconstrução do conhecimento sobre a própria realidade, apostamos na abordagem sócio-espacial como estratégia para incitar a problematização conscientemente crítica necessária a qualquer cidadão emancipado. (Arruda, 2021, p. 20)

O primeiro capítulo desta pesquisa apresenta a noção de abordagem sócio-espacial adotada. No tópico 1.1., o conceito de reprodução das relações sociais de produção lefebvriano estabelece relações entre produção do espaço e dinâmica do capital, identificando a emancipação em relação à superação do modo de produção capitalista. Para tal, o espaço da vida cotidiana seria central. No tópico 1.2., a autonomia que Castoriadis menciona é debatida à luz da relação entre espaço e relações subjetivas, sem as quais não haveria relação social, ou mais especificamente, relações sócio-espaciais. A práxis autonomista tratada pelo autor associa algumas reflexões básicas acerca do tratamento clínico de sintomas subjetivos com a esfera do social-histórico. No tópico 1.3., a autogestão sócio-espacial foi o termo adotado para estabelecer um horizonte emancipatório através da

associação dos conceitos mobilizados. Trata-se de uma aposta que poderia servir de referência, como parte dos esforços de construção de uma teoria sócio-espacial, para o aprofundamento do caráter problematizador das assessorias em arquitetura urbana.

O segundo capítulo trata de situações associadas à problematização e à aprendizagem em relação a atividades nas quais se estabelece um contato direto entre saberes adquiridos através de trajetórias profundamente distintas, como no caso dos trabalhos de assessoria. O tópico 2.1. discorre sobre políticas municipais de habitação em BH, diferenciando a abertura de canais participativos aos setores populares do horizonte autogestionário implicado em abordagens sócio-espaciais. Mesmo sem deixar de lado a importância das políticas de BH para o cenário nacional de luta por moradia, é possível notar cristalizações nos processos de intervenção do espaço local construído, situações que tendem a reforçar o vínculo entre propriedade privada e cidadania e, com isso, ampliar a apatia política e a individualização institucionalizada. O tópico 2.2. trata do território hoje conhecido como região da Izidora, que poderia servir de exemplo para exposição da relação entre produção do espaço urbano, neste caso, a expansão de BH, e a dinâmica pela qual o modo de produção capitalista invade localidades. É notório, neste sentido, a facilidade com que o termo invasão se inverte em nosso espaço-tempo social, já que os moradores da Izidora são predominantemente mencionados como invasores. No tópico 2.3. são apresentadas características dos trabalhos extensionistas realizados pelo Escritório de Integração em sua trajetória como um todo. Em seguida, alguns relatos de trabalhos desenvolvidos com a contribuição deste autor e sustentados pelos esforços do EI têm em vista um exame do contato entre saberes técnicos e populares, situações que tendem a atribuir à técnica escolarizada maior poder de decisão e influência. A noção de problematização-aprendizagem, neste sentido, foi criada no sentido de enfatizar o enfoque herdado, no âmbito do planejamento urbano, que valoriza o produto em relação ao processo na produção do espaço.

O terceiro capítulo aborda questões debatidas no grupo de estudos da pedagogia sócio-espacial, o qual integro desde o início do ano de 2020. A partir de reflexões empenhadas em elucidar o caráter pedagógico da mencionada abordagem sócio-espacial, são trazidos autores e autoras que foram tratados nos encontros, relacionando a produção do espaço com o papel da educação instituída nas sociedades em que predomina o modo de produção

capitalista. Repensar o papel de práticas escolarizadas é um dos esforços do grupo, revelando aspectos críticos do papel social da universidade como um todo.

O quarto e último capítulo retoma algumas problematizações abordadas nesta dissertação, apontando referências, críticas e relatos, de forma não totalmente conclusiva e sintetizando pontos mais relevantes.

## **1. RELAÇÕES INSTITUÍDAS E TRANSFORMAÇÃO RADICAL**

As relações sociais instituídas são caracterizadas neste capítulo a partir de seu movimento de reprodução, que não é absoluto. Nesta dinâmica, especificada pelo modo de produção social capitalista, emergem renovações que criam, em algum grau, aberturas para transformações radicais. Embora seja possível pensar estas brechas no plano do indivíduo, as relações sociais existem no âmbito da coletividade e da convivência. Parte-se do pressuposto que o modo de produção capitalista aprofunda individualismos e esconde a capacidade coletiva de, aberta e intencionalmente, reconhecer e direcionar esforços às possibilidades transformadoras. A questão espacial, tendo em vista a difusão global do urbano, poderia contribuir para elucidar esta contradição fundamental em relação à organização da vida: a renovação promove a manutenção ao mesmo tempo em que é promovida por ela. O espaço urbano, enquanto se renova continuamente, mantém relações de poder assimétricas, que se refletem em relações entre saberes igualmente assimétricas. Neste sentido, transformação sócio-espacial significa que produção do espaço e socialização intersubjetiva estariam mutuamente implicadas nesta superação de contradições herdadas pela instituição do capital. Este capítulo mobiliza alguns conceitos para adotar a autogestão sócio-espacial como horizonte que poderia direcionar transformações radicais e possíveis, tendo em vista os limites estruturais que abarcam a esfera cotidiana dos indivíduos sem perder de vista o plano geral das sociedades capitalistas difundidas globalmente.

### 1.1. Abordagem sócio-espacial<sup>7</sup>: espaço cotidiano como alicerce para transformação radical

A abordagem sócio-espacial se refere ao esforço de construir uma teoria sócio-espacial, com o qual esta pesquisa busca contribuir. Para além da perspectiva de que as relações sociais são inseparáveis do espaço e vice-versa, esta abordagem sugere que o espaço é fundamental na apreensão do modo como determinadas sociedades são produzidas, e apresenta algumas entrevisões em relação aos mecanismos de reprodução das relações sociais específicas que constituem estas sociedades. O modo de produção capitalista estabelece não somente produção de objetos, bens materiais ou mercadorias, mas também produção de aspectos culturais, de relações subjetivas (Lefebvre, [1974] 2016, p. 53). Assim, se este modo de produção existe, ele só poderia operar em constante movimento. A *reprodução das relações sociais de produção* estudada por Lefebvre ultrapassa a noção de reprodução dos meios de produção tratado detidamente por Marx<sup>8</sup>. Neste período histórico capitalista, caracterizado pela predominância dos valores e práticas burgueses, as transformações sociais se realizam em conformidade com as bases fundamentais do capital, ou remetem a elas pela sua negação anticapitalista, ou ainda são referidas na forma da superação de seus mecanismos instituídos historicamente, para além do capital. Caberia perguntar, de que forma o modo de produção capitalista se reproduz? Quais transformações poderiam apontar a manutenção deste modo de produção? Em outras palavras, como poderia o modo de produção social capitalista estar em movimento mantendo-se como tal?

---

<sup>7</sup> Marcelo Lopes de Souza tem insistido na distinção entre os termos socioespacial e sócio-espacial. O primeiro, sem a utilização do hífen, determina uma qualificação social para o espaço na qual o "sócio" é apenas um adjetivo para o espaço. O segundo, com o uso do hífen, reforça a relação dialética que estabelece uma indissociabilidade entre sociedade e espaço. Logo, o termo sócio-espacial destaca e sintetiza a noção de que a sociedade produz espaço inseparavelmente do espaço integra a produção da sociedade: "Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o *sócio-espacial*, no qual o 'sócio', longe de apenas qualificar o 'espacial', é, para além de uma redução do adjetivo 'social', um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais." (Souza, 2013, p. 16) [grifos do autor]

<sup>8</sup> Henry Lefebvre, em *The Survival of Capitalism*, [1972] 1976, aponta a contribuição de Marx para a elaboração deste conceito de reprodução das relações sociais de produção. No Capítulo VI inédito de *O capital*, que não chegou a ser publicado, Marx afirma que " não só as condições objetivas do processo de produção, mas igualmente o caráter *especificamente social* delas apresentam-se como resultado deste; as relações sociais, e portanto, a posição social dos agentes da produção entre si, as próprias *relações de produção* são produzidas, são o resultado, incessantemente renovado, do processo." (Marx, [1867] 1978, p. 95)

O modo de produção social trata do movimento implicado na organização social da vida (humana e não humana). Permite, por isso, encarar atores de uma determinada situação como sujeitos e não exclusivamente como indivíduos. A noção de indivíduo, enquanto aquele que não se divide, estabelece uma unidade para cada vida humana, o que tende a forçar uma interpretação de que os impasses subjetivos seriam meros distúrbios da psiquê. A noção de sujeito, por outro lado, indica que, ainda considerando a singularidade das trajetórias individuais, toda e cada vida humana está sujeita à sociedade na qual ela se desenvolve. O modo de produção capitalista organiza nossa vida social de modo que expressa rebatimentos na estruturação subjetiva dos indivíduos.

O movimento de permanência do modo de produção capitalista é central do ponto de vista sócio-espacial. O espaço urbano, como produto e condição do trabalho humano, estabelece relações sociais de produção que são, simultaneamente, reproduzidas e produzidas. A reprodução das relações sociais implica tanto a decomposição de velhas relações quanto a emergência de novas relações, num processo de renovação. Deste modo, através do espaço urbano, e nele, as contradições das relações sociais não apenas se reproduzem, mas são também renovadas, deslocadas e/ou aprofundadas. Este modo de produção, de dimensão global, se “perpetua”<sup>9</sup> porque o espaço é a base de sua transformação-reprodução, processo em que suas contradições fundamentais invadem as diversas localidades do planeta (Lefebvre, [1973] 1976, p. 18).0020

Desde meados do século XIX, de forma crescente, os bens que eram abundantes tornaram-se escassos (água, ar, solo etc.) e os bens que eram escassos tornaram-se abundantes (mercadorias). A expansão do capitalismo se dá sobre setores que já existiam, como a agricultura e a cidade, mas também se estendeu inaugurando novos setores como industrialização e urbanização (Lefebvre, [1974] 2016, p. 106). A natureza se integra à reprodução capitalista porque ganha envoltórios espaciais, que lhe conferem valor (de troca). Desse modo, a ampliação contínua das forças produtivas (difusão do urbano) permitiu que o espaço passasse a ser produzido através de processos que são reverso e contrapartida da

---

<sup>9</sup> Se o modo de produção capitalista emerge na história, como processo de organização da vida social, sua existência é histórica, em relação dialética com determinadas circunstâncias sociais. Por isso, ele apresenta um movimento que só acabaria a partir de outras circunstâncias sociais em outros contextos históricos, isto é, a partir de sua superação. Neste sentido, as aspas no termo “perpetuação” indicam que o capitalismo adquire aparência de “natureza” em seu movimento sócio-histórico.

destruição da natureza, mercantilizada em virtude das exigências postas pela renovação das relações sociais no urbano expandido. O espaço ocupa e é ocupado por inteiro, portanto, pela reprodução das relações capitalistas de produção social, o que levanta uma *contradição do espaço*, relativa à abundância do passado de um lado e à atual raridade efetiva de outro (Idem, p. 113).

A relação entre valor de uso e valor de troca encontram-se agora no espaço, de forma que o trabalho social médio necessário<sup>10</sup> para produção espacial permanece preso ao solo, que está vinculado ao seu proprietário. Não há preço da terra que consiga ser explicado pela lógica da concorrência tanto porque o solo é monopolizado pela propriedade quanto porque ele não pode ser reproduzido, apenas representado (Idem, p. 117). A espacialidade da composição média (orgânica) do capital<sup>11</sup> diz respeito à uma localização que serve como referência de orientação para as relações que o mercado mundial desenvolve. Assim, uma vez que o espaço geográfico coincide, hoje, com o espaço econômico e político, o valor de uso do espaço torna-se político (Idem, p. 121). Dessa forma, o espaço usado para reprodução cotidiana da vida é também uma dimensão político-social desta mesma vida (em constante relação com outras vidas).

As relações sociais indispensáveis ao capital são reproduzidas no e pelo espaço urbano, isto é, as contradições trazidas pela propriedade privada e pela divisão social do trabalho<sup>12</sup> se

---

<sup>10</sup> A noção de trabalho social médio necessário é tratada por Marx a partir da noção de que o valor de um produto é medido nos termos do trabalho necessário para sua produção: “[...] o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho que a outra, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.” (Marx, [1867] 2017, p. 117)

<sup>11</sup> Em Marx, a composição média do capital é a estreita correlação entre os meios de produção e a força viva de trabalho empregados na produção. A lei geral da acumulação capitalista é definida pela média entre os elementos que compõem o capital: força de trabalho e meios de produção. Nos termos de Marx, “Os diversos capitais individuais que se aplicam num determinado ramo da produção têm composições mais ou menos distintas entre si. A média de suas composições individuais nos dá a composição do capital total desse ramo da produção. Por fim, a média total das composições médias de todos os ramos da produção nos dá a composição do capital social de um país [...]” (Marx, [1867] 2017, p. 689)

<sup>12</sup> A divisão social do trabalho é uma expressão usada por Marx para apresentar a forma como o trabalho especializado ou trabalho parcial caracteriza a divisão manufatureira do trabalho, que “é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista”. (Marx, [1867] 2017, p. 433). No período de industrialização a divisão do trabalho típica da manufatura é superada (subsumida): “Os conhecimentos, a compreensão e a vontade que o camponês ou artesão independente desenvolve, ainda que em pequena escala, assim como aqueles

entrelaçam dialeticamente na organização da vida urbana. São contradições trazidas por relações que se renovam para permanecer em funcionamento. A reprodução das relações sociais de produção não é apreendida por Lefebvre de forma absoluta, numa racionalidade baseada na relação causa-efeito: ele constata que a renovação tem se colocado a serviço da manutenção, caracterizando uma perspectiva dialética.

Nesta renovação de antigas relações está implicada a formação de novos grupos e novos espaços, que estabelecem assim, relações sociais mais ou menos reformistas e/ou conservadoras, mais ou menos revolucionárias e/ou transformadoras.

Como as relações sociais são relações de conflito de interesses, a produção do espaço é uma disputa pelo poder e, por esse motivo, sempre existe uma estratégia na sua determinação, a qual pode visar tanto à manutenção das relações de produção existentes quanto à sua transformação, a depender do grupo que esteja exercendo o poder. (Bomfim, 2018, p. 66)

O processo de renovação das relações sociais de produção abre brechas para que as bases ideológicas (vinculadas à prática social concreta) possam ser questionadas em sua reprodutibilidade, operadas na direção da transformação radical e possível, mas também podem ser retomadas passivamente diante do impossível, reformadas superficialmente. Assim, essa concepção lefebvreviana, a reprodução das relações sociais de produção, aponta o espaço não apenas como condição e produto das relações sociais capitalistas, mas igualmente como elemento indispensável ao horizonte de transformação radical que pretende superar a reprodução (que aparece como) automática destas relações, sendo desse modo, horizonte de *transformação sócio-espacial*.

Ao espaço urbano, enquanto ferramenta e produto do trabalho humano nas sociedades burguesas, correspondem mecanismos de controle e um conjunto de técnicas prescritivas:

[...] instrumentos comumente adotados pelos arquitetos e urbanistas como os diagnósticos urbanos ou a definição do zoneamento de uma cidade não dizem respeito apenas a uma

---

desenvolvidos pelo selvagem, que exercita toda a arte da guerra como astúcia pessoal, passam agora a ser exigidos apenas pela oficina em sua totalidade. As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se diante deles no capital. Constitui um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho, desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital.” (Marx, [1867] 2017, p. 435)

configuração funcional do espaço. Eles desempenham funções que atendem a necessidades socialmente sancionadas e determinam a morfologia urbana conforme relações sociais instituídas. Outro exemplo é a escolha de coeficientes de aproveitamento. Ainda que o objetivo possa ser o de atender a funções bastante específicas como promover o maior adensamento de uma região ou limitar o crescimento de outra, a seleção desses coeficientes não pretende somente projetar o espaço, como se este fosse algo neutro a ser ordenado. Há, aí, evidência de uma disputa estratégica pelo controle da sociedade, disputa esta que se evidencia em prescrições e representações que incluem a escolha, de acordo com os interesses e relações sociais em jogo, de quantas pessoas devem poder habitar um território e, por conseguinte, como deve ser o padrão arquitetônico deste último. (Bomfim, 2019, p.87)

Esta produção lógico-formal cria situações contraditórias, espaços que são produzidos por lógicas que perseguem incansavelmente a coerência, mas que produzem incoerências diversas (Lefebvre, [1973] 1976, p. 28). Num certo sentido, o espaço é produzido a partir de disputas territoriais urbanas profundamente desiguais, nas quais a dimensão dos agentes que representam a força do capital e do Estado é muito superior à capacidade de ação dos indivíduos (mesmo de indivíduos coletivos).

Nesta reprodução das relações sociais, isto é, diante dos limites atuais do espaço produzido pela prática social, não haveria como superar o modo de produção capitalista senão a partir de uma transformação igualmente global. Obviamente, esta pesquisa não busca criar estratégias globais para transformações sócio-espaciais generalizadas, mas procura avaliar a eficácia de abordagens realizadas em escala local e orientadas para um horizonte em que esta superação em grande escala seja possível.

Abordar uma situação a partir de uma análise sócio-espacial implica considerar a esfera do cotidiano duplamente: enquanto reprodução e renovação. Trata-se do fato de que determinada situação cotidiana não poderia ser radicalmente transformada sem que as condições gerais para sua renovação radical fossem colocadas em questão pelos seus viventes. Igualmente, não haveria transformação da sociedade como um todo sem mudanças na imediatez cotidiana dos indivíduos. Assim, quanto melhores as condições para o exercício crítico e problematizador em relação aos afazeres diários dos indivíduos, maiores as chances de renovação cotidiana, e quanto maior a capacidade de uma sociedade de

reconhecer (continuamente) seu próprio aspecto histórico-espacial, melhores condições ela terá para direcionar suas próprias transformações.

Superar o modo de produção capitalista não significa questionar apenas o capital e seus mecanismos, mas apreender de que modo sua força é representada nas disputas (o que inclui as disputas subjetivas, implicadas na socialização dos sujeitos) que constituem a situação concreta abordada. Uma abordagem sócio-espacial, neste sentido, é aquela que atribui à produção do espaço urbano condições para estabelecimento e superação de relações sociais desiguais e injustas, que para serem efetivamente transformadas exigem sua apreensão e ressignificação de forma contínua e crescente. Logo, trata-se uma abordagem preocupada com a transformação radical tendo a esfera da vida cotidiana (forçosamente ampla) como alicerce.

Uma sociedade constantemente aberta à apreensão de sua própria reprodução exigiria, igualmente, abertura constante para renovação da produção do espaço. Isto é, ultrapassar a produção social capitalista significaria transformar radicalmente as condições de sua existência, também chamadas de produção do espaço urbano. Se no mundo em que vivemos predomina a propriedade privada e a divisão do trabalho, as diversidades sócio-espaciais são alienadas em detrimento da valorização do valor. Se o capital sobrevive, é porque existe em relação dinâmica com situações onde age uma força heterônoma, onde se reproduz, de forma aparentemente inconsciente, normas que são impostas de fora. Desse modo, não haveria modelos para a transformação sócio-espacial, já que, a rigor, esta superação a nível global requer aprofundamentos críticos no âmbito da diversidade sócio-espacial apreendida do ponto de vista local.

Uma abordagem sócio-espacial representa movimentos em direção a brechas transformadoras para além do capital, ainda que restritas ao âmbito local, ou seja, aponta possíveis aberturas no caráter alienante da reprodução social global, que invade as localidades aprofundando velhas contradições e estabelecendo novas dominações. O reconhecimento (ou o não reconhecimento) destas incoerências instaura uma dimensão educativa no sentido amplo do termo, no sentido da aprendizagem que absorve, em maior ou menor grau, os códigos e os valores de uma lógica civilizatória. Desta forma, aprendizagem, mesmo nas sociedades burguesas, não se realiza exclusivamente do ponto de

vista educacional-institucional, mas as próprias relações sócio-espaciais ao longo da vida humana são também processos educativos.

É tendo em vista o modo de produção das relações sociais, bem como a forma pela qual a reprodução destas relações aparece como natureza humana, que os processos de assessoria poderiam se direcionar a uma perspectiva radicalmente emancipatória, isto é, as abordagens sócio-espaciais tendem a contribuir para avanços significativos nas assessorias, forçando o deslocamento das referências individualistas e das seguranças mecanizadas em direção ao engajamento e aprofundamento crítico.

O substrato material do espaço<sup>13</sup> não é mero palco das relações entre sujeitos e as relações sociais não são puramente trocas subjetivas. O espaço da prática social é, como afirma Bomfim, a realização das relações sociais:

O espaço social não é um meio de realização das relações sociais, ele é a sua realização. Por isso, aquele grupo, classe ou mesmo indivíduo que efetivamente controla o espaço social controla a configuração das relações sociais.

Essa ênfase na realidade social é o que leva Lefebvre rejeitar o foco exclusivo no espaço mental ou sógnico, bem como a escola de pensamento para a qual “o reino mental envelopa os reinos social e físico”. Para essa escola, é pela atividade mental que o espaço físico toma relevância e, então, serve de meio para a ocorrência das relações sociais, igualmente criadas pelo exercício mental. Para que isso fosse verdade, seria necessário que houvesse um espaço neutro, cuja significação social e material fosse colocada *sobre* ele: o mental precederia e condicionaria o físico e o social, porque, antes de habitar o mundo, o homem habitaria a linguagem. Mas, do ponto de vista da vida em sociedade, não existe esse espaço neutro e anterior a ser significado pela linguagem. Como diz Lefebvre, ‘[o] homem não vive apenas por palavras’. As relações sociais não são, primeiro, significados pela atividade mental para ocorrerem em um substrato físico neutro; *as relações sociais são o espaço social*. (Bomfim, 2019, p. 65) [grifos do autor]

---

<sup>13</sup> “o substrato condiciona as relações sociais em si mesmo, por bloquear, facilitar, dificultar etc. através de sua materialidade (infraestrutura boa ou ruim, que atrai ou afasta investimentos; espaços bem cuidados ou não, que atraem ou repelem visitantes; espaços que favorecem ou desfavorecem o encontro casual, a assembleia, o debate entre cidadãos...). Mas também condiciona por ser o “portador” de símbolos e mensagens. Inscritos formal ou informalmente no mobiliário urbano e, mais amplamente, nos objetos geográficos da paisagem, que colaboram, para o bem e para o mal, para a socialização e a (de)formação de hábitos, costumes e mentalidades.” (Souza, 2013, p. 74)

Lefebvre trabalhou no entendimento da forma pela qual o capitalismo se perpetua no e pelo espaço social (que é também substrato material). Em outra direção, Castoriadis, com a noção de instituição imaginária da sociedade, elaborou reflexões assentadas na história social a partir de uma perspectiva autonomista:

O tempo lhe interessou, sobretudo, enquanto tempo *social* (*história*), e foi altamente valorizado; [...] é evidente, aliás, que o problema não reside na ideia do processo *em si*, na ideia de um *nacheinander* (“um depois do outro”), mas, sim no tratamento dispensado pelas ontologias e pelas lógicas tradicionais à questão do tempo, especialmente na qualidade de tempo *social*, de *história*, em que sempre se teve dificuldade para perceber e digerir, para elucidar o surgimento do *radicalmente novo*, que é algo muito diferente da repetição “antes/depois” cronológico. (Souza, 2017, p. 322) [grifos do autor]

O próximo subcapítulo se dedica a apresentar algumas considerações da obra castoriadiana, *A instituição imaginária da sociedade*, [1975] 1982, levando em conta o problema da autonomia e a abordagem sócio-espacial.

### 1.2. Vir a ser outro (espaço) da sociedade instituída

Cornelius Castoriadis, [1975] 1982, filósofo grego, influenciado pelas reflexões de Freud e Lacan, dedica algumas considerações sobre o termo autonomia e suas implicações nas estruturas psíquicas do sujeito e nas sociedades de seu tempo. No plano do indivíduo, ele descreve a subjetividade humana, aqui de maneira aproximada e sintética, como circunscrita a duas estruturas: o Ego e o Id. O Ego associa-se ao consciente geral, ao plano da convicção e da vontade dos sujeitos. O Id é tomado como origem e lugar das pulsões (“instintos”) e representa o inconsciente no sentido amplo do termo.

Se considerarmos a autonomia<sup>14</sup> como sendo a capacidade de dar a si as próprias regras, de governar-se pelos próprios meios, oposta a ela está a heteronomia, ou seja, “a legislação

<sup>14</sup> “Autonomia: *autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo, as suas leis. [...] Em que sentido pode um indivíduo ser autônomo? [...] A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação do seu desejo. [...] Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob as leis da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer que essa é também a minha lei. Para que eu possa dizer

ou regulação pelo Outro”. Neste sentido, a autonomia está vinculada à característica voluntarista do Ego, está vinculada à “minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente que é uma lei outra, a lei de outro que não eu.” (Castoriadis, [1975] 1982, p. 124).

Freud sugeriu como premissa dos esforços terapêuticos da psicanálise “Onde era o Id, será o Ego”. Isto é, supõe uma reconciliação do Ego em relação ao Id. Lacan partiu deste raciocínio para formular a ideia de que “Onde foi o Id devo advir” (Idem, p. 123). Os autores não pretendem ressaltar novas noções reguladoras a partir de uma situação impossível, em que as pulsões seriam suprimidas pelo Eu. Não se referem a um sujeito ideal cujo objetivo-fim seria tornar-se seu Ego, que alcançaria um discurso exclusivamente seu e que jamais produziria “fantasmas”. Mas descrevem uma situação ativa, na qual o discurso do Outro é continuamente reconhecido e significado. Um movimento cujo sujeito seja capaz de revelar a si seus “fantasmas” tal como são, num exercício *sempre incompleto* de renovação da cisão entre Ego e Id. Não apontam o processo apenas como retomada permanente da consciência, mas como o estabelecimento de “uma *outra relação* entre consciente e inconsciente, entre lucidez e função imaginária”, e que promova “*outra atitude* do sujeito relativamente a si mesmo, em uma modificação profunda da mistura atividade-passividade, do signo sob o qual esta se efetua, do respectivo lugar dos dois elementos que a compõem.” (Castoriadis, [1975] 1982, p. 126) [grifos do autor].

O Outro, na perspectiva psicanalítica, associa-se à dimensão social. Ele não é desconhecido e indiferente, é “um outro *em mim*” (Idem, p.124), um outro parental, que por uma série de articulações evidentes, alude à sociedade inteira e sua história. Autonomia não é, então, a eliminação do discurso do Outro, mas a sua elaboração. É a constatação de uma relação na qual os Outros (bem como os “fantasmas”) estão sempre presentes tanto como expressão do estado que é o outro (alteridade) quanto expressão do estado próprio do sujeito, daquilo que ele é, que os difere dos demais (ipseidade). Neste sentido, autonomia não poderia ser apreendida senão como algo que se estabelece na relação do sujeito com o

---

isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia como tal (não somente porque ela é ‘boa pra mim’), o que, evidentemente, nenhuma ‘demonstração’ pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minha palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito [...]” (Castoriadis, 1990b, p.131-4 apud Souza, 2017, p. 309)

Outro, ou com os outros, isto é, aborda inevitavelmente a dimensão das relações sociais (Idem, p. 130)

O Eu da autonomia não é Si absoluto, mônada que limpa e lustra sua superfície êxtero-interna a fim de eliminar as impurezas trazidas pelo contato com o outro; é a instância ativa e lúcida que reorganiza constantemente os conteúdos utilizando-se desses mesmos conteúdos, que produz um material e em função de necessidades e idéias elas próprias compostas do que ela já encontrou antes e do que ela própria produziu.

Portanto, não se pode tratar dessa relação também de eliminação total do discurso do outro – não somente por ser uma tarefa interminável, mas porque o outro está sempre presente na atividade que o “elimina”. E eis por que não pode também existir “verdade própria” do sujeito num sentido absoluto. A verdade própria do sujeito é sempre participação numa verdade que o ultrapassa, que se enraiza finalmente na sociedade e na história, mesmo quando o sujeito realiza sua autonomia. (Idem, p. 129)

Mas o que viria a ser a realização da autonomia pelo sujeito? Cabe ressaltar que o termo autonomia, hoje utilizado nos meios acadêmicos, militantes, técnicos etc., em alguma medida, herda seu sentido das décadas de 1970 e 1980, após a eclosão das movimentações operárias e estudantis em maio de 1968, na Europa (Souza, 2012, p. 78). Haveria assim uma espécie de incompletude nos esforços de esgotar a definição do conceito de autonomia, já que desde então ele tem sido apropriado de distintas maneiras.

[...] autonomia [...] [relaciona-se com] a produção discursiva e o conjunto de práticas de certos movimentos sociais contemporâneos – com atenção para o fato de que, assim como os movimentos sociais criam um léxico que amiúde influencia e inspira a produção acadêmica engajada, esta foi, também, historicamente apropriada de diferentes maneiras pelos movimentos sociais. (Souza, 2012, p. 61)

Souza vê em Castoriadis uma referência importante para a perspectiva da *práxis autonomista*. Neste sentido, defende que a realização da autonomia estaria relacionada à capacidade psíquica e material-institucional dos sujeitos de tomar decisões. As reflexões de Castoriadis acerca dos esforços da clínica psicanalítica apontam fundamentalmente para a dimensão social da subjetividade, para a socialização dos sujeitos, e, mais que isso, buscam alcançar mecanismos de tratamento das manifestações que a subjetividade implica e está implicada na contemporaneidade moderna-capitalista. Dessa maneira, estes esforços

clínicos representam, assim como os “fantasmas” para o sujeito, um sintoma de nosso tempo social.

O problema da autonomia reconhece o problema da relação do sujeito com o Outro, ou com os outros, e, como um problema (ou solução) constitutivo do sujeito, está inserido num panorama mais amplo, que é o social propriamente dito. As relações intersubjetivas, matéria da qual é feita o social, não apenas o compõem, mas o pressupõem na medida em que é histórico, ou seja, na medida em que é social-histórico.

O social-histórico não é a superposição aleatória das relações intersubjetivas nem seu simples produto direto, mas, é “aquilo que insere cada sociedade entre as outras e inscreve todas numa continuidade” (Castoriadis, [1975] 1982, p. 131). São “as estruturas dadas, instituições e obras ‘materializadas’, sejam elas materiais ou não” (Idem, p. 131), do mesmo modo em que é aquilo que as estrutura, que as institui e que as materializa no presente. “Em uma palavra, é a união e a tensão da sociedade instituindo-se e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo” (Idem, p. 131).

Assim, o social-histórico integra a dimensão psíquica dos sujeitos, e vice-versa. Sociedade instituinte e sociedade instituída compõem, numa relação dialética, parte da própria condição de sujeito. Neste sentido, o vir a ser de uma nova sociedade não poderia ser pensado sem que as subjetividades que a materializam também possam ser caracterizadas sob o ponto de vista desta potência. A elaboração do discurso do Outro como tal é uma atividade de renovação contínua da cisão com o Eu, de outra relação e de outra atitude da consciência do “si” acerca da imprevisibilidade dos “fantasmas” e, neste sentido, representa este devir(-outro); uma atividade continuamente incompleta, gerada a partir de constatações novas e contingentes, sobre as quais não há como estabelecer predeterminações nítidas. Uma nova relação com o Outro faria emergir este devir imprevisível tanto para a sociedade como para os sujeitos, no qual a atividade criadora de outras condições sociais e psíquicas passaria por uma indeterminação continuamente em renovação e ressignificação.

O caráter imaginário da atividade social instituinte, em Castoriadis, sugere uma continuidade na criação daquilo que é novo, que, como tal, não poderia ser plenamente previsto. Tratando-se de outras estruturações sociais e psíquicas, não poderia haver uma teoria da inventividade, que busca determinar o que será criado, exatamente porque alude à

novas relações com o Outro, novas relações com a dimensão involuntária da subjetividade e da sociedade. Esta imaginação social-subjetiva busca enfatizar o devir como ato de inventar, isto é, de tornar-se ou criar-se outro permanecendo acompanhado de si. Esse ato atravessa toda a psiquê, e em alguma medida, é aquilo que cria o mundo do sujeito:

A invenção é uma potência que a cognição tem de diferir de si mesma. Ela não é um processo psicológico a mais, além da percepção, do pensamento, da aprendizagem, da memória ou da linguagem, mas é uma potência temporal, potência de diferenciação que perpassa todos os processos psicológicos. Colocando o problema da cognição a partir da invenção, falaremos então de uma percepção inventiva, de uma memória inventiva, de uma linguagem inventiva e – o que é de particular interesse aqui – de uma aprendizagem inventiva. (Kastrup, 2005, p. 1275)

Nesse sentido, a invenção não existe exclusivamente a partir do inventor, dado que inventor e objeto inventado já são resultados de operações inventivas. Assim, a subjetividade se refere tanto ao processo de invenção quanto às formas que resultam da atividade criadora: os produtos inventados. No âmbito da invenção, há uma correspondência entre subjetividade e devir(-outro), por isso, é diante da transformação pela alteridade, pelo tornar-se outro sem prender-se nele ou confundir-se com ele, que poderíamos dizer de um estabelecimento da psiquê do sujeito (bem como daquilo que significa sua dimensão somática) e da instituição da sociedade. Referidos a si mesmos, sujeito e sociedade operam alterações a partir da capacidade inventiva, na qual o vir a ser, a criação do novo, é aquilo que escapa à mera reprodução das relações sociais e das condições individuais instituídas. A atividade instituinte da sociedade é aquela que a cada espaço-tempo reposiciona o lugar da história, ao passo que a imaginação radical é o que cria, faz ser (outro), o “fluxo representativo/afetivo/intencional do sujeito” (Castoriadis, 1982 [1975], p. 414).

Sociedade instituída e sociedade instituinte não se excluem mutuamente, não são indiferentes entre si, mas compõem o “todo” para os indivíduos sociais. (Idem, p. 416). Há nesta interpretação da dinâmica imaginária da sociedade uma indicação de que a transformação social tem um forte caráter *auto-referente*. A autonomia em questão não se resume à autonomia individual, na qual o interesse particular é absoluto. O (devir-)outro não se confunde nem se liga imediatamente à heteronomia. É a norma instituída exclusivamente pelo Outro, a instituição social da regra heterônoma, que caracteriza a reprodução da *auto-*

*alienação* da sociedade atual, baseada nos ideais burgueses de individualização e hierarquização.

Para Castoriadis, o que define a sociedade é a instituição das significações imaginárias sociais, isto é, a instituição da sociedade dá as condições para que haja propriamente alguma ação ou algum discurso nas e pelas relações sociais. Por esse ângulo, a heteronomia social impregnada se perpetua porque opera através de significações imaginárias sociais profundamente ligadas à auto-alienação, em que a capacidade e o exercício da transformação referidos a si mesmos são continuamente afastados. Para a sociedade moderna atrelada ao modo de produção capitalista contemporâneo, seu exercício inventivo, sua dimensão instituinte tomada como possibilidade de transformação social e individual aparece como impossível:

Assim, a própria norma se altera pela alteração daquilo de que ela deveria ser norma de identidade, aguardando ser rompida pela colocação explícita de uma outra norma.

A sociedade é, portanto, sempre auto-instituição do social-histórico. Mas esta auto-instituição geralmente não se sabe como tal (o que levou a fazer crer que ela não pode saber-se como tal). (Castoriadis, 1982 [1975], p. 417).

Sendo assim, o que está em jogo na práxis autonomista é a instituição do fazer e do dizer (representar) sociais “que visa o outro ou os outros como seres autônomos.” (Idem, p. 129). A autonomia em uma relação dialética entre fazer e pensar poderia traduzir, portanto, tentativas de *criar* essa abertura para o novo, fundamentalmente em situações nas quais as estruturas sociais aparecem como insuperáveis, como uma condição natural ou um dado pela realidade e para os quais, enquanto indivíduos, cidadãos comuns ou sociedade civil, só seria possível encontrar uma posição que tenha valor no interior desta sociedade instituída. A partir desta noção de *auto-alteração* da sociedade e da psiquê surgem possibilidades para *entrevier* estruturas abertas à sua (auto-)revisão de forma contínua e crítica; estruturações que normatizam, a todo tempo e espaço, o exercício do fazer-se e do refazer-se na medida em que se refere a si mesma buscando desvendar o que esconde a (sua) verdade. Estas “dinâmicas de estruturação” da sociedade, enquanto conjunto de normas, organizariam a instituição de outra sociedade, que, como tal, sustentaria a busca pela superação contínua de sua alienação em relação à sua própria atividade instituinte. Ou seja, superar o atual modo de

produção capitalista-moderno implicaria outra instituição social, outras condições para o estabelecimento de outro conjunto de normas e valores sociais, e não meramente substituição dos “dominadores” pelos “dominados”.

O devir-outro da sociedade instituída, considerando sua atividade instituinte, poderia, então, ser pensado através da abordagem sócio-espacial, que numa perspectiva autonomista de emancipação, estaria comprometida com a construção de “ambientes relacionais” em que tanto a aprendizagem do novo quanto a problematização da repetição possa emergir como potência transformadora, como multiplicação de caminhos para o fazer e o representar no e pelo espaço, nas e pelas relações sociais.

Embora Castoriadis tenha desvalorizado o espaço<sup>15</sup> enquanto realização das relações sociais, alguns autores tem relacionado as ideias de Castoriadis com as de Lefebvre para “espacializar o projeto de autonomia”, como Souza (2017), ou para “espacializar” a noção de imaginário social, como Bomfim (2019):

Ora, o “novo” não se restringe às “significações imaginárias sociais, ao imaginário – o qual, para concretizar-se, necessita *fazer-se (também) espaço*, necessita *expressar-se (também) enquanto espaço*, seja como formas tangíveis do substrato material, seja como territorialidade, seja, ainda, como identidades sócio-espaciais e imagens espaciais. [...] a história é *a sociedade concreta em movimento*, é *a sociedade em transformação*, de onde não se pode excluir (a rigor, onde se deve incluir com destaque) o espaço. O radicalmente diferente e o novo, a verdadeira *criação de novas formas (ex nihilo*, como salienta Castoriadis) não se esgota na perspectiva do *processo*, mas pressupõe também a *coexistência*. Na realidade, “espacializar” o “projeto de autonomia” é uma tarefa essencial e que complementa decisivamente a herança intelectual deixada por Castoriadis”. (Souza, 2017, p. 322) [grifos do autor]

O imaginário espacial não é um sub-ramo ou modalidade de imaginário social. Ele é uma ampliação do conceito de imaginário social de Castoriadis, incluindo-se a dimensão espacial na matriz de sentido da sociedade. É, portanto, a *espacialização do imaginário social*. Afinal, a sociedade é o conjunto de relações sociais que imaginariamente estabelece, e estas somente se realizam espacialmente. Sem o espaço social, o imaginário social é somente uma virtualidade não verificável na prática. O imaginário espacial é, assim, uma rede simbólica socialmente sancionada, instaurada pela prática histórica que a fundamenta ou mesmo pela imposição, e relaciona-se tanto a outras instituições sociais, como ao atendimento de funções

---

<sup>15</sup> “Infelizmente, Castoriadis não deu a devida atenção ao *espaço social* e, na verdade, operou uma *desvalorização ontológica* do espaço.” (Souza, 2017, p. 321)

definidas para o espaço produzido. Ele é a moldura que confere sentido às relações sociais em sua manifestação como espaço social, combinando elementos simbólico, funcionais e imaginários. (Bomfim, 2019, p. 86) [grifos do autor]

A abordagem sócio-espacial se insere nestes esforços de elucidação da importância que o imaginário e o espaço exercem sobre estudos sociais. Se tanto a subjetividade quanto a sociedade se constituem mutuamente num movimento que não poderia prescindir da produção do espaço, resta apontar, em direção à transformação sócio-espacial, que é necessariamente transformação radical, uma espécie de *auto-alteração sócio-espacial*, com a qual abordagens sócio-espaciais estariam em constante preocupação acerca das possibilidades de radicalização transformadora da dinâmica de organização da vida em sociedade.

### **1.3. Autogestão sócio-espacial: horizonte emancipatório**

Ao trazer Lefebvre e Castoriadis para o debate sobre abordagens sócio-espaciais, são delineados esforços para contornar análises ou subjetivistas ou espaciais, nas quais a subjetividade apareceria como reino ontológico exclusivo e o espaço apareceria como a-histórico e/ou apolítico. Neste sentido, neste tópico apresentamos algumas categorizações aproximativas, voltando em algumas noções trabalhadas por estes autores, mas num esforço de ir além delas, adotando a *autogestão sócio-espacial* como horizonte de *emancipação*.

A reprodução das relações sociais de produção, em Lefebvre, é um conceito que abrange o movimento do modo de produção capitalista ao mesmo tempo em que denuncia uma contradição do espaço, isto é, aponta as controvérsias que caracterizam a produção do espaço através das relações capitalistas. A emancipação, nestes termos, requer a *abolição* da valorização do valor pelo capital, numa escala global. A sociedade emancipada do capital não poderia ser alcançada sem o fim da propriedade privada e da divisão social do trabalho, ou seja, exigiria o fim da privação do uso da terra e da expropriação da riqueza socialmente produzida. Numa direção emancipatória equivalente, a práxis autonomista, baseada nas reflexões de Castoriadis, coloca o problema da relação com o Outro ou com os outros tendo em vista a cisão subjetiva entre Id e Ego. É uma práxis que supõe continuidade na emergência

do novo, na qual *outras atitudes* e *outras relações* do sujeito consigo e com os outros apresenta-se como dinâmica de condição para a autonomia.

Seguindo as considerações de Thamy Pogrebinschi, 2009, em *O enigma do político*, a separação entre as dimensões política e social é o aspecto fundante do modo de produção capitalista contemporâneo. Numa leitura marxiana, a autora desenvolve argumentos para mostrar como Estado e sociedade civil estão definitivamente apartados na modernidade-capitalista, pelo menos desde a Revolução Francesa, num longo processo de instituição da vida privada. As dominações e distinções de classe passam a aparecer como um problema exclusivo da sociedade civil, e, dessa forma, não figuram como um problema político. Na política moderna, a separação entre estas duas esferas, impede que indivíduos como membros da sociedade civil possam exercer a atividade política, tarefa restrita ao “cidadão do Estado”. Esta ruptura implica, igualmente, numa fragmentação da essência humana. (Pogrebinschi, 2009, p. 41-42)

A figura 01 representa a política moderna que Pogrebinschi interpreta a partir de Marx. Ou seja, sociedade civil e Estado são duas dimensões que estabelecem uma organização fragmentada da vida, onde político e social não se relacionam.

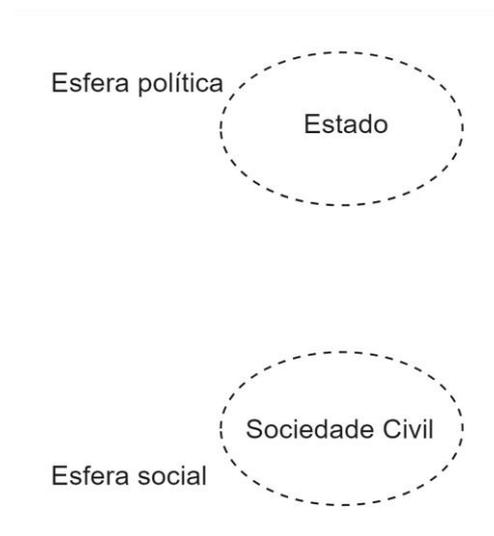


Figura 01. Representação da política moderna. Fragmentação da vida em esferas ou políticas ou sociais. Fonte: elaborado pelo autor

Contudo, o que nos interessa aqui é o termo *desvanecimento do Estado*, que é, igualmente, o *desvanecimento da sociedade civil*. O desvanecimento é o único conceito que poderia fornecer condições para emancipação política da sociedade moderna:

A extinção da divisão do trabalho e o fim da propriedade privada começam a surgir nesse momento como nova forma argumentativa da teoria do desvanecimento do Estado. Ora, conforme Marx não se cansa de demonstrar, o surgimento do Estado moderno marca-se exatamente por estes dois fatores, de modo que passa a ser equivalente afirmar que o fim do Estado implica o fim da propriedade privada e da divisão do trabalho ou que o fim da propriedade privada e da divisão do trabalho implica o fim do Estado. (Pogrebinschi, 2009, p. 53)

O argumento da autora se assenta no fato de que os textos de Marx apontam o fim do Estado como “um movimento único porque duplo. O Estado ao mesmo tempo define-se e é abolido: ele desvanece.” (Pogrebinschi, 2009, p. 69). Isto é, as contradições que fundam o Estado permitem que ele próprio elimine suas condições de existência ao mesmo tempo e na mesma medida que as lutas sociais nascidas ao longo de sua constituição, que enfrentam estas contradições fundantes, estabelecem seu fim e o superam.

Estas considerações, baseadas nas novas leituras de Marx, nos auxiliariam na construção de um horizonte emancipatório que se aproxima do horizonte de transformação radical investigado aqui. Emancipação e desvanecimento do Estado, práxis autonomista e transformações sócio-espaciais são noções esquematicamente apresentadas a seguir, com o intuito de detalhar e ampliar este horizonte, ressaltando direcionamentos dos quais as assessorias poderiam se valer.

Numa primeira aproximação, o Estado que impõe o fim da sociedade civil é uma situação incoerente, que aponta uma direção diferente (senão contrária) à emancipação que tratamos aqui.

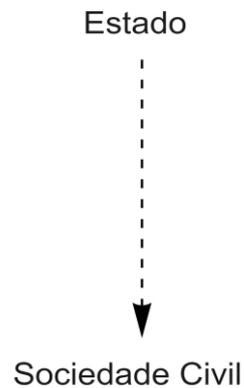


Figura 02. O Estado decreta a abolição a sociedade civil. Situação não realizável de um ponto de vista emancipatório. Fonte: elaborado pelo autor.

Por outro lado, a sociedade civil que abole o Estado é parte insuficiente das condições para a emancipação, não a contempla de fato. Neste sentido, a Figura 03 é também uma situação que não representa o alcance do desvanecimento do Estado, e assim, não se desenvolveria numa direção emancipatória.

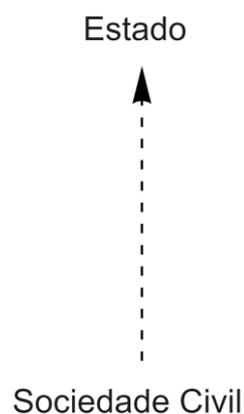


Figura 03. A sociedade civil abole o Estado. Situação que não expressa inteiramente o movimento trazido pelo desvanecimento do Estado rumo à emancipação. Fonte: elaborado pelo autor.

A figura 04 aponta o movimento único e duplo do desvanecimento do Estado. Neste sentido, a emancipação implica que o Estado se abole e a sociedade civil abole o Estado, num movimento único com dois sentidos e duas dimensões.

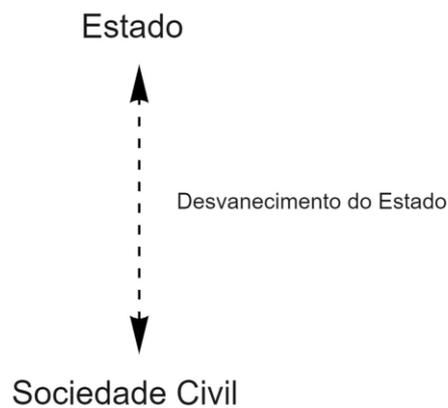


Figura 04. Representação marxiana do caminho para emancipação, da e pela qual o desvanecimento do Estado é seu movimento de realização. Fonte: elaborado pelo autor.

Partindo de Castoriadis, a condição de sujeito moderno é fragmentada, a partir da qual Ego e Id são expressos, vinculados respectivamente às noções de Eu e Outro. A práxis autonomista pressupõe que não há como pensar e fazer exclusivamente do ponto de vista do Ego, já que esta fragmentação está sendo considerada. Na figura 05, a constituição plena do Ego remete à supressão do Outro (ou do discurso associado a ele). Não seria possível alcançar a eliminação total dos impasses subjetivos porque estes mesmos impasses são inevitavelmente utilizados nesta atividade. Dessa forma, o domínio do Eu sobre o Outro torna-se inatingível tanto quanto a consumação da verdade absoluta do sujeito. A figura 05 ilustra um movimento de caráter individualista, distinto de uma práxis de fato autonomista.

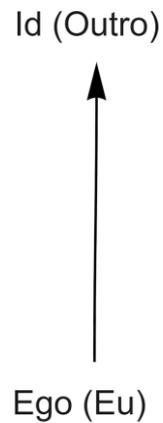


Figura 05. Representação na qual o Ego suprimiria o Id, equivalente à afirmação da verdade absoluta do sujeito, que é inatingível. Fonte: elaborado pelo autor.

Por outro lado, a supressão do Ego pelo Outro, anulação da esfera voluntária da subjetividade humana pelas circunstâncias contingentes, também não se posiciona na direção da autonomia. A rigor, sem esta dimensão da vontade, fundamental à criação do novo na e pela práxis autonomista, não seria possível que transformações fossem operadas. A figura 06 ilustra este movimento para indicar uma situação também inatingível.

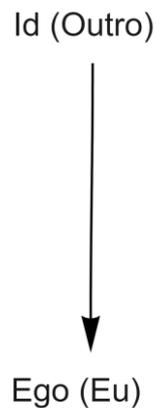


Figura 06. Representação da supressão do Ego pelo Id. Situação em que não existiria vontade e/ou transformação. Fonte: elaborado pelo autor.

Assinalando a conexão entre estas duas partes cindidas, Eu e Outro, a práxis autonomista identifica a emergência do novo em interação constante com a esfera da reprodução, que é, assim, o suporte para esta emergência. Ou seja, existe uma interdependência ora tensionada ora distendida entre renovação e reprodução, representada na correlação entre Ego e Id. Neste sentido, a autonomia apresenta a impossibilidade de suprimir partes que são constitutivas do sujeito, mas há um elo entre elas que poderia indicar potenciais transformações desta mesma constituição (Figura 07).

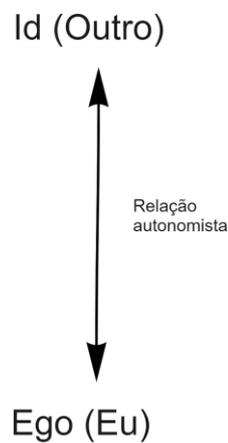


Figura 07. Relação entre partes subjetivamente cindidas de um ponto de vista autonomista.

Fonte: elaborado pelo autor.

Uma vez cindida, a subjetividade se inscreve nesta relação entre Eu e Outro, estando os indivíduos cientes dela ou não. Contudo, um novo esquema poderia ser considerado no que diz respeito ao movimento implicado na e pela práxis autonomista. Ou seja, não seria mera consciência do inconsciente a condição necessária para esta práxis, mas também manifestação de exercícios contínuos, na qual novas relações e novas atitudes, tanto em relação ao Eu quanto em relação ao Outro, desdobram-se em transformações concretas. A figura 08 busca ilustrar o movimento implicado nesta transformação contínua, a partir de condições subjetivas.

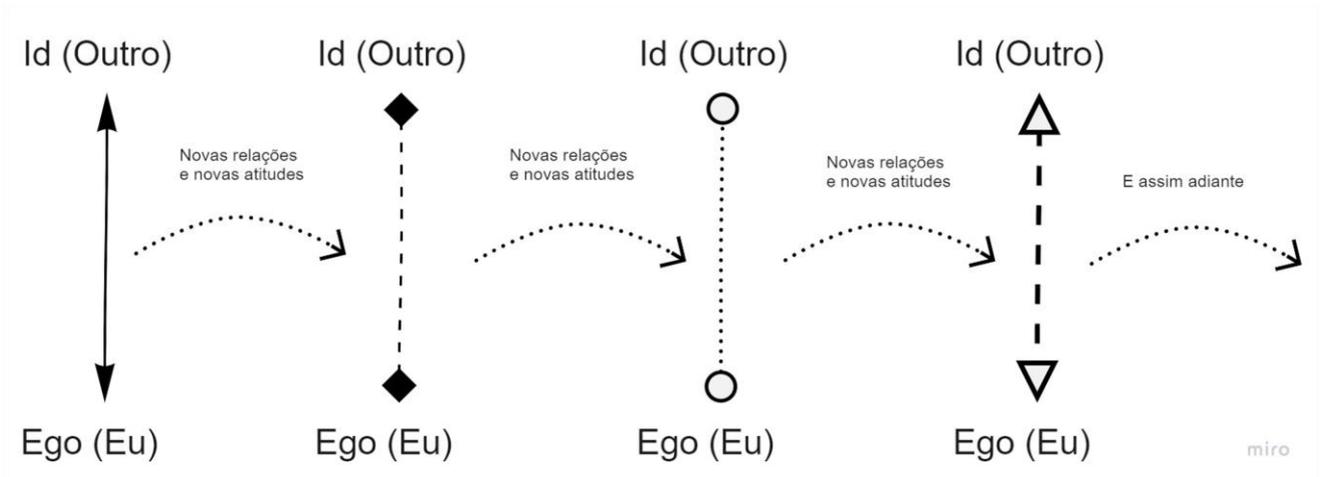


Figura o8. Representação esquemática da práxis autonomista, na e pela qual a relação entre Eu e Outro é constantemente transformada. Fonte: elaborado pelo autor.

As reflexões de Castoriadis não se limitam ao plano da subjetividade. Em seu texto, *A instituição imaginária da sociedade*, [1975] 1982, ele reflete principalmente sobre a forma pela qual uma sociedade poderia alcançar exercícios contínuos de (auto)transformação. É, igualmente, a partir da relação entre sociedade instituinte e sociedade instituída que Castoriadis delinea suas considerações autonomistas no plano social.

A figura o9 representa esta relação ao longo da modernidade-capitalista. A prevalência da instituição social sobre sua atividade transformadora, sobre seu aspecto instituinte, fez aparecer como impossíveis relações e ações que aceitem a continuidade criativa de potências socialmente transformadoras. Estabelece-se, assim, a continuidade da auto-alienação nas e pelas instituições sociais.



Figura o9. Representação do movimento que caracteriza as sociedades difundidas na modernidade-capitalista, nas quais as instituições "escondem" dimensões socialmente (auto)criadoras. Fonte: elaborado pelo autor.

Retomando o sentido contrário deste último esquema, o movimento representado na Figura 10 estabelece uma sociedade não-histórica. Tendo em vista as reflexões de Castoriadis, toda sociedade é histórica; não haveria como o “social” não ser social-histórico, uma vez que o movimento de renovação e de reprodução sociais ocorrem inseridos num processo histórico que ultrapassa este mesmo social. Ou seja, a história passada de uma sociedade se conecta à sua história sendo feita no presente, o que poderia apontar a emergência da potência, o devir-outro, na história que se realizará no futuro. Assim, uma sociedade em que seu caráter instituinte prevalece sobre suas instituições estabelecidas não contempla a direção autonomista tratada.

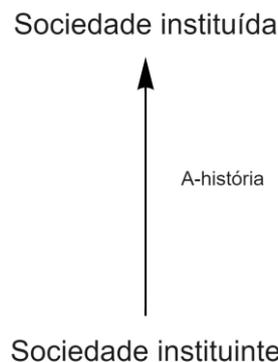


Figura 10. Representação em que a história do social não existiria. Fonte: elaborado pelo autor.

Seguindo este raciocínio, a práxis autonomista reconhece a relação entre presente, passado e futuro de uma sociedade sem que haja sobreposições de uma dimensão temporal sobre a outra. Ou seja, auto-instituição da sociedade significa que a relação entre suas instituições e a emergência inesperada do novo se associam continuamente em busca de melhoramentos contínuos das condições materiais, institucionais e subjetivas dos atores que fazem esta sociedade existir (Figura 11).



Figura 11. Práxis autonomista no plano social-histórico. Fonte: elaborado pelo autor.

Como dito no tópico anterior, a práxis autonomista elucidada por Castoriadis não contempla a questão espacial. Tampouco a interpretação que Pogrebinschi faz de Marx menciona o espaço como elemento decisivo para o desvanecimento do Estado com vistas à emancipação. Neste sentido, a reprodução das relações sociais de produção pensada por Lefebvre colocaria novos esquemas em que o espaço figura como novo elemento, tanto em relação à práxis autonomista quanto à emancipação via desvanecimento do Estado.

Autogestão, neste sentido, admitiria autonomia e emancipação simultaneamente, pressupondo uma espécie de unidade multifacetada em que se associam dialeticamente subjetividade e sociedade, atividade política e atividade social, vontade e necessidade, particular e universal, etc. É um horizonte autogestionário que traduz tentativas de nomeação da (possível) emergência de uma plasticidade implicada na organização da vida, que ainda não conhecemos e cujo mecanismos pouco podemos detalhar, já que se liga ao efetivamente novo, que é, em alguma medida, imprevisível.

Por força da desvalorização que Pogrebinschi e Castoriadis atribuíram ao espaço, caberia designar *autogestão sócio-espacial* como uma entrevisão de sociedades para além do capital. Ou seja, o fim do modo de produção capitalista, que é o fim da propriedade privada e da divisão do trabalho, seria o estabelecimento de uma organização em que a autogestão sócio-espacial pressuponha um horizonte de transformação radical contínuo, num movimento que permanece superando, igualmente, o surgimento de conjecturas reformistas e/ou heterônomas.

Partindo dos esquemas que ilustram a política moderna interpretada por Pogrebinski e a sociedade auto-alienada sugerida por Castoriadis, a Figura 12 apresenta a sociedade instituída como aquela que mantém a separação entre Estado e sociedade civil através da auto-alienação. As lutas sociais e políticas para além do capital representam, neste sentido, atores incontornáveis na realização de transformações sócio-espaciais. A transformação sócio-espacial é definida a partir do desvanecimento do estado e da práxis autonomista, desdobrando-se numa associação nomeada auto-instituição sócio-espacial. Este termo define a relação entre a socialização criadora de relações entre atores (relações sociais e políticas instituídas e relações sociais e políticas para além do capital) e produção do espaço (espaço produzido e autoprodução do espaço).

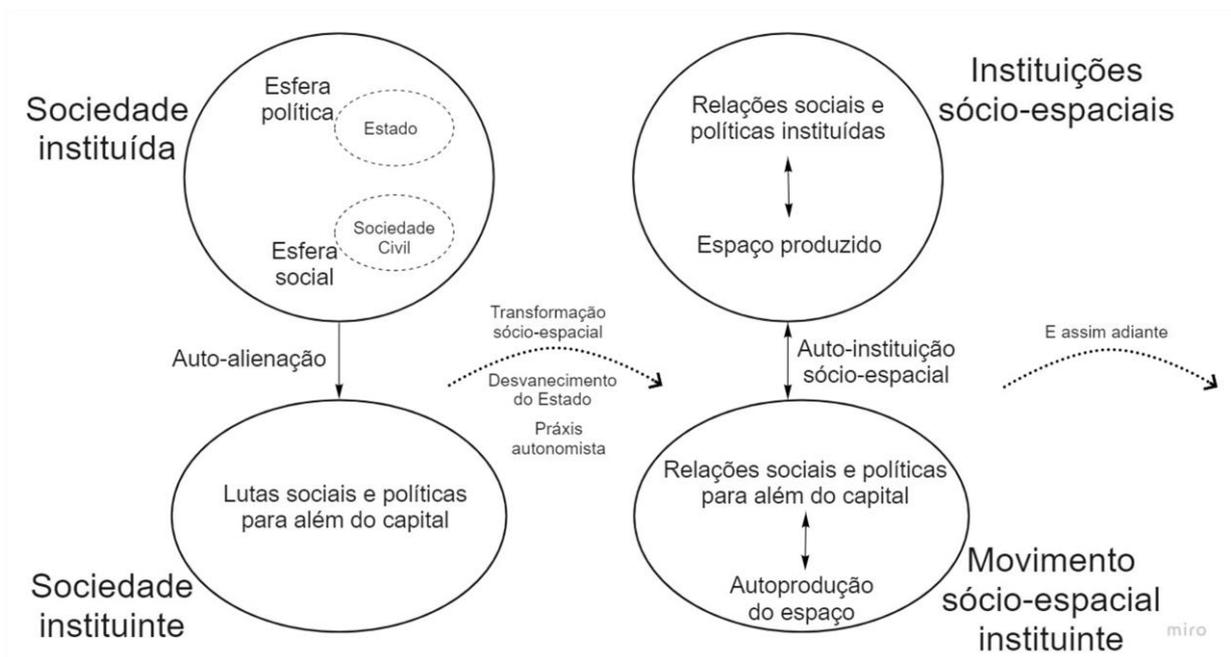


Figura 12. Arranjo criado a partir de esquemas anteriores, rastreando uma representação da noção de transformação sócio-espacial. Fonte: elaborado pelo autor.

O esquema acima é resumido na Figura 13, levando-se em conta a noção de autogestão sócio-espacial mencionada. As diversas transformações sócio-espaciais foram sintetizadas no termo genérico auto-alteração sócio-espacial. Desse modo, uma sociedade emancipada do capital seria aquela capaz de se auto-alterar nas e pelas relações sócio-espaciais.

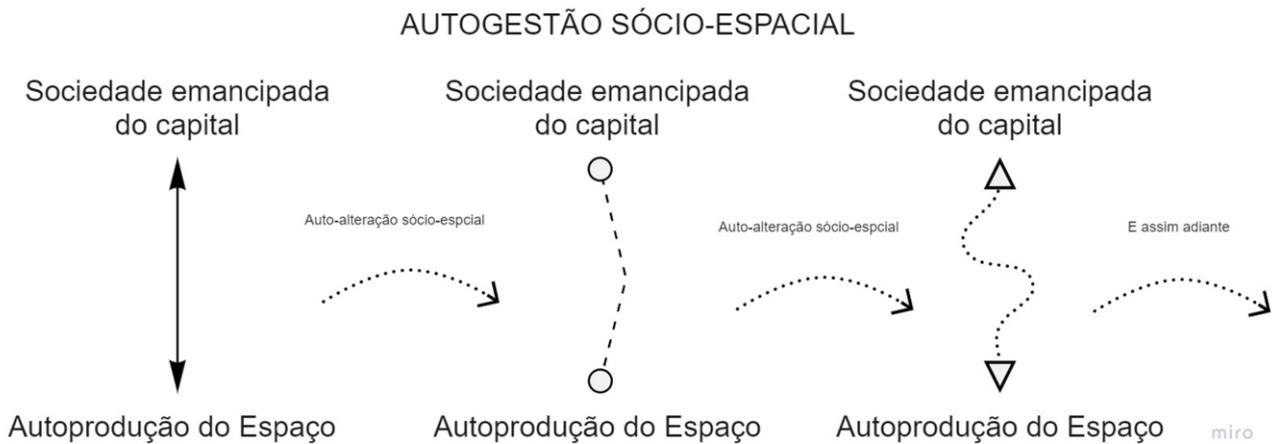


Figura 13. Síntese de arranjos criados a partir de esquemas anteriores, ilustrando a noção de autogestão sócio-espacial. Fonte: elaborado pelo autor.

As figuras 12 e 13 compõem visualmente o horizonte de transformação radical aqui investigado. Indicam entrevisões associadas ao que poderia ser a superação das contradições capitalistas a nível global. Nesta sequência, um horizonte é sempre inatingível; pode ser referência de busca para direcionamento de esforços, mas se movimenta continuamente para além de quem o vislumbra. Esta representação abstrata poderia orientar descrições de experiências concretas, avaliando-as positiva ou negativamente segundo estas direções emancipatórias. Autogestão sócio-espacial estaria implicada, portanto, em situações que não existem senão através de suposições, podendo assim servir de baliza crítica para categorizações de situações reais, com as quais lidam diretamente as assessorias. Sendo assim, o movimento que caracteriza a abordagem sócio-espacial só se conforma a partir da realidade conformada pelas sócio-espaciais na qual pesquisadores e profissionais da arquitetura urbana se ocupam.

Entrever novas condições subjetivas, materiais, político-institucionais e coletivas exigiria que as atuais condições fossem profundamente investigadas e (res)significadas. A auto-referência implicada na transformação radical da sociedade e da produção do espaço poderia ser genericamente caracterizada pela problematização (do "aqui" e do "agora") que se desdobra num processo de aprendizagem de novos problemas constatados. Esta operação, uma espécie de problematização-aprendizagem, tenderia a facilitar processos transformadores. Aprender, que se liga à invenção, e problematizar, que se liga ao exercício

crítico, só existem referidos a um espaço e a relações sociais específicos, que aqui e agora são predominantemente (re)produzidos pelo capital. A noção de problematização-aprendizagem, portanto, serviria de ferramenta para elucidar o caráter pedagógico da assessoria técnica de um modo geral, com vistas à emancipação autogestionária contínua. Este assunto será abordado no capítulo 3.

O próximo capítulo trata de experiências específicas, vinculadas ao campo da arquitetura, abordando algumas políticas institucionais e práticas diretas junto a Ocupações Urbanas, movimentos sociais de luta por moradia, militantes e ativistas que as acompanham. Em geral, este debate poderia ultrapassar esta especificidade, de forma que outros campos (filosofia, psicologia, serviço social etc.) e outras lutas (pela reforma agrária, antimanicomial, antirracista, feminista etc.) seriam fundamentais ao “devir-outro da abordagem sócio-espacial”. De forma ampla, o campo da assessoria é uma atividade atravessada por situações pedagógicas, já que ela estabelece o encontro entre conhecimento escolarizado e conhecimento popular (ou tradicional). Aposta-se, portanto, num horizonte de emancipação em que o processo de aprendizagem (e de “desaprendizagem”) seja indissociável do engajamento crescentemente crítico em relação às situações cotidianas e concretas em questão.

## **2. CONTATO ENTRE SABERES: PROBLEMATIZAÇÃO E APRENDIZAGEM**

### **2.1. Canais participativos e políticas municipais de habitação**

A trajetória das políticas habitacionais em Belo Horizonte apresenta situações em que importantes aberturas à participação da sociedade civil serviram de referência para diversas outras cidades no Brasil. Desde a chamada redemocratização, as políticas se transformaram tanto no sentido de sofisticar os canais de contato e trabalho com aqueles que seriam beneficiados por este ou aquele formato da política habitacional quanto no sentido de reproduzir determinadas situações que reforçam heteronomias de diversas ordens. As descrições e considerações neste tópico seguem uma cronologia, mas não têm o intuito de reforçar uma lógica de evolução linear-temporal nos mecanismos de participação, na qual

retrocessos são atribuídos ao passado e avanços ao futuro. Tendo como base a noção de autogestão sócio-espacial delineada no capítulo anterior, distintos graus de participação forçam o entrelaçamento entre reprodução e emergência do novo nos contextos mencionados. Ainda assim, se determinado programa se abre para sua própria alteração em seu decurso, criam-se tendências de avanços, e quanto mais radicalizadora é esta abertura mais tendem à autogestão. Por outro lado, retrocessos poderiam ser identificados como situações nas quais houve pouca ou nenhuma abertura para que o objetivo da proposta fosse alterado na direção autonomista sugerida.

Graus de participação nas políticas de planejamento foram reestruturados por Marcelo Lopes de Souza tendo como referência a escada da participação popular de Sherry Arnstein (Borel, 2020, p. 46). O autor define oito graus:

Souza considera como *não-participação* os degraus 1 e 2, que denomina como coerção e manipulação. Os degraus 3, 4 e 5 são respectivamente, informação, consulta e cooptação, considerados como *pseudoparticipação*. E os degraus 6, 7 e 8 denominados parceria, delegação de poder e autogestão, são aqueles nos quais ocorre a *participação autêntica*. (Borel, 2020, p. 46)

O estudo dos processos participativos no interior de políticas habitacionais é importante para esta pesquisa porque permite que o enfoque na vida cotidiana das pessoas seja analisado à luz do movimento que caracteriza o trabalho de técnicos em territórios pobres. São agentes que prestam algum tipo de serviço para os moradores potencialmente beneficiados, mas de formas diferentes, com interesses por vezes divergentes, ou até mesmo abrindo mão do caráter participativo inicialmente previsto. Mais especificamente, o trabalho de técnicos planejadores seria enfoque privilegiado para apreender as relações sócio-espaciais gerais de forma crítica, visto que predominantemente estão formalmente limitados ao campo do planejamento urbano operado pelo Estado.

O engajamento crítico de arquitetos e planejadores no âmbito habitacional pode ser identificado desde o final dos anos 1960 (Kapp; Baltazar, 2021, p.441). A tendência de uma abordagem que se pretenda crítica é de se aproximar do espaço real, ou seja, torna-se importante pensar e apreender concretamente a escala microlocal do território em questão. As técnicas utilizadas para representação de uma cidade inteira, por exemplo, dificultam que o enfoque crítico possa de fato privilegiar as ações das pessoas, limitadas ao espaço em que

suas relações se movimentam, que, obviamente, não poderia corresponder ao espaço da cidade como um todo.

As lutas sociais que emergem com o fim da ditadura militar se desdobram naquelas que se manifestam hoje, heterogênea e amplamente articulados pela moradia, pelo direito à cidade<sup>16</sup> e pela reforma urbana<sup>17</sup> no Brasil. Nestes mais de trinta anos, as diretrizes dos mecanismos de planejamento urbano foram significativamente questionadas e debatidas. Os desdobramentos concretos destes avanços e retrocessos não cabem nesta investigação, essencialmente num país de proporções continentais; neste sentido, vale apontar alguns aspectos das políticas de habitação construídas no município de BH.

Já ao final da década de 1970, o papel das Comunidades Eclesiais de Base, vinculadas à Pastoral da Favela e à Arquidiocese da cidade, contribuíram na criação de condições para que alguns canais de negociação com o Estado fossem estabelecidos. O apoio da Pastoral das Favelas às associações de vilas e favelas impulsionou a organização política desses moradores pela cidade, e foi fundamental para a criação da Federação de Bairros e Vilas (FBV) e a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP)<sup>18</sup>. Foi a porção da população urbana politicamente mais distante dos poderes instituídos, os moradores de vilas e favelas, que apresentaram uma rearticulação, ainda clandestina devido à ditadura militar, da luta pela moradia em meados da década de 1970 (Sommariba, 1996 apud Conti, 2004, p.191). As lutas se orientaram pela noção de que o direito à propriedade não pode ser exclusivo às classes ricas e que ele é a condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania (Idem, p. 191). Portanto, antes mesmo do fim da ditadura militar já existia o debate sobre a função social da propriedade,

---

<sup>16</sup> Direito que aparece em Henri Lefebvre também como direito à decisão política, já que o espaço tem componentes políticos (e a política tem componentes espaciais). Sua teoria do espaço trata da centralidade urbana "decisional" como cada vez mais centralizada à revelia das iniciativas de descentralização dos comércios e serviços. Existe uma política do espaço que é operada (também através do planejamento urbano) de modo que aprofunda as assimetrias de poder de decisão, reunindo espacialmente o poder político do Estado. Já na década de 1970, Lefebvre chamava atenção para uma espécie de semicolonialismo nas metrópoles, nas quais regiões pobres são submetidas à situação de colonos da centralidade espacial-decisional. (Lefebvre, [1974] 2016, p. 73)

<sup>17</sup> "A reforma urbana [...] não se circunscreve a uma remodelação do espaço físico. Ela é uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social." (Souza, 2005, p. 112). É importante ressaltar que a noção de reforma urbana esteve, com alguma força, representada pelas lutas sociais no processo de emenda popular à Assembleia Nacional Constituinte, em 1988. (Kapp; Baltazar, 2021, p. 443)

<sup>18</sup> A UTP foi formada com grande influência da antiga FTFBH (Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte), atuante no período anterior ao Golpe Militar de 1964. (CONTI, 2004, p. 191)

noção que é levada adiante por muitos movimentos, técnicos, pesquisadores e ativistas contemporâneos.

A função social da propriedade pode ser considerada uma garantia constitucional válida para demonstrar como a valorização da terra se dá pelo trabalho do conjunto da sociedade urbana, e para denunciar o processo pelo qual os proprietários (e fundamentalmente os capitais) conseguem extrair riqueza pública para benefícios privados. Sua inclusão no texto constitucional significa uma pauta importante para as lutas sociais por moradia, já que sustenta uma expressão muito conhecida: manter um terreno urbano desocupado é descumprir a lei, enquanto ocupa-lo é um direito (Lourenço, 2014, p.99). Para além de uma lei, a função da propriedade aponta para a noção de trabalho socialmente necessário. Não seria apenas a terra que se valoriza através do trabalho da sociedade, mas o mecanismo que atribui valor às coisas, de forma geral, é o trabalho humano. O modo de produção capitalista expropria este valor de quem trabalha, valorizando o capital em detrimento da livre utilização da riqueza produzida pelas pessoas. Assim, se qualquer atividade produtiva desenvolvida num determinado terreno urbano significa o cumprimento da função social da propriedade, esta não seria uma função necessariamente útil para que as pessoas utilizem a riqueza produzida, mas para que o capital possa se valorizar a partir dela. Desse ponto de vista, a função social da propriedade pode reforçar aquilo que diz combater, porque permite que a atividade capitalista realizada na propriedade restrinja o acesso das pessoas à terra e à riqueza produzida por esta atividade. Mesmo que a lei possa funcionar como garantia de direitos em determinadas situações, geralmente de proporções territoriais microlocais, a propriedade privada da terra não teria nenhuma função numa sociedade efetivamente autogestionária.

Em janeiro de 1983 é criada a proposta para o PROFAVELA, um programa municipal que tinha como objetivo intervir nas favelas efetivando sua “urbanização”<sup>19</sup> e regularização. Foi selecionado um parâmetro urbanístico<sup>20</sup> para caracterizar os territórios favelados e criar as condições legais para as intervenções. Neste contexto, é criada a Companhia Urbanizadora

---

<sup>19</sup> Urbanização é um termo utilizado por quase todos os atores envolvidos nas políticas de habitação, com diferentes significados e interesses. A utilização das aspas ressalta este caráter multifacetado da palavra.

<sup>20</sup> Esse parâmetro legal é o Setor Especial 4 (SE-4). Nesse período ocorreram iniciativas semelhantes no Recife, através do “Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social”, o Prezeis. (CONTI, 2004, p. 194)

de Belo Horizonte (URBEL) para alcançar, entre outras coisas, a efetividade desejada no trabalho do PROFAVELA. O objetivo foi que ela operasse desvinculada de outros setores do poder público, e que pudesse resguardar alguma autonomia para definir as prioridades do Programa e mediar o jogo de conflitos. (Conti, 2004, pp. 194-195) Para regulamentar a proposta foi necessária uma ampla articulação na cidade que envolveu movimentos sociais, setores da igreja católica e organizações não governamentais, na qual foi reivindicada a transferência da gestão do PROFAVELA para a URBEL. Isto é, mais que importante para a trajetória das políticas municipais e uma referência nacional de estratégias administrativas, a pressão popular foi determinante para consolidar o PROFAVELA (Idem, p. 196).

O PROFAVELA teve forte influência de ONGs<sup>21</sup> estrangeiras no que diz respeito às metodologias de intervenção pública. No início dos anos 1990, a discussão entre técnicos da prefeitura e técnicos da cooperação internacional gerou estudos que trataram de perspectivas mais estruturantes<sup>22</sup> com base em classificações socioeconômicas e jurídicas da população favelada (Conti, 2004, p. 194). A priorização da “urbanização” e da legalização da posse nas favelas, neste sentido, permitiria afirmar que não houve no PROFAVELA uma preocupação com o contexto microlocal do território, fundamental para engajamento crítico dos planejadores e dos moradores envolvidos.

As comunidades não foram empoderadas, porque o PROFAVELA equiparou o direito à moradia ao direito à propriedade privada, desconsiderando formas de propriedade coletiva. Além disso, muitos “beneficiários” não viram benefício real numa formalização da propriedade que ignorasse as demandas de melhorias físicas. (Kapp; Baltazar, 2021, p. 444)

Entre 1993 e 1996, a experiência da gestão municipal Frente BH Popular (FBHP), com o prefeito Patrus Ananias (PT), ficou marcada por maior presença das organizações populares nas políticas públicas da cidade. No âmbito da habitação de interesse social, e diante de uma ampla articulação, em dezembro de 1994, foi criado o Sistema Municipal de Habitação (SMH) no qual a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), vinculada à prefeitura, passaria a ser o órgão gestor do Fundo Municipal de Habitação (FMH) e executor da Política Municipal de Habitação (PMH). O Conselho Municipal de Habitação (CMH) é criado com a finalidade de tomar as decisões acerca do FMH, porém, a representatividade

---

<sup>21</sup> São elas a alemã *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ) e a italiana *Associazione dei Volontari del Soccorso Internazionale* (AVSI). (CONTI, 2004, p. 197)

<sup>22</sup> Estruturantes do ponto de vista da infraestrutura urbana, e não da estrutura social.

dos setores sociais foi comprometida (Bittencourt, 2017, p. 23). A primeira concepção da proposta do SMH foi um processo amplamente participativo, mas não foi aprovado como tal; sofreu profundas alterações pela Secretaria Municipal de Governo e pela Câmara dos Vereadores. Na proposta inicial, os membros do Conselho deveriam reunir de forma majoritária representantes do setor popular. Na proposta aprovada, o Município deteve a maioria dos membros e a presidência do Conselho (Bedê 2005, p. 98). O desdobramento da Política, na prática, forçou o predomínio do controle sobre os quadros técnicos e institucionais.

Com a criação da Resolução II do Conselho Municipal de Habitação (CMH), a URBEL poderia atribuir às associações de moradores, cooperativas, fundações ou outros tipos de associações da sociedade civil, o papel de prestadores de serviços para a implementação da Política. Ou seja, aqueles potencialmente beneficiados com a produção de moradias poderiam se organizar e assumir também o papel de executores da proposta (Bedê, 2005, p. 90). Esta abertura, embora seja mencionada como autogestionária, é participacionista; ocorre que autogestão sócio-espacial implicaria permitir mudanças radicais na finalidade do que está sendo proposto, em suas características centrais e no direcionamento dos recursos envolvidos, em qualquer de suas etapas, e não apenas participação popular na etapa de execução do que foi previamente planejado .

As formas pelas quais a participação seria alcançada nestas novas disposições da política habitacional sob a gestão FBHP podem ser classificadas em gestão pública, cogestão e “autogestão”<sup>23</sup> (Kapp; Baltazar, 2021, p. 445). Se transformações sócio-espaciais apontam para o fim do Estado, autogestão não significa o alcance de um formato mais desejável das políticas públicas, mas, igualmente, o fim destas e a emergência de arranjos políticos inteiramente novos. Neste sentido, participação institucionalizada não tem correspondência com autogestão. Seguindo as ideias de Castoriadis:

Pode-se, se se quiser, chamar a autogestão de auto-organização; mas auto-organização *de quê?* A auto-organização é também auto-organização das condições (herdadas social e historicamente) nas quais ela se desenrola. E estas condições, condições instituídas, englobam tudo: as máquinas, as ferramentas, os instrumentos

---

<sup>23</sup> Vale reforçar que autogestão sócio-espacial é um horizonte direcionado à emancipação, o que não se confunde com a participação popular em etapas executivas ou deliberativas de uma política habitacional promovida por uma gestão municipal.

de trabalho, mas também seus produtos; o seu meio, mas também os locais de vida, isto é, o habitat, e a relação entre os dois; e também, sobretudo, evidentemente, os indivíduos presentes e futuros, os seres humanos, sua formação social, sua educação no sentido mais profundo do termo – *sua paidéia*. Autogestão e auto-organização ou são vocábulos para divertir o povo ou significam exatamente isto: a auto-instituição explícita (sabendo-se tal, esclarecida tanto quanto possível) da sociedade. (Castoriadis, 1983, p. 20 apud Souza, 2012, p. 64)

Esta definição amplia a questão para além de tendências que esta ou aquela política pública poderiam resguardar e sugere que não haveria como, através de uma política municipal de habitação, alcançar a autogestão. Ainda que a trajetória do município belo-horizontino seja reconhecida, inclusive pela eficiência da gestão FBHP em ampliar as condições para participação sofisticando alguns mecanismos da política, cabe ressaltar esta definição de participação institucional no interior de um importante e rigoroso debate sobre a questão:

Sem desvalorizar as conquistas alcançadas pelos espaços participativos e sua importância na sociedade, vários autores discutem como a prática participativa se distanciou do discurso constitucional da soberania popular e configurou-se, muitas vezes, com processo simbólico de formalização de decisões impositivas e norteadas por interesses diferentes dos da população. Alguns desses estudos, em especial sobre o município de Belo Horizonte, apontam para uma generalização de práticas heterônomas, direcionadas pelos interesses do poder público e pela dominação do capital, em detrimento de um real acordo com a sociedade civil. Demonstam que os mecanismos legais e instâncias de diálogo existem, são acessados, e podem trazer algumas conquistas à população pobre; mas ocorrem prioritariamente de cima para baixo e são direcionadas por interesses superiores e invisíveis em relação aos que são claramente colocados em jogo. Essa crítica a processos participativos institucionais restritivos e superficiais é formulada como *participacionismo*. (Borel, 2019, p. 44)  
[grifos da autora]

Perseguir autogestão colocaria em discussão o papel do Estado como estrutura de organização social. Ao mesmo tempo, o governo deste Estado pode criar situações conjunturais mais ou menos favoráveis à construção de condições de participação e de apreensão do que viria a ser uma sociedade autogestionária. Ou seja, autogestão não significa o abandono das disputas em relação à conjuntura, mas decisivamente, não se limita

a elas. Pelo contrário, implica um aprofundamento das condições para que o exercício crítico-criativo das possibilidades se desenvolva de forma crescente. Se determinada conjuntura de governo favorece a participação institucionalizada, a busca por mudanças na estrutura do Estado tende a ser lançada a um suposto futuro com ainda melhores condições conjunturais, momento geralmente acompanhado do argumento de que não estaríamos prontos enquanto sociedade para tal transformação estrutural. Por ser predominantemente abandonada, esta conversão das bases organizativas da sociedade poderia ser encarada como principal eixo norteador da autogestão.

No contexto da gestão FBHP, a URBEL dá início ao Programa Alvorada (PA), enquanto o setor de planejamento do município implementa o Orçamento Participativo (OP). O PA previa três momentos para intervenções na cidade: diagnóstico, prognóstico e implementação. O ponto central era defender melhores condições de vida para as pessoas que viviam em assentamentos informais, de modo que tanto a regularização fundiária, as melhorias infraestruturais e a organização social fossem contempladas (Conti, 2004, p. 199). O OP entrou em vigor a partir de 1995 e definiu que obras para habitações de interesse social fossem propostas negociadas e votadas em assembleias com a população (Kapp; Baltazar, 2021, p. 446).

O formato do PA teve influência direta dos mesmos técnicos estrangeiros que atuaram no Profavela (Conti, 2004, p. 197). O eixo rígido na forma diagnóstico-prognóstico-execução não deixou margens, portanto, para distinções metodológicas diante dos diferentes setores da cidade. A partir de um único procedimento técnico, não haveria como levar em conta os diferentes modos vida e campos de disputas nos espaços urbanos de BH. Na escala da vizinhança, das relações concretas entre as pessoas, a diversidade de interesses tende a ser planejada, fundamentalmente no momento da execução dos projetos, mesmo tendo sido debatidos com representantes destas localidades. A construção de canais de representação e comunicação popular com o Estado são importantes percursos em direção ao reconhecimento do protagonismo desta diversidade local na produção do espaço. Contudo, uma vez fixado um modelo, quase sempre seguindo a sequência – levantamento, planejamento e intervenção –, a emergência das diferenças entre moradores tende a ser dificultada. Ocorre que, de um modo geral, a autoconstrução da moradia não segue esta sequência; não é comum que moradores que constroem sua casa através do mutirão,

contratando um ajudante ou mesmo um mestre de obras local, necessitem de um projeto acabado antes de começar a construir; alterações do planejamento, geralmente um processo restrito ao plano do pensamento, tendem a surgir em todas as etapas da autoconstrução. Mesmo em relação à autoconstrução de espaços locais de uso coletivo, consideravelmente mais difícil de ser equacionada, a execução das intervenções pode ser alterada em virtude das adversidades que enfrentarão para concretizar a iniciativa. Neste sentido, o PA marca uma conjuntura municipal favorável ao diálogo que, em alguma medida, contempla o interesse popular. Noutra medida, aponta tendências de cristalização das intervenções em modelos que correspondem a práticas, muitas vezes, externas à localidade que se pretende intervir. No âmbito técnico do planejamento, porém, a sequência diagnóstico-prognóstico-execução é recorrente.

É também marcante no PA a aposta no reforço da lógica de propriedade individual. A ênfase na melhoria da qualidade de vida a partir de uma cidadania conferida pela propriedade privada da habitação é representada por meio do esforço pela regularização fundiária. Apostou-se que a partir da legalização da terra e da habitação seria possível diminuir as desigualdades habitacionais. Mesmo que movimentos sociais, associações de bairro, ou um conjunto de moradores reunidos numa determinada atividade contestatória estejam legitimamente reivindicando regularização fundiária e/ou propriedade do solo, seria desejável ultrapassar os modelos que predominam no controle da produção espacial pelo Estado, e para tal, como defendido aqui, assumir como referência o horizonte radicalmente transformador da autogestão sócio-espacial. Assim, mesmo que um programa como o PA preveja regularização e titulação, hipotética e justificadamente reivindicadas pelos setores populares, haveria condições de ir além delas? Seria possível alcançar aquilo que é efetivamente novo (alguma espécie de "propriedade coletiva" ou de "cidadania ativa", por exemplo)?

A implementação do OP esteve acompanhada de outra ferramenta da política habitacional, o Plano Global Específico (PGE), oficializado a partir de 2000. Através do OP, moradores deveriam adquirir os recursos para elaboração do PGE relativo à sua comunidade-território. As famílias interessadas criam um grupo de referência que representa o restante dos moradores, enquanto a URBEL seleciona por meio de licitação pública as organizações técnicas, geralmente privadas, para produção do PGE, que precisa ser aprovado pelo grupo

de referência, levando-se em conta o contexto microlocal, as propostas para solucionar problemas identificados e o estabelecimento de diretrizes de intervenções (Kapp; Baltazar, 2021, pp. 447-448). Aprovada a elaboração do PGE, dá-se início ao processo de planejamento propriamente dito. É realizado um diagnóstico com levantamentos sobre o território, as circunstâncias legais e as condições sociais, econômicas e políticas dos moradores. Os planejadores realizam uma série de entrevistas com lideranças e discutem os resultados com o grupo de referência, encaminhando o processo para deliberação em assembleia. Quando finalizado o PGE, os recursos para sua execução são aprovados e as construtoras realizam as obras. Tanto a aprovação da licitação quanto a fiscalização das obras ficam a cargo da URBEL. Esta sequência de procedimentos se torna referência para criação do programa Vila Viva, em 2005. (Idem, p. 449)

Os mecanismos de participação foram construídos ao longo de um processo de trabalho, no qual a aprendizagem dos planejadores e gestores da política habitacional promoveu transformações institucionais inegavelmente importantes para o debate atual. Poderia o exercício de planejamento urbano, mesmo contando com o incremento de ferramentas sofisticadas no contexto relativamente recente, ser radicalmente alterado? Isto é, a premissa de que a cidade é um processo, e não um produto acabado para ser entregue depois de consultas e deliberações coletivas, poderia ser contundentemente levada adiante nas propostas de formulação e reformulação das políticas? Quais as consequências de dinâmicas inclusivas e participativas baseadas no enquadramento diagnóstico-planejamento-execução para o engajamento e mobilização de moradores em relação ao espaço em que vivem? Se a vida cotidiana é processo que entrelaça sanções e impasses, as deliberações ao nível coletivo poderiam ser pensadas de forma estanque, como produto de um planejamento minucioso e exaustivo que não se permite alterar? Ainda que o caráter participativo tenha sido ampliado, o objetivo final, geralmente uma obra bem-feita, de fato melhorou as condições sócio-espaciais das pessoas? Como um programa habitacional poderia ser concebido, à exemplo do urbano, firmemente como processo? Considerando o planejamento urbano engendrado pelo dispositivo do PGE, esta noção de que a vida urbana é processo parece apontar contribuições valiosas.

[...] o método do PGE obedece à sequência convencional do planejamento, com levantamento de dados, diagnóstico e propostas, que engata bem na sequência igualmente convencional de

planejamento, construção e uso, como se o ambiente urbano fosse um produto acabado e não um processo em curso e em constante mutação, feito por pessoas capazes de agir segundo escolhas próprias. (Kapp; Baltazar, 2021, p. 452)

Gestão e planejamento são atividades comumente atribuídas ao Estado. Pode-se dizer que há também gestão e planejamento no âmbito das relações mais imediatas dos indivíduos. A gestão trata do manejo dos recursos de que se dispõe no presente, enquanto o planejamento remete à tentativa de previsão dos obstáculos ou facilidades em relação a determinado objetivo a ser alcançado no futuro (Souza, 2012, p. 69). Ainda que o planejamento do Estado, numa determinada conjuntura, possa enfrentar a especulação imobiliária ou atenuar diferenças infraestruturais, por exemplo, uma estratégia que busque superar a lógica da propriedade privada e da circulação de mercadorias pela divisão do trabalho teria de pautar a autogestão e o autoplanejamento. Este direcionamento implicaria colocar a instância imediata da vida dos indivíduos em primeiro plano, podendo assim, criar situações condizentes com seus processos cotidianos. Por esse ângulo, as relações sócio-espaciais são tomadas como centrais para o desenvolvimento (humano e social).

A possibilidade de fazer e refazer as propostas, de interromper os objetivos iniciais, de alterar o destino dos recursos, ou seja, forçar alguma abertura para aplicar às políticas e programas habitacionais mecanismos que correspondam às características da vida de quem autoconstrói não aconteceu em BH: “a autogestão para melhoria de assentamentos existentes nunca foi seriamente debatida em Belo Horizonte.” (Idem, p. 446). Nos trabalhos que participei junto às Ocupações da Izidora, por exemplo, ficou nítido que pequenas melhorias habitacionais tendem a ser mais importantes para os moradores. O tempo e a forma pela qual a participação institucionalizada é implementada pelo poder público não condiz com estes desejos mais imediatos, o que dificulta o engajamento e facilita à cooptação dos representantes que se mobilizaram.

Trazendo este debate para ajustes institucionais mais recentes, em 2018 e 2019, o Plano Diretor de BH foi revisto dando origem à Resolução LII do Conselho Municipal de Habitação (CMH). As novas transformações na política municipal de habitação buscaram atualizar alguns instrumentos regulatórios e reestruturar linhas programáticas para atuação dos agentes. A partir da reunião de forças diversas como Estado, sindicatos, universidades, movimentos de luta pela moradia, empresários e técnicos em habitação, três eixos definiriam

as linhas programáticas: provisão habitacional, intervenção em habitações de interesse social e assessoria e assistência técnica. O termo produção habitacional foi substituído pela provisão habitacional para enfatizar que atender às necessidades por moradia não significa construir novas habitações.<sup>24</sup> Esta mudança interessa a movimentos de moradia e moradores de Ocupações porque sugere abertura para que os imóveis desocupados em regiões valorizadas possam ser utilizados para atenuar o déficit habitacional<sup>25</sup>. O tipo de abertura que será concretizada com estas novas transformações ainda é desconhecido.

Na Resolução LII foi criado um conjunto de programas, ainda não regulamentados, voltados às iniciativas de assessoria e assistência técnica para habitações de interesse social, integrando arquitetura urbana, engenharias da construção e serviços sociais diversos. Esta proposta de inserção dos agentes nos territórios, prevê escritórios descentralizados e equipes interdisciplinares que com a pretensão de serem compatíveis com as demandas, os tempos e as práticas das famílias consideradas. Algumas diretrizes apontam iniciativas que abordam pessoas em situação de rua, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, por exemplo<sup>26</sup>. São revisões potencialmente importantes para a realidade das políticas públicas habitacionais em BH porque se aproximam de situações simples, atividades corriqueiras das pessoas.

Permanece, contudo, a menção à autogestão como algo que o Estado possa prover<sup>27</sup>. Expressões como “estímulo da autogestão” tendem, assim, à renúncia das questões que efetivamente estão implicadas na apreensão deste conceito. Esta tendência de banalização de um conceito não é nova, ocorre quando ele se populariza. Como no caso do direito à cidade, esta popularização-banalização pode vir a oferecer oportunidades de deslocamento

<sup>24</sup> Retirado da fala de Júnia Naves, funcionária da URBEL, no Seminário de 25 anos da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte, realizado em 2019. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVck9Nek&feature=emb\\_title&ab\\_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte](https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVck9Nek&feature=emb_title&ab_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte)>

<sup>25</sup> Nestas mudanças da política urbana em BH o Programa de Locação Social prevê que famílias poderão receber subsídios para pagar seu aluguel por tempo indeterminado. Os primeiros a receber o abono pecuniário são idosos que integram o passivo do Orçamento Participativo da Habitação (a chamada “fila”). Estas considerações foram retiradas da fala de Júnia Naves no Seminário de 25 anos da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte, realizado em 2019. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVck9Nek&feature=emb\\_title&ab\\_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte](https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVck9Nek&feature=emb_title&ab_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte)>

<sup>26</sup> Retirado da fala de Luiz Barros, funcionário da URBEL e integrante do Coletivo Habite a Política, no Seminário de 25 anos da Política Municipal de Habitação, ocorrido em 2019. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVck9Nek&feature=emb\\_title&ab\\_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte](https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVck9Nek&feature=emb_title&ab_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte)>

<sup>27</sup> Durante a realização do Seminário 25 anos da Política Habitacional de Belo Horizonte, em quase todas as apresentações a autogestão (ou a falta dela) foi atribuída ou vinculada alguma dimensão da política pública habitacional. Disponível em <[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/o1\\_videoteca/index.htm](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/o1_videoteca/index.htm)>

do cerne do conceito em ambientes desvinculados da produção acadêmica ou institucional. Quando lideranças de movimentos sociais organizam debates sobre o direito à cidade, por exemplo, emergem construções que são ricas em seus vínculos com experiências reais, contraditórias e contingentes. São pontos de vista associados a trajetórias sociais de pessoas que não passaram por um longo processo de escolarização, e nesse sentido, o exercício de abstração sobre o conceito ganha novos contornos.

Conceitos complexos que se popularizam através das organizações da sociedade civil podem vir a ser transformados pela sua identificação com situações de exploração e violência vividas pelos setores populares, e assim, tendem a se ampliar trazendo consequências diversas. Quando autogestão se populariza de cima para baixo, quando políticas públicas adotam autogestão como premissa para desenvolvimento de programas habitacionais, fica muito fácil confundi-la com individualização liberal. A “tão sonhada” casa própria, por exemplo, poderia ser facilmente imaginada como objetivo a ser atingido pelas pessoas que se inscrevem num programa dito autogestionário. Não é incomum projetar desejos pessoais em conceitos que não foram apreendidos em sua profundidade, principalmente quando estes conceitos são “oferecidos” pelo Estado na forma de realização individual – a moradia de um núcleo familiar. Autogestão, tendo como referência discutida no capítulo anterior, isto é, autogestão do ponto de vista da abordagem sócio-espacial, implicaria o fim da distinção entre programas habitacionais e seus beneficiários, no limite, representa uma organização coletiva em que a própria distinção entre sociedade civil e Estado não faria mais sentido. Assim, o termo autogestão, quando aparece vinculado ao caráter de políticas públicas, tende a reproduzir os mecanismos e no mesmo sentido de uma dinâmica estrutural injusta.

As remoções de favelados realizadas pela Chisbel e pelas chuvas já no final da década de 1970 (Conti, 2004, p. 191), exemplificam como camadas “indesejadas” da população de BH são impedidas de se inscrever na cidadania burguesa, indicando a passividade política que lhe é característica. A condição de destituídos da propriedade do solo legitima remoções ao mesmo tempo que, estabelece uma linha que separa “os de dentro” e “os de fora” desta cidadania. Cidadão e proprietário são instituições que garantem as condições para a reprodução do capital no e pelo espaço urbano; tudo se passa como se esta reprodução não fosse também renovação; como se não emergissem novos desejos, novas necessidades,

novas condições. É neste sentido que propriedade e inclusão cidadã se tornam impeditivos para o estabelecimento de horizontes radicalmente emancipatórios.

O próximo tópico trata de uma ótica sobre a formação das Ocupações da Izidora em BH, predominantemente compreendidas como invasão. Se pessoas que não conseguiram comprar uma casa ou pagar aluguel acionam seus próprios meios para morar, tendem a ser, generalizadamente, rejeitadas. Quando as vias institucionais não são suficientes do ponto de vista da necessidade da moradia ou da luta social que a reivindica, quando as pessoas acionam mecanismos informais de enfretamento e resolução dos seus problemas cotidianos, elas aparecem como aquelas que decidiram abandonar por vontade própria os “benefícios” trazidos pela “propriedade” e pela “cidadania”. Essa correlação reforça apatia política e submissão dos sujeitos à individualização institucionalizada, pela qual demandas imediatas e coletivas tendem a ser desconsideradas.

## **2.2. Lutas diretas pela moradia: qual moradia?**

As Ocupações Urbanas criadas em BH no período recente podem ser lidas como estratégias para executar política habitacional nos moldes das ações, organizações e movimentações populares, muitas vezes, em contraposição à participação institucionalizada da política habitacional em vigor. São situações em que um determinado grupo organizado, majoritariamente vinculado a um movimento social amplo, toma para si a responsabilidade da provisão habitacional ocupando um imóvel ocioso na cidade. Os diferentes movimentos sociais e as diferentes Ocupações por eles organizadas (bem como as diferentes relações entre Ocupações e movimentos), ainda no interior mesmo da sua heterogeneidade, chamam a atenção por conduzir práticas que levantam longos debates sobre autonomia e emancipação.

A luta pela moradia das Ocupações se inscreve na história, não se esgota diante de análises de territórios específicos. Mas não seria desejável analisar qual moradia está sendo pretendida nesta luta sem tratar de situações específicas, de suas particularidades e impasses. São numerosas lutas, territórios e sujeitos que transformam suas estratégias e táticas continuamente, diante da conjuntura político-social igualmente dinâmica. O que significaria, por exemplo, as políticas habitacionais resolverem o problema da habitação? O que exatamente é este problema? Difícil dizer. Seriam, talvez, alguns milhões de problemas,

tendo em vista que mesmo uma moradia situada num bairro rico poderia ter problemas (inexistência de documentos que comprovem a propriedade do solo, por exemplo). O problema da moradia é um problema vago, precisa estar relacionado com uma situação concreta, na qual pessoas vivem, para ser analisado. Neste sentido, a moradia reivindicada por um morador engajado na luta da Ocupação em que mora poderia ser totalmente distinta da moradia reivindicada por seu vizinho, que mal aparece nas assembleias. Isto é, mesmo que possamos delinear um imaginário do morar compartilhado entre os moradores de determinada Ocupação, existem distinções a serem feitas entre as posturas assumidas diante de cada desejo. Técnicos (do Estado, da universidade, dos movimentos e mesmo “orgânicos”), moradores (com rendas distintas, identidades variadas e interesses divergentes), lideranças (sempre em diálogo, mas também em conflito com outros atores locais), apoiadores-ativistas (mais ou menos importantes, mais ou menos contraditórios em distintos momentos) são atores recorrentes nos processos de prestação de serviços/assessoria técnica.

As Ocupações se difundem em BH consideravelmente a partir da Ocupação Caracol, organizada pelas Brigadas Populares<sup>28</sup> em 2006. Contudo, existe uma espécie de mito de fundação<sup>29</sup> das Ocupações na cidade, que foi a criação da Ocupação Corumbiara, ainda durante a gestão FBHP, em 1996. Mais tarde, em 1999, é criado o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB).

Estas Ocupações compartilharam um contexto em que a cidade de BH vivenciava manifestações e ativismos diversos e novos. Multiplicaram-se as pautas e as abordagens das lutas, os movimentos de luta por moradia tencionaram as disputas e passaram a dar ainda mais visibilidade à noção de direito à cidade. O marco dessa intensificação são as chamadas Jornadas de Junho de 2013, na qual milhões de pessoas foram às ruas por incontáveis pautas nas metrópoles brasileiras. É também nesse contexto que as Ocupações da Izidora se realizam, dando início a um longo conflito, que dura até hoje, tendo em vista que o objeto

---

<sup>28</sup> “As Brigadas Populares se constituíram como movimento social a partir do Núcleo de Estudos Marxistas, fundado em 2003 e composto por intelectuais e estudantes de diversas áreas, particularmente do Direito. O objetivo do movimento é reunir militantes interessados em compreender a realidade brasileira à luz das teorias de Marx e buscar ações políticas concretas nas periferias das cidades brasileiras, a começar por Belo Horizonte.” (Lourenço, 2014, p. 26)

<sup>29</sup> Expressão utilizada por Lourenço no Seminário de 25 anos da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte, realizada na Escola de Arquitetura da UFMG, em setembro de 2019. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVCKgNek&feature=emb\\_title&ab\\_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte](https://www.youtube.com/watch?v=Y3OFVCKgNek&feature=emb_title&ab_channel=Semin%C3%A1rio25HBeloHorizonte)>

central das lutas das famílias, a moradia, ainda passa por incertezas quanto à sua manutenção. Reúnem, assim, pessoas em situações de instabilidade habitacional, que se instala seja morando de favor, de aluguel, ou sendo removidas de onde moravam por razões diversas (Freitas, 2015, p. 73).

### 2.2.1. Primeiras invasões capitalistas

O terreno da Izidora compreende uma área periférica na região norte de Belo Horizonte (Figura 14), rodeado por bairros populares onde predominam os chamados loteamentos irregulares. Hoje, a área da Izidora compreende quatro Ocupações Urbanas (Helena Greco/Zilah Spósito, Rosa Leão, Esperança e Vitória) e o Quilombo das Mangueiras. A maior parte da área abriga uma mata de grande porte, sem edificações ou vias. Os conflitos que envolveram a conformação deste território aparecem, muitas vezes, como questões de caráter ambiental, escondendo as dimensões políticas e econômicas para além dos verbalismos sobre preservação da natureza.

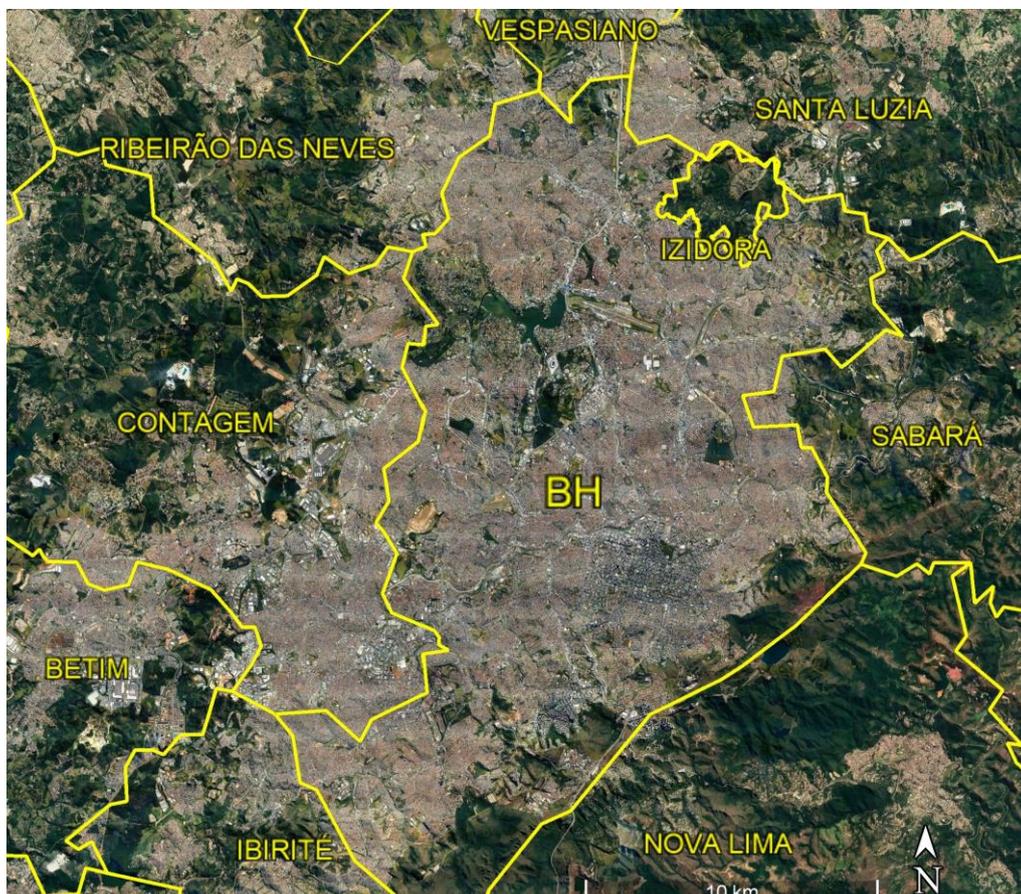


Figura 14. Representação de BH em imagens de satélite. Fonte: Google Earth, 2020

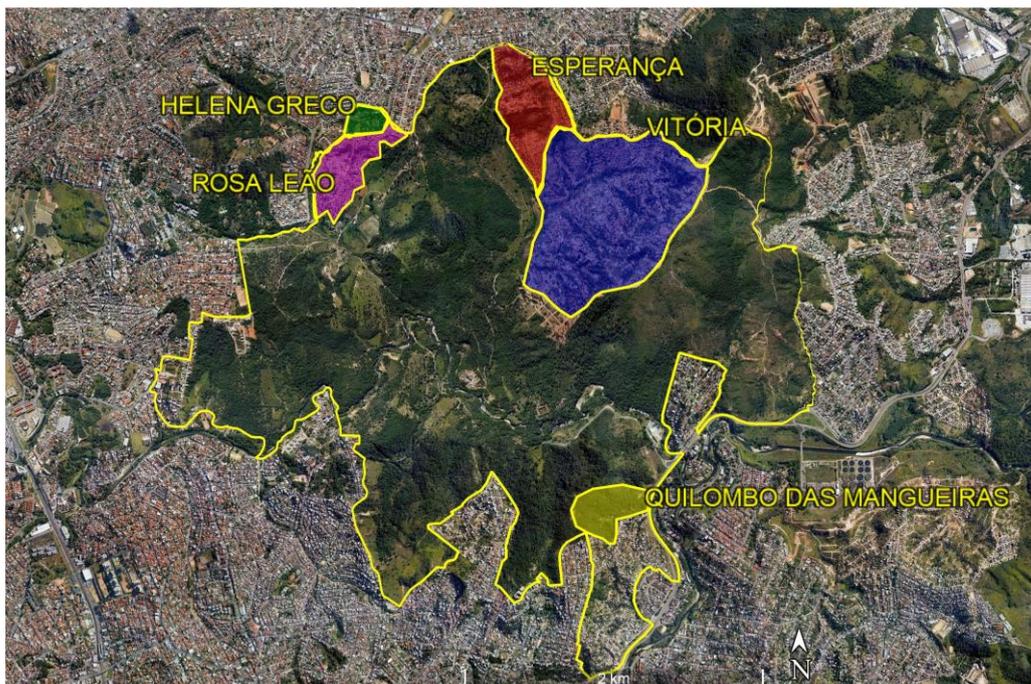


Figura 15. Representação da região da Izidora em imagens de satélite. Fonte: Google Earth, 2020

O contexto histórico desta área, no limite entre o município de BH e o de Sta. Luzia, envolve as primeiras expedições paulistas em território mineiros, no final do século XVII, em busca de ouro e pedras preciosas. Nesta época, Sabará era a cidade próxima com mais influência sobre a região, em função da atividade mineradora (Simião *et al*, 2008, p. 19). Os primeiros moradores dessa grande área se instalaram a partir da segunda metade do século XIX, quando construíram o Quilombo das Mangueiras, onde seus descendentes resistem ainda hoje. A matriarca da comunidade, Maria Bárbara de Azevedo, nascida em Santa Luzia por volta de 1863, garantiu para seus herdeiros uma área de cerca de 17 mil metros quadrados num processo de divisão das terras do Ribeirão da Izidora. O relatório elaborado pelo Núcleo de Estudos de Populações Tradicionais e Quilombolas (NuQ), da UFMG, apresentado em 2008, aponta que os pais de Maria Bárbara, Cassiano e Vicência, teriam comprado a terra, citando menções à compra em documentos do início do século XX. Maria Barbara, seus pais e seus 11 irmãos, já viviam no território pelo menos desde 1890 (Idem, p. 25). A divisão das terras do Ribeirão da Izidora, entre as décadas de 1920 e 2930, foi resultado de um processo de inventário de Cassiano e Vicência, no qual as terras herdadas passaram por uma diminuição de seu valor, e, aparentemente, também de seu tamanho (Idem, p. 30). Nessa

divisão, uma família que teve como patriarca Hugo Werneck, médico carioca, “adquiriu” metade da área de herança de Cassiano e Vicência (Idem, p. 122).

De fato, a conclusão do processo de partilha do espólio de Cassiano e Vicência viera para solidificar as bases que permitiram lançar a propriedade territorial na região da Izidora no processo de produção e circulação mercantis [...] As vultuosas aquisições de terras, feitas em 1924, pelo patriarca da família Werneck, somadas àquelas feitas pelo seu filho Roberto, entre 1928 e 1932, fruto da partilha da herança, fizeram com que o patrimônio fundiário da família adquirisse a nada modesta área de 561 hectares. (Andrade, 2017, p. 167)

É possível que a área tenha sido concedida aos Werneck pelo prefeito de Belo Horizonte em 1914, Cornelio Vaz de Mello, através do Decreto 82:

Art. 1º - Fica o Prefeito de Belo Horizonte auctorizado a conceder aos drs. Hugo Werck e Saumel Libanio, ou á empresa por elles organizada, na zona suburbana ou rural, uma área de terreno suficiente para instalação de um Sanatório Modelo. (LEI Nº82, DE 24 DE OUTUBRO DE 1914)

Este sanatório se chamou Sanatório Hugo Werneck, foi gerido pela empresa Granja Werneck S.A. e funcionou até 1975. Embora não se possa afirmar que as terras doadas pelo prefeito tenham sido de fato apropriadas indevidamente pelos Werneck, foi a partir do Decreto que alguns vereadores, o Ministério Público de Minas Gerais, a Defensoria Pública de Minas Gerais, o Núcleo de Prática Jurídica da PUC-Minas e o Grupo de Pesquisa Indisciplinar vinculado à Escola de Arquitetura da UFMG, questionaram a suposta propriedade da família, durante o anúncio da Operação Urbana do Isidoro em 2010. (Andrade, 2017, p. 154)

O Sanatório Hugo Werneck foi construído com o apoio do Banco do Brasil e foi criado pela empresa Granja Werneck S.A., cuja finalidade inicial seria gerir algumas atividades agrícolas e pecuárias voltadas para o funcionamento do Sanatório. Posteriormente, na década de 1970, uma lei federal exigiu o fechamento dos sanatórios para tratamento da tuberculose, o que invalidaria o Decreto 82 e impor a devolução das terras ao domínio público, mas isso não aconteceu. (Rodrigues, 2016, p. 41)

Voltando ao início do século XX, as décadas de 1920 e 1930 foram especialmente difíceis para o Quilombo das Mangueiras. A estrada que conecta o município de BH ao de Sta.

Luzia (MG-020) foi inaugurada em 1925, o que dividiu o território e fez surgir pressões de diversas ordens. Os quilombolas foram sendo gradativamente proibidos de circular e utilizar a floresta. Dos problemas mais recentes enfrentados pelo Quilombo, ressaltam-se: a duplicação da rodovia MG 020; a instalação do bairro Tupi-Lajedo, próximo as cabeceiras do curso d'água que atravessa o território; a construção de uma rede de esgoto dentro da comunidade em virtude desse mesmo bairro; a ocupação do bairro Novo Lajedo que pressiona a fronteira quilombola; e o aumento do valor imobiliário do vetor norte de BH, devido aos investimentos de relevância promovidos pelo Estado. (Simião *et al*, 2008, p. 123).

As práticas sócio-ecológicas dos quilombolas guardam estreita relação com as práticas de seus antepassados; o conhecimento dos mais antigos sobre plantas e sua utilização para fins medicinais, bem como a celebração de ritos tradicionais são referências centrais para a coesão da comunidade.

A ancestralidade comum e o forte vínculo com aquele território evidenciam-se hoje por um sentido de coletividade expresso em elementos de diversas ordens, desde o trato das pessoas por apelidos, o compartilhamento de memória histórica de eventos comuns, o padrão de casamentos próximos – havendo inclusive endogâmias sucessivas –, o compartilhamento de saberes e crenças relativas ao uso medicinal e místico da flora da região, entre outros. (Simião *et al*, 2008, p. 147)

O Decreto 82 tinha um outro condicionante: a isenção de impostos e taxas municipais por um período de quinze anos após a construção e início do funcionamento do Sanatório, como se lê a seguir.

Art. 2º - Esse estabelecimento gozará da isenção dos impostos e taxas municipais pelo prazo de quinze anos, a contar da data de sua instalação. (LEI Nº82, DE 24 DE OUTUBRO DE 1914)

Tendo em vista este artigo, é curioso que, em meio às ameaças de despejo que as famílias da Izidora enfrentaram a partir de 2013, os Werneck possuíam uma dívida com o município, referente ao não pagamento de IPTU, somada em cerca de sete milhões de reais. (Rodrigues, 2016, p. 45) O decreto 82 foi revogado em 1993, o que exigiria, novamente, a devolução das terras ao município, que também não ocorreu.

Já na década de 1990, após a redemocratização, a Prefeitura de Belo Horizonte promulgou a lei 6370 de 12 de agosto de 1993. Esta lei teria a finalidade de limpar a legislação municipal sem, entretanto, que houvesse 'prejuízo dos efeitos'. Dessa

forma, foi revogada a lei 0082 de 1914, todavia permaneceu a doação do terreno e sua finalidade inalterados conforme texto original (Cherem, 2011, p. 43 apud Rodrigues, 2016, p. 41).

A degradação dos recursos ambientais utilizados historicamente pela comunidade é parte do conflito sócio-ambiental da Izidora, de forma que os quilombolas foram paulatinamente expropriados dos recursos naturais fundamentais à sua reprodução social.

Apesar de seu modo de vida ser muito dependente da manutenção de seu território, que é um espaço ambiental, alguns dos mangueirenses têm dificuldade em se caracterizar como “ambientalistas”, seja pela legislação ambiental que lhes parece de difícil compreensão, seja por perceberem os ambientalistas como defensores de uma natureza que é separada do “ser humano” e que em alguns momentos, parece-lhes excluí-lo. A todo momento, parecem ser chamados a comprovar que são “defensores do meio ambiente” e ainda depender destas “provas”, avaliadas por inúmeros “técnicos” e “doutores ambientais”, para garantirem suas permanências no próprio território sócio-cultural. (Simião *et al*, 2008, p. 143)

Vale ressaltar que a luta das Ocupações da Izidora não se confunde com a luta dos quilombolas. Durante sua constituição, as Ocupações foram apoiadas por muitos pesquisadores, movimentos sociais, juristas, técnicos etc. A visibilidade nacional conferida ao conflito tem seu foco na luta pela moradia das Ocupações, de forma que é comum ver pessoas que moram, trabalham ou conhecem bem as Ocupações se surpreenderem com a existência de um Quilombo no mesmo território. Esta pesquisa contempla um contato direto com protagonistas das Ocupações, mas não houve nenhuma articulação imediata com os quilombolas. Ainda assim, a luta pela permanência das Ocupações remete à forma como o espaço da Izidora foi conformado, e neste sentido, a trajetória quilombola é importante para ampliar a apreensão das dinâmicas de disputa pelo território.

Pode-se dizer que o espaço quilombola foi invadido. Esta afirmação, obviamente, remete à própria história do Brasil, que se desenvolve num processo contínuo de invasão do continente, na qual as relações sociais capitalistas são reproduzidas no e pelo espaço do país como um todo. Inconfundível com a luta das Ocupações, a luta Quilombola se assenta na continuidade da reprodução social da comunidade, da qual a moradia faz parte. Nesta distinção entre lutas, o modo de vida e a história quilombola representa um lugar privilegiado para análise da propriedade privada como garantia de cidadania. Mais do que uma crítica ao

vínculo entre indivíduo e espaço, apreender a trajetória do Quilombo sugere a pergunta: qual cidadania? Trata-se da cidadania moderna de caráter burguês, isto é, um conjunto de relações sociais que impõe passividade aos sujeitos, na qual aparecem como necessidades inegociáveis a representatividade política, a divisão do trabalho e a propriedade privada. Argumenta-se, portanto, que a invasão não se dá apenas sobre o território quilombola, mas sobre seus modos de organização e reprodução da vida (o que inclui a vida não-humana). A relação social capitalista força à inclusão neste formato politicamente passivo, visto como avançado, moderno; é um processo contínuo que caracteriza a dinâmica do modo de produção capitalista.

O grande movimento de aquisição de terras [...] permite-nos afirmar que ele expressa interesses que tinham a intenção precípua de delas retirar os entraves às suas utilizações produtivas. Espraiar as relações de produção capitalistas onde elas são inexistentes ou ainda se encontram em germe é uma necessidade e um imperativo para aqueles que personificam o capital. O que se constata nas intenções de Roberto Eiras Furquim Werneck [filho de Hugo Werneck] em acelerar o processo de partilha e assim efetivar sua condição de um dos “herdeiros” daquelas terras é a luta de determinadas frações do capital para se afirmarem onde as relações sociais preexistentes (de produção, de trabalho, de propriedade e com as necessidades) protagonizam a trama social. E a afirmação sobre aquilo que preexistia só pode ocorrer pela sua aniquilação ou pela sua subsunção às modernas relações sociais. (Andrade, 2017, p.167)

Se a propriedade garante cidadania, e esta é útil para o conjunto da sociedade, caberia perguntar: qual sociedade? Tanto a cidadania quanto a função social da propriedade fazem sentido através da instituição de valores específicos, exclusivistas e hierárquicos. Mesmo que ocupantes e movimentos sociais apontem a expropriação da riqueza urbana socialmente produzida, indicando o caráter absoluto que o direito à propriedade adquire na sociedade burguesa, o papel do trabalho dividido e da democracia representativa nem sempre é ressaltado com a mesma frequência. A reprodução das relações sociais de produção perpetua dinâmicas de transformação destes pilares burgueses para mantê-los.

No período de funcionamento do Sanatório, de 1929 até 1975, a renda extraída da comercialização da terra urbana ainda não era uma realidade possível para os proprietários ou para os capitais construtor e incorporador. A localização do empreendimento ainda não contava com o vetor norte de BH enquanto oportunidade de investimento e, neste sentido,

ainda não havia condições para atividades de extração de mais-valor tendo aquele solo urbano como mercadoria. Neste primeiro momento do conflito, a comercialização dos serviços médicos definiu a atividade capitalista na região. Contudo, pode-se dizer de uma espécie de monopólio natural do qual a Granja Werneck S.A. se apropriou durante o funcionamento do Sanatório:

[...] ao tomar o controle do acesso às fontes de água e passar a organizar os fluxos de pessoas no conjunto da área, Roberto Werneck passaria também a deter a prerrogativa de inviabilizar determinados negócios com as propriedades dos demais herdeiros, implicando, de um lado, na avaliação de menor preço em possíveis negociações futuras, e, de outro, nas restrições de acesso dos mangueirenses ao seu próprio território. As dificuldades impostas aos mangueirenses foram colocadas também no livre acesso ao processo judicial de divisão de terras. Apesar deste ter sido concluído em 1932, somente em 1976 é que os descendentes de Maria Bárbara conseguiram registrar em cartório o quinhão que lhes cabia na partilha. A motivação para tal demora, segundo o advogado de Maria Barbara, teria sido a enorme dificuldade do grupo de descendentes para acessar os documentos do processo. (Andrade, 2017, p. 165)

No segundo momento do conflito da região da Izidora, há uma ampliação da mobilização da propriedade para sua capitalização. Uma parte considerável destes novos episódios podem ter sua motivação atribuída à expansão do vetor norte de BH como alvo de investimentos públicos para apropriação da riqueza por agentes financeiros.

### **2.2.2. Continuidade das invasões capitalistas**

Argumenta-se neste item que as Ocupações da Izidora nascem como resultado da reunião de sujeitos que reiteradamente foram invadidos pela lógica de produção espacial que se reproduz na e pela sociedade burguesa, que, vale a pena frisar, é um processo global. Assim, para tal, alguns episódios foram selecionados como importantes para demonstrar que a “inclusão à força” poderia ser encarada como invasão.

No ano 2000, a Lei nº 8.137 que modifica o plano diretor de Belo Horizonte estabeleceu a Operação Urbana Simplificada do Isidoro<sup>30</sup> (OUI), que tinha como objetivo realizar a ocupação da área e preservar o meio ambiente simultaneamente. A proposta teria duração de seis anos, e perdeu sua validade no ano de 2006. A OUI de 2000 envolvia um tratamento paisagístico da área, a implantação da Via 540 (que atravessaria a região da Izidora no sentido leste-oeste) e de parques municipais, embora não houvesse ainda um grande esforço para a construção de empreendimentos habitacionais (Bizzotto, 2015, p. 99). Ainda assim, pode-se dizer que a Lei

[...] assegurava aos agentes cujos interesses em potencial se direcionavam para e sobre a região – ‘proprietários, incorporadores, compromissários compradores ou possuidores de imóveis’ – de se acercarem da elevação dos patamares de capitalização da renda fundiária. (Andrade, 2017, p. 187)

Não havia, contudo, fatores que determinassem um retorno seguro do investimento:

Assim, embora o estigma decorrente da ocupação heterogênea e ‘desordenada’ devesse ser superado, a obsolescência das infraestruturas físicas de transportes anteriores era também um fator primordial a ser revertido, de modo que as noções de acessibilidade e fluidez (pelo menos em tese) se tornasse os suportes materiais e simbólicos para a viabilidade dos negócios engendrados a partir da operação urbana. Alguns dos interesses que se voltavam para a região no ano 2000 já traziam consigo propósitos de mobilização da propriedade orientados pelos circuitos mais desenvolvidos de produção capitalistas, formas superiores em relação às modalidades de rentismos que se conjugaram à ocupação original da região norte de Belo Horizonte, mas eram insuficientes para gerar a sinergia dos negócios. Com efeito, a presença dessas infraestruturas físicas poderia alavancar os elementos do capital fixo de longa duração, necessários à chegada de novos empreendimentos e a construção da representação ideológica que positivaria a região norte como o “mais novo vetor de desenvolvimento” da capital. (Andrade, 2017, p. 188)

---

<sup>30</sup> O termo Isidoro, utilizado em menções formais à região da Izidora, é resultado de um processo de “masculinização” do nome, assim como aconteceu com o ribeirão “do” Onça. Izidora da Costa teria sido uma ex-escravizada alforriada, “que possuía sete alqueires de terra no ribeirão da Onça quando sancionaram a Lei de Terras de 1850.” (Freitas, 2015, p. 69). A escolha pelo termo Izidora serve-nos de exemplo para o debate sobre autonomia, já que não nega puramente o discurso oficial (Isidoro), mas o ressignifica com base numa perspectiva feminista e antirracista. Nesse sentido, autonomia não sugere a eliminação total do discurso do Outro, mas o estabelecimento de outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito. (Castoriadis 1982 [1975]), p. 126). Em 2020, a então candidata à vereadora, moradora e liderança da Ocupação Esperança Edna da Izidora incorporou igualmente essa estratégia de ressignificação em seu nome de campanha.

Na primeira década do século XXI, foram realizados investimentos públicos relevantes no vetor norte de BH. A implantação do aeroporto industrial em Confins, a construção da Linha Verde, a duplicação da Avenida Antônio Carlos, a instalação da nova Sede Administrativa do Governo de Minas Gerais, entre outros, criou condições para que o interesse das frações construtoras, incorporadoras e fundiárias do capital se dispusessem através dos potenciais ganhos econômicos que as propriedades na região da Izidora poderiam levantar.

Em 2010 foi proposta uma nova operação urbana para a região da Izidora através da Lei 9.959. Embora envolvesse um empreendimento de grande impacto para a toda a região ao norte da cidade, a operação foi aprovada na modalidade simplificada, o que eximiu o poder público e a iniciativa privada da realização dos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV, que no caso da Operação Urbana Consorciada deveria ser aprovado antes mesmo da aprovação da Operação) (Bizzotto, 2015, p. 98). As controvérsias em torno do tipo de operação urbana em questão foram levantadas por Luciana Bizzotto, a partir do debate sobre a legalidade da proposta. Nos termos da autora, “o plano urbanístico deveria ter sido feito de maneira compartilhada, ou seja, com a participação de todos os influenciados direta e indiretamente pelo empreendimento.” (Idem, p. 99)

Pode-se notar um aumento do interesse econômico pela região da Izidora acompanhando a ampliação dos recursos envolvidos em Grandes Empreendimentos Urbanos (GPU). Entre 2000 e 2010, houve um significativo aumento de projetos e obras relacionadas aos GPU no vetor norte; os valores dos investimentos cresceu cerca de 8 bilhões de reais. Entre 2010 e 2014 ampliaram-se ainda mais os projetos concluídos, com um crescimento dos investimentos da ordem de 18 bilhões de reais. (Franzoni, 2018, p. 216)

Nos primeiros meses das três ocupações criadas em 2013, os moradores não estavam vinculados à nenhuma organização ou movimento social. O bairro Zilah Espósito, próximo à Ocupação Rosa Leão, tem um importante histórico de lutas na região. Foi também através do apoio dos moradores do Conjunto Ubirajara, situado nesse bairro, que os moradores ocuparam o terreno da Izidora (Bizzoto, 2015, p. 114). O processo de autoconstrução de moradias e espaços públicos na Izidora, já bastante estudado por pesquisadores, ativistas etc. contou com uma rede de apoiadores, técnicos e militantes, e representou um impedimento real aos planos do Estado e do capital para a região.

Não é simples coincidência, portanto, que em julho de 2013, parte da área da OUI tenha sido ocupada por milhares de famílias, ocupação essa que vem se construindo juntamente com uma ampla rede de apoio que congrega diferentes movimentos sociais, organizações populares e diversos simpatizantes. Ora, por mais que se queira tratar de “um novo conceito em urbanização planejada e economia ambiental” divorciados de qualquer problematização dos fundamentos da urbanização da sociedade – algo que, no limite, inviabilizaria o “novo conceito” –, um e outro só se realizam pela negação violenta daquilo que é diferencial e que se expressa nas e pelas ocupações residenciais. (Andrade, 2017, p. 198)

Nos meses que se seguiram às primeiras ocupações na Izidora, as contribuições dos movimentos sociais e da rede de apoiadores foram fundamentais para a organização, e sobretudo, para o estabelecimento da ampla frente de resistência. Muitos técnicos do campo do direito e da arquitetura também passaram a acompanhar as Ocupações. São, muitas vezes, militantes de movimentos sociais, associados à algum coletivo ou universidade, e com trajetória socioeconômica nos setores médios da população brasileira. As contradições que nascem dessa relação, entre classe média escolarizada e povo pobre, são tratadas em diversos trabalhos acadêmicos, em debates entre militantes dos movimentos sociais, e por vezes, em relatos de moradores. São contradições implicadas nas relações sociais que revelam o funcionamento dos sistemas de dominação tipicamente capitalistas.

A história da emergência de lideranças nestas Ocupações é também uma história de conflitos e de enfrentamentos. São moradoras que se engajaram na organização e na mobilização das famílias para permanência no território, e que ao longo das conjunturas político-institucionais também foram transformando suas táticas. Com o desenvolvimento e a visibilidade do conflito da Izidora, muitas destas lideranças se envolveram em negociações com o Estado, em atividades acadêmicas, passaram a integrar movimentos sociais articulados amplamente, construíram habilidade de lidar com técnicos e servidores do Estado etc. Apoiadores destas Ocupações estão geralmente vinculados a um campo de conhecimento, a uma universidade ou organização do terceiro setor. Se aproximam de uma trajetória social semelhante à dos técnicos-pesquisadores, situada nos setores médios da população brasileira, que contam com considerável tempo de escolarização. Os moradores representam a grande maioria das pessoas nas Ocupações da Izidora. Obviamente, como no caso das lideranças, estes moradores podem ser também apoiadores, técnicos ou pesquisadores.

Contudo, a maior parte dos moradores da Izidora não é militante de algum movimento, não é liderança da sua quadra ou da sua Ocupação, nem conta com uma escolarização expressiva.

O desenho do parcelamento do solo das Ocupações foi elaborado com o apoio de urbanistas apoiadores; surge uma tendência, assim, de replicar os parâmetros de planejamento instituídos a partir destes atores (dos quais me incluo). Mesmo sendo contribuições legítimas, elas são irrefletidamente celebradas como complemento ou desdobramento da capacidade de organização e mobilização dos moradores já nos primeiros meses de ocupação. Convém, desse modo, destacar considerações críticas em relação à essas “ajudas” técnicas.

O planejamento urbano moderno não tem afinidade com a autonomia coletiva. A obliteração de qualquer dimensão social, política e econômica é uma de suas principais características, mas também uma de suas principais incoerências. Como “desenho arquitetônico numa prancheta maior”, o planejamento urbano moderno herdou objetivos e procedimentos da arquitetura, tal como praticada desde o Renascimento. Planejadores supõem que sua tarefa seria “um exercício de planejamento físico e de desenho de assentamentos humanos”, exibindo configurações espaciais acabadas, exatamente como nos projetos de uma edificação. De fato, o planejamento projetivo (*blueprint planning*), exemplificado pelo urbanismo modernista de Le Corbusier, pressupõe que o ambiente físico possa determinar a vida social, que essa determinação deva seguir os conceitos normativos do planejador e que deva ser implementada por um Estado fortemente regulador. Esta interpretação exclui a possibilidade de tomada de decisões por quaisquer pessoas que não os especialistas. (Kapp; Baltazar, 2021, p. 440)

Estas semelhanças com operações convencionais de planejamento, encaradas muitas vezes enquanto táticas fundamentais de luta pela permanência das Ocupações, levando-se em conta o horizonte da autogestão sócio-espacial tendem a enfraquecer a capacidade de imaginar o possível, de exercício crítico e criativo, aos quais corresponderiam inúmeras outras configurações espaciais para as vias, unidades habitacionais, galpão comunitário etc. Pode-se dizer que o projeto para parcelamento de caráter formal é muitas vezes requisitado pelas protagonistas das Ocupações e tende a se tornar um argumento indispensável nas negociações que as Ocupações realizam na arena institucional, e conseqüentemente, importante para a permanência das famílias no terreno. Contudo, num espaço construído

pelos seus próprios moradores podem existir aberturas para que o parcelamento e as disputas por solo sejam debatidos e decididos diretamente pelas pessoas envolvidas, ainda que com a presença do “intocável” técnico urbanista. Elaborar um produto arquitetônico sem que o espaço representado tenha sido suficientemente refletido em relação à transformação sócio-espacial almejada tende a encerrar as possibilidades muito rapidamente. O foco que nos interessa aqui perpassa ampliar as condições para problematizações-aprendizagens na escala tratada, que ao mostrar cercado de limites estruturais (necessidades materiais urgentes do povo pobre, por exemplo), tende a ser abandonado. Não existem modelos ou ideais para que estes ambientes de crítica e de criação sejam atingidos. Seria ingênuo defender que, diante do clima de conflito e violência nos primeiros meses das Ocupações da Izidora, os moradores e lideranças refletiriam profunda e tranquilamente sobre os códigos de representação espacial de um projeto de parcelamento, por exemplo. O que não significa que não haveria como catalisar reflexões e capacidades problematizadoras que ocupantes já realizam à sua maneira. Também não seria possível deixar de levar em conta os limites para tal, isto é, contextos de insegurança, violência e, principalmente, contradições entre os conhecimentos escolarizado e popular.

Os diversos trabalhos de assessoria técnica na Izidora demonstram que técnicos-pesquisadores, militantes e apoiadores foram agentes que se dedicaram a defender a concepção de resistência que predomina entre lideranças e moradores das Ocupações. No que diz respeito ao engajamento e mobilização das pessoas em uma determinada atividade que se propõe coletiva, a dificuldade está em manter este processo de organização e apreensão crítica sem que os produtos “entregues” pelos técnicos-pesquisadores crie uma demanda simplista, condizente com o argumento de que os moradores necessitam destes produtos. A priorização dos processos em relação aos produtos, ainda que estes últimos não estejam excluídos das atividades que perseguem possibilidades emancipatórias, representa a defesa desta abertura constante para a renovação radical de pressupostos naturalizados e envolve esforços que não se encerram num produto ou numa tarefa específica.

No próximo tópico, as iniciativas de extensão e assessoria técnica levadas a cabo pelo EI são importantes para incrementar este debate a partir de situações fortemente vinculadas ao cotidiano dos moradores. Os relatos descritos nos servem de exemplo para associações mais amplas, nas quais as relações sociais instituídas nos e pelos valores burgueses possam ser

problematizadas com vistas à sua superação (o que não se resume à questão das vontades de pesquisadores, moradores, lideranças, movimentos sociais ou dos “cidadão do Estado”, ao passo que também não as desconsidera).

### **2.3. Assessoria Técnica Direta: abordagem do Escritório de Integração**

O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas prevê trabalhos de extensão e pesquisa a partir do Escritório de Integração (EI), um espaço construído por pesquisadoras, professores do curso e estudantes desde 1991. A postura do EI é especialmente importante porque dá grande ênfase ao trabalho de extensão e ressalta a experiência concreta, a materialidade corporal e espacial, situação incomum nas disciplinas mais recorrentes do Curso da PUC e mesmo nos cursos de graduação em arquitetura em geral. De 2013 a 2017, período em que me graduei, o EI ofereceu a alunos e alunas a possibilidade de trabalhar diretamente nos territórios com seus moradores, de vivenciar situações potencialmente desconfortáveis por serem incomuns, de formulação de questionamentos amplos a partir de impasses em relação ao trabalho acadêmico, enfim, de afetações e reflexões que o espaço regular da sala de aula comumente não oferece.

Desde sua fundação, que coincide com a criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC, o EI teve uma primeira fase (1991-2001) em que a Arquidiocese de BH estabelecia demandas de projetos arquitetônicos para centros comunitários. Numa segunda fase (2002-2004) voltou-se para as questões habitacionais, para ações de recuperação ambiental e para iniciativas de formação de mão obra para a construção civil. (Penna et al, 2019, p. 231) A partir de 2008, o EI começa a construir o que chamamos de Assessoria Técnica Direta, com destaque para os trabalhos de campo vinculados à uma perspectiva sócio-ambiental, que ressalta a importância da base material para a noção de (auto)construção cotidiana do espaço.

Em 2008, diante de uma reestruturação político-pedagógica do Curso, que teve os trabalhos de extensão do EI como referência central, houve o reconhecimento de que o papel do profissional de arquitetura urbana é de controle das condições gerais (espaço urbano) para reprodução capitalista. Esta transformação das políticas de ensino-aprendizagem procurou estabelecer condições para uma formação profissional que fosse além da arquitetura sob

encomenda da indústria da construção civil, limitada à chamada cidade formal. (Penna et al, 2019, p. 234)

A Assessoria Técnica Direta foi sendo construída ao longo desta terceira fase do EI, que passa a dedicar atenção aos espaços autoproduzidos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente as Ocupações Urbanas. Neste processo foi possível às pesquisadoras estabelecer perspectivas que orientassem os trabalhos para direções novas, em que a justiça sócio-ambiental fosse reconhecida de forma ampla e associada à vida cotidiana dos sujeitos, e para tal, a dualidade entre os enfoques ambiental e urbano é denunciada como falsa. Diretrizes de trabalho foram construídas baseadas numa noção ampliada de justiça sócio-ambiental urbana atenta ao caráter técnico da produção do espaço. O termo sustentabilidade é usado no EI enquanto análise de possibilidades de sustentação da desalienação técnica:

A partir do reconhecimento de que a ação direta dos moradores sobre o território é, ao mesmo tempo, luta por sobrevivência (esfera da necessidade) e luta pelo direito de decidir sobre o próprio espaço (esfera da liberdade); entendemos que nós, técnicos, deveríamos participar desse processo de autoprodução. Diante da inversão da lógica dos processos participativos (quem participa é o técnico!), o desafio da extensão, no EI, coincide com o da superação da alienação dos técnicos em relação à autoprodução do espaço. (Penna et al, 2019, p. 238)

Levando-se em conta a problemática do encontro entre conhecimento técnico-especializado e conhecimento popular, o EI explorou processos de assessoria técnica que buscam abertura a todos os saberes envolvidos, tomados como igualmente fundamentais para o decorrer do processo. Esta abertura viabiliza uma negociação entre técnicos, moradores e lideranças, o que requer fundamentalmente o trabalho de campo, a presença física no território e o contato corporal com as pessoas. A experiência (espacial) e a consciência (crítica), nesta abordagem do EI, são distintas, mas indissociáveis e complementares, o que constitui o exercício do fazer-pensando. A metodologia do EI se apoia na realização de visitas técnicas, reuniões, encontros, aulões, oficinas, jogos, mutirões, passeios acompanhados etc.

A preocupação com a linguagem na construção da extensão desenvolvida pelo EI é resultado da busca pela possibilidade de oferecer outras formações aos alunos do curso, na qual os instrumentos de representação e de comunicação produzidos no processo são

identificados fundamentalmente como instrumentos de poder. Não há abandono da linguagem técnica: sua utilização contribui para a defesa de direitos, isto é, mapas, diagnósticos, relatórios etc. elaborados com expressiva formalidade são elaborados no decorrer do surgimento de demandas urgentes tipicamente predominantes em disputas territoriais desiguais. O contato com a linguagem cotidiana e singular é encarado como um exercício intelectual fundamental aos técnicos em formação. Um contato que se mostra fundamentalmente importante no decorrer de mobilizações com um número relativamente grande de moradores e alunos, provocadas pelos trabalhos de extensão do EI e vinculadas às demandas locais de ordem coletiva. O EI também trabalha com a mobilização política, ressaltando os aspectos históricos da produção cotidiana do espaço.

Destacando uma dimensão pragmática em relação ao território e aos corpos em movimento, a Assessoria Técnica Direta, “portanto, é a que se constitui e se realiza com os assessorados, no campo, no ato: não há como apresentá-las sem esse seu aspecto primordial.” (Penna et al, 2019, p. 241). Desse modo, Assessoria Técnica Direta se constitui no e pelo processo de trabalho do EI.

Desse modo, pode-se considerar que a Assessoria Técnica Direta está vinculada à extensão como atividade acadêmica, isto é, desenrola-se a partir das condições dadas pelas estruturas educacionais de um modo geral. O termo extensão, sintaticamente, propõe a aplicação do conhecimento técnico desenvolvido “dentro dos muros” da universidade como uma forma de estendê-lo até os sujeitos “fora do muro”, que seriam “usuários” ou “beneficiários” dessa atividade “extramuros”. Obviamente, a direção que toma a sintaxe do termo não resume as experiências de extensão, nem lhes retira imediatamente seu valor. Não é o uso da palavra como conceito<sup>31</sup> que determina incondicionalmente a aplicação de seu sentido enquanto palavra, mas é seu sentido enquanto palavra que pode servir para reflexão das atividades concretas. Isto é, questionar o fato de que o termo extensão sugere estender

---

<sup>31</sup> Silke Kapp reforça a importância dos conceitos para a problematização e para a aprendizagem: “Conceitos são os elementos com que se fazem teorias, esforços racionais de compreensão da realidade. Eles derivam da experiência e representam aspectos da experiência, mas acrescentam-lhe uma explicação ou, literalmente, um desdobramento (do latim *plica*, dobra). Eles são imprescindíveis ao pensamento crítico porque ainda que uma relação de dominação possa sobreviver socialmente sem nenhum conceito que a apreenda, dificilmente será questionada e transformada sem tal conceito. Dispor de conceitos amplia as possibilidades de discernimento e ação.” (Kapp, 2018, p. 222)

o conhecimento a outros sujeitos conduz à análise da atividade extensionista específica de que se trata, e em que medida ela estaria de acordo com a proposição sintática do termo.

Tendo como base o trabalho de extensão técnica do agrônomo, que vai ao campo “estender” seu conhecimento até os camponeses, Paulo Freire, [1969] 1983, analisa o uso do termo extensão e suas consequências:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo.

[...]

Poder-se-ia dizer, também, que isto é um purismo linguístico, incapaz de afetar a essência mesma do que fazer extensionista. Além de desconhecer o que podemos chamar de força operacional dos conceitos, quando alguém faz esta afirmação insiste em não querer reconhecer a conotação real do termo extensão. (Idem, s/p)

Freire usa a extensão como fio condutor para criticar a reprodução da educação institucionalizada, estruturada segundo uma necessidade de “difundir” e “aplicar” o conhecimento na sociedade, com o intuito de “modernizá-la”. Ao agrônomo seria de extrema importância “ultrapassar a técnica” em direção à questionamentos mais profundos, recorrentes na filosofia, sem, contudo, assentar-se em “verbalismos vazios”, em questões de caráter purista ou idealista, nas quais a realidade material não poderia ser transformada pelos camponeses (Freire, [1969] 1983, s/p).

O agrônomo é uma referência usada por Freire para tratar do desenvolvimento da extensão e seus vínculos com a reforma agrária no Brasil, contudo, a crítica é feita ao uso do termo, na relação entre sua inerência semântica e a concretude da experiência específica focada. Quando a reflexão e a ação se entrelaçam na atividade extensionista, de modo crítico e problematizador, como sugere Freire, ela deixa de ser atividade extensionista, porque não há extensão do conhecimento de um sujeito a outros, mas comunicação entre sujeitos. Por isso, o *diálogo problematizador*, uma forma de comunicação efetiva e horizontalizada em seus mecanismos, é a condição fundamental de qualquer situação educativa.

Em Freire, as atividades extensionistas se apresentam como problemáticas porque levam adiante a premissa da extensão do conhecimento, ou, se não o fazem, é porque não fazem

extensão. Portanto, estender o conhecimento ao outro não poderia constituir uma situação educativa, porque não implica a comunicação, pelo contrário, impede que ela ocorra. Não poderia haver extensão onde há comunicação e vice-versa, e desse modo, a condição para a educação é a comunicação, a dialogicidade e a problematização.

Se a extensão é claramente uma atividade educacional, inscrita no sistema escolar, assessoria problematizadora seria aquela preocupada com a criação de ambientes favoráveis à criação de situações educativas em que processos de aprendizagens se realizam predominantemente nas e pelas relações sócio-espaciais, na e pela vida cotidiana das pessoas. Contudo, mesmo priorizando este saber não escolarizado, é possível dizer que a dinâmica da lógica civilizatória burguesa é mantida e reproduzida também entre o povo pobre, para o qual usualmente a extensão no campo do debate habitacional na arquitetura urbana se dirige. Processos de aprendizagem, por isso, suscitam, igualmente, processos de “desaprendizagens”. Levando-se em conta o caráter auto-referente da mencionada autogestão sócio-espacial, não caberia aos técnicos, a tarefa de “fazer aprender” ou de “fazer desaprender” em outras pessoas reflexos de seus próprios juízos políticos. As aprendizagens e as “desaprendizagens” que caberiam aos técnicos numa assessoria problematizadora dizem respeito à suas próprias reproduções e inquietações, enquanto parte ativa da manutenção e reprodução das sociedades burguesas. Trata-se de um esforço de direcionamento da herança de imposições estéticas e funcionais noutro sentido, aquele que busca atribuir ao morador da cidade o reconhecimento de seus impasses sócio-espaciais e a responsabilidade sobre o melhor caminho a ser tomado para superação de seus entraves tornados desafios.

A Assessoria Técnica Direta do EI, ao propor a participação do técnico na autoprodução cotidiana do espaço, caminha no sentido de favorecer aos estudantes este reconhecimento da necessidade de transformação do papel do técnico. Por outro lado, é uma atividade extensionista limitada pelas funções estruturais que o sistema escolar adquire na sociedade burguesa. O conhecimento técnico é absorvido, de modo geral, como mais legítimo que outros saberes, e não caberia à universidade como tal, transformar esta situação aprovando projetos de extensão conjunturalmente mais ou menos favoráveis à luta social por habitação. É neste sentido que poderíamos dizer de uma ampliação da Assessoria Técnica Direta no sentido de uma assessoria mais problematizadora, assumindo a recusa do prestígio atribuído

à presença e ao saber técnico e denunciando suas funções na manutenção de injustiças e violências, ainda que se trate de uma demanda requisitada pelos protagonistas da produção espacial.

A negociação que se instala entre universidade e Ocupação, no contato entre saberes escolarizado e popular, inclui debates sobre as escolhas técnicas, mas decisivamente não se resume a elas, perpassaria igualmente assumir as assimetrias de poder que estão em jogo nesta negociação. Problematização, neste sentido, se associa à noção de auto-referência fundamental a todos os envolvidos na situação educativa da assessoria, ao passo que escolhas focadas nas resoluções de caráter técnico favorece aqueles historicamente posicionados no lugar que representa a produção de conhecimento – técnicos, estudantes, pesquisadores etc.

Trataremos no próximo tópico de situações nas quais, por influência da Assessoria Técnica Direta, este autor pôde contribuir. Não pretendemos, com isso, afirmar que estas atividades são a Assessoria Técnica Direta, ou que poderiam defini-la. Ao mesmo tempo, são trabalhos vinculados às iniciativas de extensão promovidas pelo EI, são situações para as quais sem a experiência e a dedicação das pesquisadoras, direta e/ou indiretamente, possivelmente não se realizariam. Ainda assim, foram práticas decisivas para o surgimento de motivações e inquietações vinculadas à construção desta investigação.

### **2.3.1. Espaço cotidiano de cultivo de alimentos**

A partir do ano de 2014, o EI se dedica ao conflito sócio-espacial das Ocupações da Izidora. Para tal, cabe ressaltar a importância do Canteiro *em* Obras, uma esfera de experimentação espacial do Curso no qual o EI se colocou como principal expoente. O Canteiro passou por fases de uso mais voltado para disciplinas do curso, em outros momentos serviu de lugar para intervenções e criações protagonizadas pelos alunos. Quando o EI assume o canteiro, são organizados encontros, mutirões, aulões, dinâmicas etc. com a presença também dos moradores das Ocupações, muitas vezes como apresentadores de alguma técnica que dominam ou mesmo como participantes.

Mais especificamente, durante os anos de 2016 e 2017, as propostas de trabalho no âmbito do Canteiro organizaram diversas idas à campo, a partir das articulações entre pesquisadoras e lideranças da Ocupação Esperança, o que também previu atividades em que os autoprodutores puderam ensinar e aprender dentro da universidade. Foram aprovados três projetos de extensão<sup>32</sup> junto à PUC Minas, o que garantiu recursos para o deslocamento de alunos, moradores e para aquisição de materiais voltados a intervenções pontuais no território, entre outros. O ponto de partida destes projetos são os conceitos e argumentos do geólogo Edésio Teixeira de Carvalho, tendo em vista o conceito de cidade geossuportada<sup>33</sup>.

A comunicação entre universidade e Ocupação estabeleceu as condições de trabalho: pesquisadoras (coordenadoras dos projetos de extensão) apontaram os limites e os possíveis caminhos dos projetos aprovados, enquanto lideranças pensaram nas demandas segundo o quadro de mobilização e engajamento do momento. Através da própria trajetória de trabalho do EI, as pesquisadoras estavam cientes de que as atividades tomariam rumos cujos desdobramentos são da ordem do imprevisto. Em alguma medida, a imprevisibilidade tornou-se um aspecto inseparável da Assessoria Técnica Direta. Ainda assim, o planejamento inicial das ações ocorreu segundo critérios priorizados pelo EI: os aspectos sócio-ambientais urbanos sobre os quais a (auto)produção do espaço se movimenta.

Cabe reforçar que os relatos apresentados neste tópico não resumem a Assessoria Técnica Direta do EI, nem o longo esforço de estabelecimento das atividades relativas ao Canteiro em Obras vinculado a ele. A partir de uma aproximação consistente com os

---

<sup>32</sup> São eles: Assessoria Técnica às Ocupações Urbanas: condições infraestruturais; Assessoria Técnica às Ocupações Urbanas: sistemas de mesoestrutura urbana; Assessoria Técnica às Ocupações Urbanas: superestruturas autoproduzidas.

<sup>33</sup> Cidade geossuportada diz respeito à uma dinâmica de interação entre três camadas estruturais da cidade, onde nenhuma existe sem a presença da outra: a superestrutura é o conjunto de intervenções humanas finais, de maior visibilidade na cidade e constitui a totalidade de prédios e casas edificadas. São as habitações, os hospitais, as escolas, os teatros, as lojas, as bibliotecas etc. A mesoestrutura define-se pelo conjunto das ações que proporcionam diretamente a instalação da superestrutura. São as movimentações e/ou contenções de terra realizadas para a construção de um edifício, ou para abertura de uma via, por exemplo. É o sistema de drenagem pluvial, de coleta de esgoto, de abastecimento de água, de energia elétrica, ou a rede de iluminação pública. Essas intervenções estão submetidas às demandas e ao porte da superestrutura e condicionam seu funcionamento. A infraestrutura são as características "naturais" do sítio no qual super e mesoestrutura se instalam. É a plataforma geológica com todos os seus atributos. São os diferentes tipos de solo e de cursos d'água, a dinâmica das águas da chuva e dos ventos, o relevo lentamente conformado pela ação das intempéries e das forças tectônicas, a flora e a fauna locais, o céu remoto etc. A infraestrutura dá suporte à cidade e nela determina desempenhos. (Carvalho, 1999)

trabalhos do EI, alguns alunos<sup>34</sup> se engajaram em atividades que representam seus desdobramentos, criando iniciativas de abordagem direta com os moradores e desvinculadas das atividades objetivamente realizadas pelas pesquisadoras-coordenadoras nos projetos de extensão mencionados, e que, neste sentido, não poderiam corresponder rigorosamente às atividades corriqueiras do EI. Obviamente, a disposição para se arriscar em abordagens que, em alguma medida, escapam aos projetos de extensão só puderam existir em virtude destes mesmos projetos. Estas experimentações iniciais caracterizam tentativas de criar condições para que uma futura atuação no campo da arquitetura urbana tivesse a Assessoria Técnica Direta como referência. Ocorre que, diante da tarefa de elaboração do Trabalho Final de Graduação, como no nosso caso, surgem inquietações em relação às incertezas geradas por configurações do tipo: fim da escola/início do trabalho profissional, numa espécie de sucessão tradicional da divisão burguesa do trabalho (e, conseqüentemente, da educação).

Por efeito destas inquietações, e partir das diversas articulações e trabalhos realizados pelo EI, começamos a investigar o funcionamento e a dinâmica da Horta Coletiva, um espaço de plantio compartilhado de alimentos apontado como tal pelas coordenadoras da Ocupação Esperança. À margem do Córrego dos Macacos (Figura 19), não havia no terreno nenhum trabalho de plantio coletivo ou individual; era um espaço que apresentava um solo pobre de matéria orgânica que nitidamente não estava sob os cuidados de ninguém (Figura 16). Observamos, a partir de uma presença mais frequente no território, muitos quintais produtivos ricos em diversidade e fertilidade (Figura 17), com diferentes dinâmicas, composições, tamanhos, significações etc. Nossos questionamentos iniciais giraram em torno dos vínculos que os quintais teriam (ou não) com a proposta da Horta Coletiva apontada pelas lideranças. Passamos a visitar regularmente alguns plantadores e plantadoras com o intuito de observar a relação entre a Horta e seus quintais. Este nosso planejamento inicial poderia ser resumido à construção de mapas de campo (Figura 18), atualizando-os a cada nova visita às unidades habitacionais de famílias plantadoras.

---

<sup>34</sup> Eu e Laura Campos, alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, empenhados na elaboração do Trabalho Final de Graduação durante o ano de 2017.



Figura 16. Fotografias da Horta Coletiva, em 2017. Fonte: acervo do autor.



Figura 17. Fotografias de quintais produtivos, em 2017. Fonte: acervo do autor

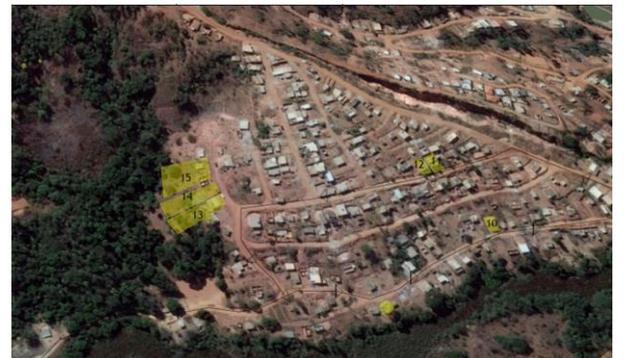


Figura 18. Mapas de campo utilizados para registro dos quintais de cultivo de alimentos. Elaborado pelo autor e por Laura Campos.

Nas conversas com famílias produtoras, ao mencionar a Horta Coletiva, notamos uma indisposição quase unânime em relação ao plantio compartilhado entre as moradoras. Dentre muitos argumentos, plantar na Horta Coletiva “não dá muito certo” porque seria iminente o furto de alimentos. Em outros casos, a proposta de cultivar com outras pessoas no mesmo espaço seria ruim porque “cada um planta de um jeito”. O que foi se tornando nítido para nós, na relação entre quintais e Horta, era de que essa relação não existia de forma direta. A Horta

estaria vinculada a um discurso próprio das lideranças da Ocupação, não exclusivamente alinhado com o que é efetivamente cultivado no interior dela, mas como estratégia de visibilização da luta. Ao passo que os quintais produtivos, associados aos hábitos cotidianos e contabilizados em pelo menos quinze unidades habitacionais, não foram igualmente ressaltados pelas narrativas mais difundidas na Ocupação.

A Horta Coletiva remete à centralidade da força que as narrativas das lideranças assumem, mas não se encerra aí. Por estar à margem do Córrego dos Macacos, famílias que ocupassem esse espaço trariam problemas à toda a Ocupação, já que a legislação ambiental, em todos os níveis (nacional, estadual e municipal) não permite ocupações humanas nas margens de cursos d'água. A estratégia de atribuição do nome Horta Coletiva àquele espaço foi importante para evitar que famílias viessem a se instalar ali, o que facilitaria a criminalização da Ocupação, isto é, estimularia o reforço de um ponto de vista recorrente nos grandes veículos de comunicação e na opinião pública em geral, o que poderia se desdobrar facilmente em ameaça de remoção dos ocupantes. Algo semelhante ocorre também com outro espaço no território da Ocupação, a Mata de Preservação (Figura 19), que desde a instalação das primeiras famílias, em 2013, foi estabelecida como área proibida para construção de edificações. É uma porção de alta declividade e com uma vegetação de grande porte que foi identificada como imprópria para ocupação a partir da auto-organização dos moradores. Nesse sentido, é também através de um apelo simbólico que a estratégia de preservação da Mata se consolida. Hoje, a partir de trabalhos com pesquisadoras da UFMG e movimentos sociais, este espaço está sendo chamado de Parque da Mata.



Figura 19. Representação da Ocupação Esperança. Elaborado pelo autor a partir de imagens de satélite disponíveis no Google Earth, 2020.

Existiriam possibilidades para que o leito do rio fosse ocupado sem impactos, através do cuidado da própria Horta Coletiva? A ocupação humana dos leitos de cursos d'água é exclusivamente predatória? Uma Ocupação Urbana, ao promover uma urbanização autoconstruída, deve seguir as premissas legais de uso do solo? São perguntas simples, mas provocadoras. São questionamentos que poderiam orientar criticamente o planejamento das ações e forma pela qual se desenrolaria as conversas com lideranças a respeito do uso da Horta Coletiva. São direções que significam o investimento numa abordagem que aposta no imaginário das pessoas, buscando fazer da crítica criativa uma ferramenta de trabalho. Do ponto de vista da assessoria problematizadora, se o leito do rio será ocupado com cuidados ambientais ou permanecerá como Horta Coletiva sem uso coletivo, é uma escolha menos importante do que a definição dos mecanismos pelos quais problematizações neste sentido se tornariam viáveis de serem construídas, mesmo diante dos limites que a situação coloca.

No decorrer dos trabalhos de extensão, as lideranças e o EI mobilizaram moradores de vários setores da Ocupação, com atividades em diversas frentes discutidas e organizadas por extensionistas, moradores, pesquisadores e lideranças. Neste processo, foram estabelecidos

dois dias centrais de trabalho: o primeiro chamado Oficina de Ideias, o segundo Oficina de Mutirões. Em virtude de nosso contato com a Horta Coletiva e os quintais produtivos, nestas ações denominadas Canteiro em Obras Extramuros, uma das frentes que integraram as atividades adotou o tema do cultivo de alimentos. Eu e Laura Campos em contato com Dona Marta<sup>35</sup>, assumimos a frente de cultivo de alimentos para estes dois dias de mobilizações. Seria uma oportunidade de reunir as produtoras de alimentos em um mesmo ambiente, tarefa para a qual já estávamos empenhados. Nas semanas anteriores, intensificamos as visitas para tentar viabilizar um tema comum que poderia ser trabalhado nos encontros. Contudo, nestas conversas notamos que nossa abordagem com as produtoras não despertava de fato seus interesses.

Tanto no primeiro quanto no segundo dia de oficinas, houve pouca presença de moradores nas atividades voltadas para a produção de alimentos. Das quinze famílias plantadoras, três pessoas compareceram. Ocupamos boa parte do dia caminhando de casa em casa na tentativa de mobilizar produtores para o encontro, mas a maior parte deles estava atribulada com afazeres domésticos, cuidando das crianças ou executando algum reparo na moradia ou no lote. A frente do cultivo de alimentos, por esse ângulo, se tornou um encontro entre pesquisadores e estudantes interessados no cultivo, mais do que uma construção conjunta entre moradoras produtoras de alimentos. Outras frentes neste mesmo conjunto de iniciativas de extensão, trabalhadas com mais tempo de dedicação e planejamento, resultaram em mais engajamento dos moradores<sup>36</sup>.

Estes trabalhos com os plantadores revelam uma tendência, comum entre estudantes de arquitetura urbana, de presumir que numa Ocupação existe uma unidade política robusta, na qual todos os moradores estariam igualmente focados no bem comum. Contudo, independentemente do nível de organização e mobilização do grupo com o qual se trabalha, seria importante notar em que medida é possível aos assessores, técnico-especialistas, assumir a tarefa de mobilização para atividades que julgam ser importantes. Isto é, a

---

<sup>35</sup> Dona Marta é uma das primeiras moradoras da Ocupação Esperança. Em nossos trabalhos, sua casa se tornou um ponto recorrente para encontro e encaminhamento das atividades, tanto pelo fato de que ela é uma liderança reconhecida na Ocupação, quanto pelo fato de que é também plantadora.

<sup>36</sup> O El realizou sete Canteiros em Obras no ano de 2016 e sete em 2017. As oficinas, tanto na Ocupação quanto na Universidade, contaram também com propostas de dinâmicas de conversas e entrevistas. A maioria dos encontros esteve atrelada à alguma atividade de melhorias e/ou experimentações de melhoramentos de espaços coletivos na Ocupação.

necessidade pela mobilização que parte dos técnicos tende a forçar a imposição, a prescrição de tarefas. Seria necessário refletir sobre o motivo pelo qual as pessoas se mobilizariam, e em que medida esta motivação (ou sua ausência) poderia ser nomeada, reconhecida e discutida. Não alcançamos proposições, contudo, de atividades atravessadas pela lógica problematizadora em relação às diferentes relações que os plantadores levam com seus canteiros.

É neste sentido que a *prestação de serviços* se difere da *assessoria problematizadora*. Segundo a lógica do fazer-pensando, fruto de uma longa pesquisa de caráter crítico desenvolvida no EI, a prestação de serviços se aproxima dos atributos práticos, com o qual mais comumente se identifica quem mora numa Ocupação. Direcionar esta prestação de serviço à uma assessoria problematizadora significaria construir mecanismos que permitem que se profunde a capacidade de exercício crítico das pessoas envolvidas. Isso não reduz a importância das mobilizações para melhorias pontuais, mutirões em espaços de uso coletivo, por exemplo. Pelo contrário, amplia as condições para que a reflexão crítica a partir do contato entre saberes contraditórios sejam situações, em algum grau, familiares a ocupantes. Esta ênfase no fazer, na ação coletiva e pontual no território, poderia ser encarada como resultado de uma reflexão sobre a assimetria de poder neste contato. As atividades corporais que caracterizam a autoconstrução na Ocupação se associam ao modo vida dos ocupantes, enquanto a leitura de obras científicas e a reflexão crítica em espaços de pesquisa, se associam ao modo de vida dos técnicos-apoiadores. Transformar a predominância destas associações exigiria outra sociedade, outro espaço social e outras intersubjetividades. Assumidamente assimétrico, este contato entre saberes é mais favorável aos ocupantes quando existe uma finalidade concreta, um objetivo “final” de transformação do substrato material do espaço. Contudo, a distinção entre prestação de serviços e assessoria problematizadora, numa proposta de uma melhoria física de um espaço coletivo, por exemplo, estaria no fato de que a segunda se preocupa significativamente mais com capacidade de apreender o objetivo de transformação do espaço, não como um fim em si mesmo, mas como algo que não poderia deixar de levar em conta conflitos entre vizinhos, possíveis divergências com e entre lideranças e a própria finalidade da tarefa objetivada, por exemplo. Assim, uma assessoria problematizadora não necessariamente recusa iniciativas

em que o trabalho manual está previsto, mas traduz o esforço para que através delas seja possível emergir a reflexão crítica.

Ocupantes reunidos para determinada atividade de mutirão podem, por vezes, contratar os serviços de um técnico escolarizado, o que favorece a predominância da lógica de entrega irrefletida de produtos. Ocorre que a autoconstrução é significativamente mais comum entre ocupantes (especialmente em relação à espaços de usos coletivos) do que entre técnicos e pesquisadores. A melhoria espacial realizada através de mutirões não é menos ou mais importante que a reflexão crítica a seu respeito. Obviamente, moradores de ocupações refletem sobre sua vida e seus problemas ao mesmo tempo que diversas precariedades materiais numa Ocupação são reais. Trata-se, contudo, de reconhecer que o exercício de planejamento e projeto pouco crítico das práticas escolarizadas, mas em contato direto com saberes mais vinculados ao cotidiano, necessita avançar, no sentido emancipatório, tendo como referência práticas de assessoria que aprofundem sua capacidade de sustentar horizontes de transformação para além do capital. A problematização não é mais importante do que a prestação de serviços, ou do que o trabalho manual, mas é possível que a ampliação da atenção às possibilidades de problematização dos serviços prestados representem avanços, já que, como dito, nenhuma parte envolvida neste encontro é, exclusivamente, promotora de transformações sócio-espaciais (a rigor, numa perspectiva global).

O próximo tópico é um relato de prestação de serviços para lideranças e moradores de uma Ocupação. Foram atividades que fizeram parte do mencionado Trabalho Final de Graduação, e que indicam um repertório cristalizado, herança histórica da trajetória de fundação da arquitetura e do planejamento urbanos moderno-capitalistas.

### **2.3.2. Mobilizações para o Centro de Convivência da Ocupação Esperança**

Ao final de julho de 2017, as lideranças da Ocupação Esperança apontaram uma demanda, na qual fui convidado a atender: elaborar um projeto arquitetônico. A necessidade pelo projeto surge como condição para que a Ocupação pudesse receber uma doação de materiais, que seriam utilizados pelos moradores na autoconstrução de um Centro de Convivência (CC). As expectativas com a gestão do prefeito Alexandre Kalil, eleito em 2016,

difundiram na Ocupação comentários de que o conflito da Izidora estaria se estabilizando. Muitos moradores insinuavam que a gestão eleita traria maior segurança em relação à permanência das famílias no terreno ocupado. O CC seria financiado através de uma doação anônima intermediada e acordada através do próprio prefeito, que nos primeiros meses de mandato, foi até às Ocupações da Izidora e conversou pessoalmente com lideranças, entre outras reuniões que se seguiram. A partir de um desses encontros, foi firmado um acordo oral, no qual seria necessário elaborar um projeto arquitetônico para que a doação se realizasse, contemplando um CC em cada uma de três Ocupações da Izidora: Rosa Leão, Esperança e Vitória.

O convite que me foi feito pode ser encarado como uma contratação informal do serviço de arquitetura urbana, para a qual não há protocolo a ser seguido<sup>37</sup>. De uma perspectiva dualista, poderíamos estabelecer que ou o atendimento se daria da maneira mais comumente difundida no campo da arquitetura (em que o exercício da criatividade, as escolhas dos usos dos espaços, a habilidade no emprego de ferramentas digitais de simulação, a produção de desenhos técnicos e imagens bem compostas e super-realísticas etc., afunilam-se na figura do arquiteto), ou as experiências coletivas de autoconstrução (dos sistemas de água, de energia elétrica, de mobilidade, de autogestão dos conflitos internos, de auto-organização política) poderiam ser enfatizadas, acessadas pela memória das pessoas e materializadas na elaboração coletiva do projeto e da execução do CC. De uma perspectiva dialética, nenhuma das duas situações foi plenamente alcançada, mas, em alguma medida, o processo contou tanto com aspectos da prestação convencional de serviços quanto aspectos de uma construção coletiva, que é significativamente mais difícil de ser atingida.

No terreno escolhido pela coordenação para o CC (Figura 20), já havia um pequeno cômodo de alvenaria, cujo morador já estaria em negociação para se mudar para um terreno próximo, ainda dentro do território da Ocupação. Não tive a oportunidade de conversar com este morador, o que poderia trazer uma outra visão de sua “remoção”<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> A lei de assistência técnica, nº 11.888 sancionada em 2008, poderia ser considerada um protocolo a ser seguido. A proposta se inspirou no Sistema Único de Saúde (SUS) e em outras abordagens do campo da assistência social (Borel, 2019, p. 52). Embora a Lei ainda precise ser devidamente regulamentada, pode ser considerada um avanço para o campo da arquitetura. As etapas burocráticas e o regime convencional de processo de projeto prescritos pela Lei dificultaram que fosse pensada para este caso.

<sup>38</sup> Mesmo dentro de uma Ocupação, na qual os envolvidos lutam para não serem despejados, podem haver negociações que envolvem uma remoção, como neste caso. Curiosamente, a remoção aqui não significa a

Noutro encontro marcado com lideranças, depois que o terreno foi apresentado, passamos a conversar sobre a função dos ambientes do futuro CC. A escolha por um edifício de dois pavimentos já estava feita: um posto médico no térreo e o Centro de Convivência propriamente dito no segundo andar. Nesta reunião, propus que envolvêssemos outras moradoras para discutir a necessidade ou não pelo Centro de Saúde, mas a sugestão não foi imediatamente bem aceita. O argumento colocado pelas lideranças dizia respeito às expectativas que os moradores hipoteticamente envolvidos no processo poderiam cultivar. Se a proposta não desse “certo”, as lideranças ficariam sobrecarregadas com as cobranças e insatisfações possivelmente direcionadas a elas. De uma forma ou de outra, há uma tendência na posição de coordenações de uma Ocupação (e em boa parte das figuras associadas à posição de liderança) de centralizar as decisões, o que também as força a assumir as responsabilidades sobre as escolhas que realizam representando o interesse dos moradores e sobre os conflitos para os quais são constantemente chamadas a resolver. Essa responsabilidade é inseparável do lugar de representantes dos interesses locais que as lideranças ou coordenações ocupam.



Figura 20. Terreno escolhido para construção do Centro de Convivência. Fonte: acervo pessoal, 2017.

---

mesma remoção comumente operada pelo Estado, mas algo que se realiza mais vinculado às relações cotidianas, através de uma comunicação entre pessoas que têm trajetórias sociais semelhantes. Isto não ocorre quando técnicos, aparato repressivo e/ou decisões judiciais são acionados para efetivar um despejo de grande escala.



Figura 21. Terreno escolhido para construção do Centro de Convivência. Fonte: acervo pessoal, 2017.

Diante dos argumentos para envolvimento de outras moradoras no processo de projeto, marcamos uma assembleia com o tema do CC. A reunião aconteceu no terreno escolhido para sua construção, num dia ensolarado e sem cobertura para se proteger do sol ou mesas e cadeiras para as pessoas se acomodarem. Foi um encontro organizado no esquema orador no centro e espectadores ao redor formando uma meia lua (Figura 22), e envolveu cerca de 40 pessoas, que eram, em sua maioria, moradores da vizinhança imediata ao lote. Para o encontro, elaborei uma maquete e um desenho representando o lote.



Figura 22. Assembleia para tratar do Centro de Convivência. Fonte: acervo pessoal, 2017.

No acordo realizado entre prefeito e lideranças, os materiais seriam doados e os moradores construiriam o CC, mas precisariam apresentar um projeto arquitetônico para isso. A maquete e o desenho do lote foram feitos exclusivamente por mim, nos laboratórios da PUC Minas, com o intuito de chamar a atenção das pessoas para a organização da obra e para a proposta de edificação que poderia ser pensada coletivamente.

A experiência direta no (e do) espaço caracteriza os processos pelos quais a autoconstrução se materializa na Ocupação, isto é, na autoconstrução da moradia, os processos convencionais de projeto (levantamento-projeto-obra) quase não existem. Uma maquete, por exemplo, não seria facilmente assimilada sem que a lógica pela qual ela representa o espaço fosse familiar às pessoas, o que forçaria uma tendência de que ela seja, primeiramente, “explicada”. Esta “explicação”, e mesmo o aspecto autoral da maquete, caracterizam parte desta “tradição” no campo da arquitetura, em que a autoridade sobre os códigos de representação e conhecimento do espaço é atribuída aos planejadores de forma generalizadamente naturalizada.

O processo de projeto foi acionado para atender uma demanda que traria benefícios aos moradores. Para atender a demanda, o projeto foi necessário, mas o processo pelo qual ele seria elaborado não foi estabelecido como condição para a doação de materiais, apenas o projeto. É possível dizer, então, que haviam possibilidades para que o produto arquitetônico fosse concebido buscando mobilizar algum horizonte de transformação radical (no sentido emancipatório da autogestão sócio-espacial), já que impeditivos burocrático-formais não estavam envolvidos na proposta de doação. Contudo, as definições das funções que os ambientes teriam, o chamado programa arquitetônico, foram tomadas por duas lideranças e um arquiteto, numa comunidade com mais de duas mil famílias. Para além do aspecto quantitativo, a figura do arquiteto é representativa do poder (conhecimento) sobre uma suposta ordem pela qual todos ou quaisquer espaços “funcionariam bem”. Em geral, esta posição tende a ser naturalizada: quem estudou arquitetura sabe mais sobre o espaço do que aqueles que não estudaram. O problema deste raciocínio é que ele isola o espaço das relações sociais, e vice-versa. Isto é, não há bom funcionamento do espaço sem que as pessoas que o produzem e vivem nele tenham boas condições de vida e produção. Por isso, quando o programa arquitetônico define as funções do espaço, as relações entre as pessoas tanto para produzir quanto para usar o espaço definido são também fixadas, forçando uma cristalização das possibilidades. Vale ressaltar que, nestes primeiros movimentos desta prestação de serviços, prevaleceu a lógica da urgência e da necessidade, nas quais os materiais que seriam doados funcionaram como fim a ser alcançado, dificultando que outros objetivos pudessem ser levados em conta no processo.

Após as falas das lideranças e apoiadores, abandonando a proposta de utilizar a maquete, propus que cada morador levasse para casa um papel em branco e colocasse nele, como bem entendessem, aquilo que desejasse para o CC. A grande maioria das 40 pessoas presentes no encontro reagiu se desviando tanto do lápis quanto do papel que estava sendo entregue. A proposta foi apresentada aos moradores de forma que o centro médico no primeiro pavimento e o CC no segundo já estavam dados. Ainda assim, alguns moradores aprovaram a proposta e aceitaram a sugestão. O resultado, semanas depois, foi curioso: ao lado de diversos desenhos, croquis de trabalhadores da construção civil, e até de poemas, alguns moradores escreveram palavras como “rede esgoto”, “semigui” (CEMIG), “calçamento” e COPASA. Os desenhos demonstraram contundentemente em qual direção estava

apontando o imaginário dos potenciais “usadores” do CC: para as infraestruturas públicas de “urbanização” da Ocupação.

Quando as falas se encerraram, uma quantidade enorme de roupas para doação foi colocada em cima de uma lona esticada no chão. Os moradores se juntaram para escolher as roupas e as propostas de tratar do Centro de Convivência foram imediatamente abandonadas (Figura 23).



Figura 23. Fotografia do momento de doação de roupas. Fonte: acervo pessoal, 2017.

Ainda assim, nesse momento, três moradores que trabalham como mestres de obra e pedreiros se reuniram em torno da maquete e da planta impressa do lote. Eles discutiam como seria a estrutura da edificação e sua disposição em relação a um muro de arrimo, de necessidade aparentemente indiscutível de seus pontos de vista. Recebi deles explicações detalhadas da malha de pilares, do cruzamento dos cintamentos e da posição do muro de arrimo. Dali, encaminhamos novos encontros para aprofundar a discussão.

No primeiro encontro, o desenho efetuado por um dos moradores (Figura 25), que é pedreiro e estava presente na assembleia sobre o CC, foi o ponto de partida para a discussão. O desenho indica que as prescrições do programa definido anteriormente foram disciplinarmente seguidas. Como não houve uma aposta contundente em mecanismos de mobilização da imaginação das pessoas, a tendência é de que se reproduzam as referências

de ordenamento espacial hegemônicas. Os consultórios, as enfermarias os banheiros e entrada e saída de ambulância foram desenhados sem que a razão pela qual estes ambientes são importantes tenha sido, intencional e abertamente, questionada ou mencionada por alguma pessoa na assembleia ou nas reuniões para discussão da proposta de projeto.

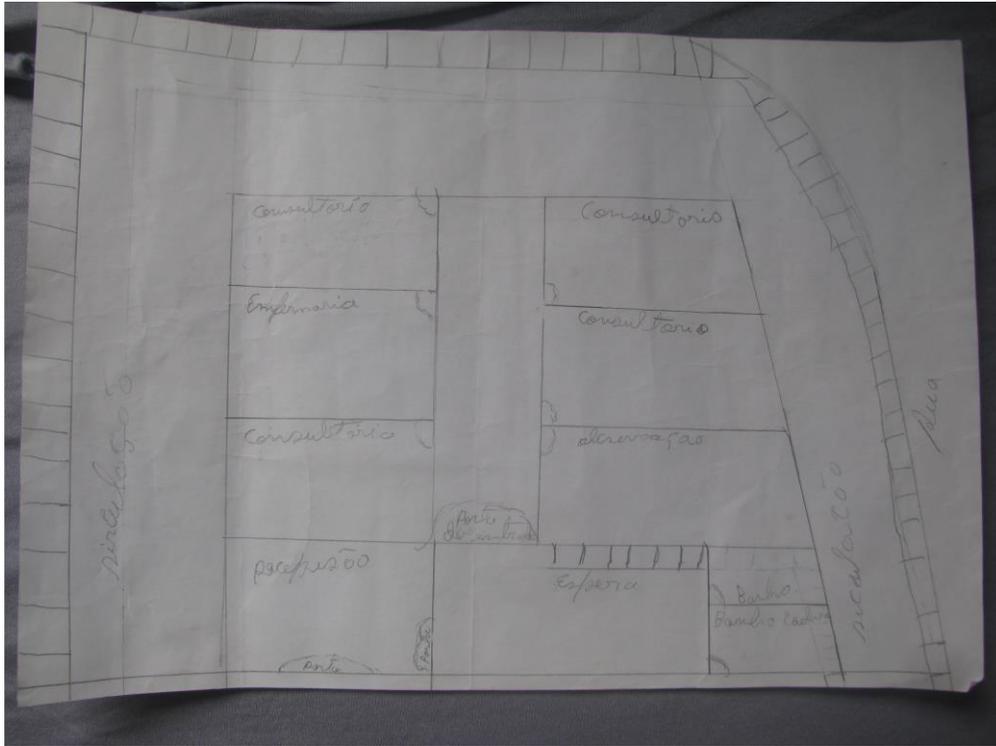


Figura 24. Desenho efetuado por Seu Zé a partir da assembleia organizada para debate sobre o CC. Fonte: acervo pessoal, 2017

Promovemos outras reuniões, entre as quais fomos avançando nas determinações de estrutura e de disposição dos ambientes para o posto médico no primeiro andar e para o CC no segundo. Acumulamos uma quantidade considerável de papel, com esboços, cálculos e orçamentos. Na quarta reunião, levei um computador para o encontro e, utilizando o Sketch-Up, a discussão ficou mais agitada. Enquanto eu mexia no mouse e teclado, os moradores apontavam na tela discutindo as melhores soluções. A representação em três dimensões que o programa fornece estimulou as resoluções técnicas acerca da edificação, ainda que não estivéssemos diante de sua materialidade. O computador que levei, bem como o software utilizado, foi eficiente para acelerar o processo em direção ao produto. Poderíamos argumentar que o Sketch-Up é mais eficiente que o AutoCad, por exemplo, porque cria imagens que exigem menos compreensão dos códigos de representação para serem

assimiladas. Contudo, a utilização dos programas não facilita que os envolvidos possam assumir a posição de decisores do planejamento do espaço, pelo contrário, reforça a noção de que são os arquitetos que possuem as ferramentas corretas para concretizar uma suposta "boa arquitetura". O computador e os softwares não são corriqueiros no dia a dia de trabalhadores da construção, e neste sentido, ampliam a lógica de dependência por especialistas e pelos códigos especializados.

Obviamente, havia um objetivo que, em algum grau, estava sendo compartilhado: elaborar o projeto. A questão central é que o processo não conduziu, ativa e objetivamente, à problematização de fatores que vão além das decisões já tomadas. O mais importante, questionar a forma pela qual os espaços estariam de acordo (ou não) com as demandas reais dos moradores, questionar de que forma o CC teria seu funcionamento mantido, com quais recursos, ou até mesmo a possibilidade de alterar radicalmente a proposta que define um CC, não foram cogitados. A pressão para que o produto arquitetônico ficasse pronto rápido condiz com a justificativa de que os moradores não poderiam perder a doação de materiais. É um argumento importante porque muitas pessoas se mostraram seguras de que o CC traria benefícios inegociáveis para a Ocupação. Para que o CC fosse de fato autoconstruído, isto é, para que o processo de realização (abstrata e material) da edificação fosse guiado pelos seus "usadores", não haveria porque reproduzir a sequência naturalizada levantamento-projeto-obra, uma vez que são referências externas ao grupo, típicas do planejamento instituído; não são, assim, características universais da produção do espaço. Nestes episódios, as atividades propostas tiveram algum caráter coletivo, mas não propuseram mudanças radicais no processo de produção (do espaço microlocal). Pode-se considerar que os momentos de concepção autoral da maquete, de usos de softwares especializados, e de criação de um programa rígido correspondem a regras heterônomas que foram incorporadas irrefletidamente.

Os detalhes deste processo de prestação informal de serviço de arquitetura urbana podem contribuir para elucidar a produção heterônoma do espaço de uma forma geral. Sem reflexões sobre a forma pela qual situações corriqueiras se tornam complexas, sem questionar como surgem brechas nesta lógica de produção heterônoma, tendem a predominar reproduções mecanizadas de processos já conhecidos. A autogestão sócio-

espacial, como horizonte de transformação radical, sugere que estas aberturas são frágeis e incompletas, mas, em alguma medida, possíveis.

A necessidade de conceber um projeto de arquitetura, como condição para o atendimento de uma demanda não refletida, já indicava que viriam à tona os paradigmas sociais amplos, e que haveria uma tendência de que o processo se desse de acordo com as arbitrariedades gerais que caracterizam o modo de produção capitalista. Na escala do território da Ocupação, as experiências descritas revelam os entraves que as iniciativas de assessoria buscam romper, mas que, por vezes, pode os reforçar.

Uma das primeiras decisões tomadas em relação à organização do espaço foi o estabelecimento de que um programa arquitetônico seria necessário. As lideranças, representantes orgânicas<sup>39</sup> do conjunto de moradores da Ocupação, e eu, representante da instituição que produz conhecimento, decidimos quais seriam as funções para os ambientes do CC, e mais que isso, decidimos o motivo pelo qual aquelas funções estariam de acordo com a vontade dos moradores, mesmo que não tenhamos mencionado ou notado isso. A noção de problematização-aprendizagem, voltada para esta situação específica, poderia considerar este ambiente de decisão e de criação uma possibilidade de ampliar e aprofundar os questionamentos sobre o distanciamento em relação aos moradores, que seriam fundamentais para construção e manutenção cotidiana do CC. Fomos tomados pela lógica da produtividade, da urgência e da necessidade, de forma que receber a doação dos materiais de construção ganhou caráter de objetivo absoluto, de fim em si mesmo. O aspecto determinista do programa arquitetônico poderia ter sido substituído pela oferta de mecanismos de reflexão e problematização sócio-espacial, isto é, a necessidade de se equacionar os ambientes do CC com rapidez e objetividade tratou de dificultar uma maior abertura para as possibilidades, que são tantas quanto a variedade de pessoas para as quais o CC seria útil, ao invés de buscar formas de explicitação daquilo que poderia ser encarado como possível. Não há modelo a seguir para que esta explicitação ocorra, mas pensar como possibilidades, contradições e questionamentos sobre o espaço e sua utilização podem ser apresentados já seria parte importante de avanços nos trabalhos de assessoria técnica, do ponto de vista da abordagem sócio-espacial.

---

<sup>39</sup> Isto é, as lideranças assumem o papel de representantes políticos sem que essa representatividade esteja em conformidade plena com o formato institucional, com leis específicas a serem seguidas.

Ao fim das reuniões, e sob a pressão para entrega do projeto, transpus os desenhos para representação em planta com as disposições gráficas que um documento técnico exige. Encaminhamos a proposta para a prefeitura como combinado, mas não obtivemos nenhuma resposta e as expectativas relativas ao CC foram deixadas de lado.

Problematização-aprendizagem é uma noção construída a partir do conceito de diálogos problematizadores de Paulo Freire. Os processos de aprendizagem são inseparáveis do que emerge de novo com o que Freire chama de superação da situação-limite, permitindo que o inédito-viável seja vislumbrado. Neste sentido, os dois conceitos, situação limite e inédito viável, poderiam ser encarados a partir de uma relação dialética, resultando na problematização-aprendizagem. Problematizar implica aprofundar criticamente a situação concreta tratada, neste caso, pelas assessorias, enquanto processos de aprendizagem se instalam como desdobramentos das novas visões sobre o objeto problematizado. Estas operações simples, problematizar e aprender, representam esforços de permitir que seja dada continuidade à situação educativa, fundamentalmente quando os assessores vão embora. Isto é, a capacidade e a responsabilidade pela problematização-aprendizagem não são atribuições exclusivas de pesquisadores, técnicos ou assessores, mas compõem, igualmente, exercícios fundamentais àqueles para os quais as assessorias se dirigem. A criação de problemas significa superar situações-limite permitindo que inéditos-viáveis tornem-se possíveis. Em outras palavras, problematização-aprendizagem é uma criação na qual visões fatalistas tornam-se desafios a serem resolvidos por meio do esforço crítico e da ação concreta na realidade. Esta noção parece contribuir para avançar em direção ao horizonte emancipatório da autogestão sócio-espacial, uma vez que busca revelar hierarquizações e separações típicas da sociedade burguesa, com vistas à sua superação. Nos termos de Freire,

“A libertação desafia, de forma dialeticamente antagônica, oprimidos e opressores. Assim, enquanto é, para os primeiros, seu “inédito viável”, que precisam concretizar, se constitui, para os segundos, como “situação-limite”, que necessitam evitar”. (Freire, [1968] 2016, p. 157)

Este exemplo de uma contratação informal de serviços de arquitetura aponta situações a serem consideradas a partir do caráter pedagógico da abordagem sócio-espacial. Não havia, como é possível que se espere de moradores de uma Ocupação Urbana, engajamento sólido e dominante em torno da construção de espaços de uso coletivo; os moradores que se

engajaram na proposta tem alguma familiaridade com a figura do arquiteto e com a construção de edificações, enquanto a maior parte deles permaneceu quase indiferente à proposta. Ter em vista a problematização-aprendizagem neste caso relatado revela que a demanda pelo CC foi criada em encontros com o prefeito (e em seguida com o arquiteto), e não a partir de reflexões acionadas pelos moradores, que seriam os “beneficiados” pelo acordo. A assessoria problematizadora, neste sentido, seria aquela dedicada à criação de ambientes ou situações nas quais esta demanda possa ser efetivamente refletida pelos moradores que se dispuseram a contribuir na construção do CC. Disparar engajamento crítico por meio da problematização-aprendizagem significa que a decisão tomada, coletiva ou individualmente, possa ser deslocada de sua primeira função, criando novos problemas a serem envolvidos e, com isso, novos fins a serem alcançados no processo. Este deslocamento significa a priorização do processo em relação ao produto, permitindo que a valorização excessiva da própria produtividade possa ser questionada. Igualmente, o caráter urgente daquilo que emerge como necessidades inegociáveis também poderiam vir a ser caracterizadas a partir da reflexão crítica, por quem de fato as vivencia, e não como condições exclusivamente incontornáveis e/ou pré-estabelecidas por agentes externos.

Problematização-aprendizagem, neste sentido, poderia sugerir caminhos para abordagens de assessorias técnica numa direção problematizadora, permitindo que, no contato entre saberes distintos, a situação educativa se instale por meio de processos não-heterônomos, nos quais assumir a assimetria de poder passa pela recusa da ênfase no produto e na produtividade e pela abertura à transformação de objetivos previamente estabelecidos. O vínculo entre o trabalho de transformação do espaço e a dinâmica de interação e convívio entre as pessoas seria, então, uma forma possivelmente facilitadora do exercício desta problematização aprendizagem. Neste sentido, o conhecimento técnico envolvido na assessoria problematizadora incide sobre a ótica sócio-espacial, expondo e apresentando conexões entre espaço, trabalho e vida cotidiana que poderiam estar escondidas pela força de suas reproduções irrefletidas. Portanto, a heteronomia instituída nas e pelas sociedades burguesas é tanto uma característica da produção hegemônica do espaço quanto da produção hegemônica das relações sociais, de forma que caberia às assessorias perseguir a (auto)construção de ambientes nos quais processos de aprendizagens

e de “desaprendizagens” possam se direcionar a outras produções sócio-espaciais, não-heterônomas.

Algumas considerações sobre o funcionamento do sistema educacional na reprodução das relações instituídas são tratadas no próximo capítulo de forma abrangente. O caráter pedagógico de abordagens sócio-espaciais poderia servir de base para avanços problematizadores em relação ao papel das assessorias na transformação sócio-espacial, e para tal, o debate sobre o sentido da educação e o funcionamento das escolas (inclusive a universidade) será um pouco mais elucidado.

### **3. Caráter pedagógico da abordagem sócio-espacial ou pedagogia sócio-espacial**

A proposta da pedagogia sócio-espacial foi criada a partir da iniciativa de um grupo de estudos do qual faço parte desde de 2020, e que é composto em sua maioria por arquitetas e urbanistas, mas também integra filósofos, cientistas sociais e educadores. As inquietações que compartilhamos neste pouco mais de um ano de encontros semanais tratam das possibilidades de transformação sócio-espacial (e educacional) para além do modo de produção capitalista, que possam superar os projetos reformistas inerentes à manutenção da auto-alienação instituída. O grupo se dedica a investigar o caráter pedagógico da abordagem sócio-espacial, suscitado a partir de experiências que lidam com diversas dificuldades relacionadas ao engajamento crítico de pessoas dispostas em situações potencialmente educativas e à reprodução de *práticas escolarizadas*, nas quais os especialistas são chamados para resolver problemas porque “detêm o conhecimento para isso”. São situações nas quais assessorias e prestações de serviços em arquitetura urbana predominantemente se inscrevem, com pouca ou nenhuma reflexão sobre a heteronomia no contato entre saberes popular e técnico. Pedagogia sócio-espacial sugere, por isso, esforços de reflexão (problematização) sobre o papel das assessorias na busca pela superação das sociedades burguesas, ainda que limitadas por elas, ensaiando processos de aprendizagens (e de “desaprendizagens”) com vistas a práxis de caráter emancipatório.

A socialização no interior do sistema escolar representa uma base fundamental à reprodução das relações sociais de produção, de modo que concentra esforços para manter a dinâmica de divisão do trabalho. A manutenção da acumulação capitalista, que não é meramente conjuntural, mas histórica, e por isso, estrutural, faz aparecer como impossíveis as tentativas de encontrar saídas que ultrapassem uma espécie de validação irrefletida de tendências excludentes no interior de atividades educacionais, que se reduzem à formação institucionalizada para a atividade produtiva, cada vez mais, especializada. Caberia, por isso, diferenciar educação (instituída) de pedagogia (como horizonte autogestionário de transformação sócio-espacial). A tese de doutorado de Guilherme Arruda, defendida neste ano de 2021, integra parte do debate mais amplo acerca da pedagogia sócio-espacial.

Pedagogia aqui é entendida como um conjunto de meios para atingir certos objetivos educacionais, ou seja, a definição de uma pedagogia depende, antes de tudo, das aspirações de um dado processo educacional. A pedagogia, desse modo, é subordinada à educação: antes de “como educar?”, devemos perguntar “para que educar?”. [...] Todavia, a palavra *educar* é um tanto contraditória para qualquer atuação compromissada com a autonomia e a emancipação, uma vez que pressupõe um processo de uma via no qual alguém que sabe mais *educa* e alguém que sabe menos é *educado*. [...] a palavra *educação*, sob esse ponto de vista, indica um processo embrutecedor por reforçar as diferenças de conhecimento em vez reconhecer o potencial transformador dos distintos saberes e das distintas capacidades. (Arruda, 2021, p.152-3)

A busca por uma dimensão pedagógica nas fundamentações teóricas que servem de referência para as assessorias às Ocupações Urbanas não deve ser confundida com a proposta de levar aos moradores, lideranças e movimentos sociais a fórmula sócio-espacial para que, enfim, todos se emancipem. Não existem estas garantias. Trata-se de buscar entrever outras estruturas de produção do espaço (de aprendizagem), isto é, trata-se de imaginar, crítica e inventivamente, disposições (continuamente) abertas a instituições de outras relações sócio-espaciais. Da ideia de que tanto psiquê quanto sociedade possam se auto-alterar emerge a aposta na emancipação enquanto processo necessariamente benéfico ao conjunto da vida social, e por isso, igualmente benéfico a cada indivíduo que edifica e se submete à instituição da sociedade. Ao caráter pedagógico que envolve este (virtual e possível) processo de transformação sócio-espacial correspondem caminhos, sempre temporários como a própria relação sujeito-mundo, de aprendizagens e “desaprendizagens”

que possam se desdobrar em movimentos continuamente incompletos de *autoaprendizagem*<sup>40</sup>. Técnicos das assessorias, moradores pobres, lideranças, militantes e apoiadores se inscrevem nesta abordagem em constante interação dialética com atores não humanos, eventos, recursos, espaços e tempos diversos, e todos em interações mútuas.

A formação para atuação profissional segundo a lógica do trabalho estranhado começa já no ensino básico. O desenvolvimento do aluno como tal, desde os primeiros anos de vida, está condicionado ao imperativo da didática e da instrução nas escolas, nas quais o professor é o detentor especial e exclusivo do conhecimento. As escolas, em geral, adotam este critério heterônomo de determinação do objeto que se deve aprender e em qual etapa da vida ele deve ser tomado (Illich, [1971] 1985, p. 55). O ingresso nas instituições de ensino funciona como uma promessa de alcançar as vantagens trazidas pelas posições sociais ocupadas pelos especialistas escolarizados, de modo que (re)produz as condições para a aprendizagem segundo critérios de distinção social ao nível do trabalho que será realizado quando o ciclo escolar se encerrar. Dessa forma, o título de especialista torna-se uma ferramenta de hierarquização e competição entre as “mercadorias-mão-de-obra” já no interior da escola, e quanto mais tempo dedicado à instituição de ensino, maior é a capacidade específica dessa mercadoria de gerar (mais-)valor. O sistema escolar funciona como consignador do mercado de força de trabalho para o capital (Idem, p. 26). A desescolarização da sociedade, nesta obra de Illich, é uma crítica à institucionalização da organização e do desenvolvimento da vida humana na sociedade capitalista. Ou seja, a família, a religião, a medicina, o Estado etc. são instituições que cumprem este mesmo papel: mantém um imaginário em que a posição social hierarquizada segundo valores burgueses é tomada como objetivo inegociável para alcançar o progresso. A escola tem a função de retomar este ciclo de socialização no qual as instituições se especializam no atendimento ao “cliente” (Idem, p. 52).

A internalização das posições sociais hierarquizadas gera regras de conduta fundamentais aos procedimentos de reprodução da sociedade capitalista, dentro e fora do sistema escolar. Dessa internalização decorrem perspectivas individuais de ascensão social que perseguem os ideais da sociedade global mercantilizada, isto é, não só os trabalhadores,

---

<sup>40</sup> “É por esse motivo que aqui falamos, então, não de uma *educação*, mas sim de uma *autoaprendizagem* para a emancipação cidadã, entendendo que, ao invés da transmissão hierárquica do conhecimento, apostamos na construção dialógica, e segundo, em relação ao prefixo *auto*, que é a partir da própria inteligência e interesse que as pessoas apreendem.” (Arruda, 2021, p. 153)

mas também os estudantes incorporam as aspirações das classes dominantes (Mészáros, 2008).

O sistema escolar não dá margem para tornar realidade a promessa de ascensão social que representa. E, mesmo quando essa promessa é cumprida, isto é, nas situações em que um ou outro aluno é “bem-sucedido”, não há garantias de transformações da prática social, pelo contrário, há um reforço da hierarquização das posições ocupadas pelos estudantes mais “aplicados”. Se o objetivo da escola é preparar as pessoas para o trabalho especializado, a educação (instituída) não poderia fornecer a elas a capacidade de assumir o controle de sua própria aprendizagem. Assim, trata-se de uma educação escolar limitada pela estrutura social que se reproduz para manutenção da produção (de conhecimento) fundada e constantemente (re)organizada para geração de mais-valor:

Aprendemos na escola que toda aprendizagem profícua é resultado da frequência, que o valor da aprendizagem aumenta com a quantidade de insumo (input) e, finalmente, que este valor pode ser mensurado e documentado por títulos e certificados. (Illich, [1971] 1985, p. 52)

Neste sentido, a práxis que visa a transformação sócio-espacial implicaria acionar processos de aprendizagem que recusam a naturalização de prescrições e assistencialismos, que acentuam passividade. O estabelecimento da lógica de prestação de serviços para demandas individualistas mantém a reprodução e o aprofundamento das dependências em relação à aprendizagem porque dificulta consideravelmente as condições para problematizações mais fecundas. Uma transformação profunda e radical da educação e de suas estruturas não poderia ocorrer sem uma igualmente profunda e radical transformação da sociedade. Mudanças radicais no sistema escolar exigem mudanças radicais na sociedade que dá sentido a ele (Mészáros, 2008, p.25). Por esta ótica, cabe aos envolvidos numa situação educativa investigar como sua atividade poderia descobrir maneiras particulares de superar os desafios estruturais que lhes são impostos de forma concreta. Os impedimentos que educadores e educandos encontram em suas práticas, embora pareçam impeditivos exclusivamente limitadores, são, na verdade, extremamente valiosos (Freire; Illich, [1972] 2013, s/p). Assim, a investigação crítica seria necessária para apreensão e problematização, de forma que revelam novas descobertas em relação aos limites de uma determinada

situação, exigindo novas aprendizagens em relação aos mecanismos de superação destes limites.

Pedagogia sócio-espacial é uma noção que sugere a existência de brechas em relação aos limites estruturais da situação educativa encarada. Perseguir uma educação emancipatória exigiria refletir de forma ampla sobre os limites estruturais da organização da vida em sociedade, dessa forma, a dinâmica proposta pela noção de autoaprendizagem representa a construção de novas possibilidades (e espaços) educativas. Efetivar algum avanço no sentido de que o aprendiz assuma o controle (e a responsabilidade) sobre seu próprio processo de aprendizagem poderia ser encarado como parte dos esforços desta construção.

Na realidade, a aprendizagem é a atividade humana menos necessitada de manipulação por outros. Sua maior parte não é resultado da instrução. É, antes, resultado de participação aberta em situações significativas. A maioria das pessoas aprende melhor estando <<por dentro>>; mas a escola faz com que identifiquemos nosso crescimento pessoal e cognoscitivo com o refinado planejamento e manipulação. (Illich, [1971] 1985, p. 52)

A “aprendizagem é a nossa própria vida” (Mészáros, 2008, p. 48). Ou seja, não existe uma instituição social que detenha de forma absoluta a capacidade de produzir conhecimento, ela está em todas as pessoas. Para além do caráter controlador do sistema escolar, o controle da aprendizagem passa pela intencionalidade, pela relação que cada pessoa desenvolve com sua própria vida. Assim, em algum grau, todas as pessoas são intelectuais e técnicas. Uma educação que considere esta relação pedagógica de si para consigo mesmo deverá, em algum momento, atingir o ponto em que predomina a apreensão da consciência em relação à própria maneira de conhecer:

[...] não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o Homo faber não pode ser separado do Homo sapiens. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento. (Gramsci, *The formation of intellectuals*, em *The Morden Prince and Other Writings*, 1957, p. 121 apud Mészáros, 2008, p.49)

Desse modo, se todos e todas, ao viver num espaço, passam por processos de aprendizagem e desaprendizagem na construção de saberes ligados ao cotidiano, aí se encontra a abertura para a qual os processos de assessoria às Ocupações deveriam se direcionar. Levando-se em consideração que todos os saberes envolvidos podem ser encarados como conhecimento, as relações sócio-espaciais poderiam facilitar o reconhecimento desses saberes, a aprendizagem própria das trocas de saberes e mesmo a recusa de pressupostos heterônomos que foram naturalizados, necessariamente válida à todas as pessoas envolvidas diretamente na assessoria. Nesta relação com a obra de Illich, abrir-se para a crítica do controle do espaço tendo como referência a possibilidade de produção de *ambientes de autoaprendizagem*, seria um esforço de construção de uma espécie de “desescolarização” das assessorias. Assim, as práticas escolarizadas que são reproduzidas porque naturalizadas poderiam ser reconhecidas pelos técnicos-pesquisadores e recusadas nos limites da prática que desenvolvem.

O “instrucionismo” predominante nas escolas foi constatado por Papert, um professor e estudioso que propôs superá-lo a partir da ideia de “construcionismo”. Para ele, ambas as noções revelam a separação entre a natureza do conhecimento e a natureza da aprendizagem. O instrucionismo é levantado em debates sobre o método didático a ser aplicado nas escolas, enquanto o construcionismo sugere reflexões acerca da subjetividade humana e do conhecimento, já exaustivamente problematizados por pensadores recorrentes na psicologia e na filosofia (Papert; Harel, 1991). Pela ótica do construcionismo, é possível e desejável aprender-fazendo, de forma que a construção do planejamento ou programa educacional que inclui aqueles que aprendem, já é um exercício de transformação da posição de “aprendedores passivos” que os alunos assumem. Neste ponto, Papert e Freire se aproximam:

Daí que, para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade comece, não quando o educador-educando se encontra com os educando-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação. (Freire, [1968] 2016, p. 142)

Entusiasta das novas tecnologias das linguagens computacionais, durante o período embrionário da microeletrônica na década de 1970, Papert já reforçava a necessidade de

transformar os esquemas de construção da aprendizagem, e para isso, o uso do computador guardaria grande potencial. A lógica da programação entrelaçada à aprendizagem nas escolas poderia estimular o envolvimento dos estudantes na construção de programas computacionais, por meio de linguagens básicas, e assim, incentivá-los a assumir o controle do conhecimento que produzem. De uma perspectiva educacional, criar programas de computador poderia fazer parte de um processo de mediação para mudar os critérios que determinam os valores atribuídos a determinados arranjos da produção de conhecimento (Papert; Harel, 1991).

A transferência da responsabilidade sobre a aprendizagem para aquele que aprende, reduzindo a valorização das atribuições do conhecedor-especialista, é, então, útil para reflexão sobre o exercício profissional de planejadores e arquitetos de uma forma geral. A disposição ambiental da moradia ou o parcelamento do bairro só se realizam de fato na medida em que seus “usadores” atribuem os sentidos, os valores, as experiências, a vida social propriamente dita à realidade que os desenhos e códigos buscam representar. O pressuposto de que os planejadores são essenciais para organização dos espaços em que a vida das pessoas acontece parece não levar em conta o fato de que a aprendizagem não é domínio exclusivo dos espaços educacionais, isto é, ignora que ela também acontece no decurso da vida em si. Isso não significa que planejamento e gestão devam ser inteiramente descartados, mas implica reconhecer tanto o caráter instrumental<sup>41</sup> dos espaços geridos e planejados de forma heterônoma quanto o caráter sensível do planejamento e da gestão ordinariamente acionados pelos sujeitos a partir da particularidade da vida cotidiana que reproduzem.

A educação, encarada como determinante para a atividade intelectual dos especialistas (em governar, em ordenar o espaço, em solucionar conflitos etc.) aparece como

---

<sup>41</sup> “O *espaço instrumental* (é assim que os especialistas o denominam) é produzido e manipulado como tal pelos tecnocratas no âmbito global, do Estado, das estratégias. Ele tem o nome burocrático de ‘ordenamento do território’. O que não é apenas uma abstração. De um lado, ele remete ao histórico, e se estabelece sobre as ruínas desse, assim como remete ao antropológico, e mesmo à pré-história. Mas, de outra parte, somente os interesses ditos ‘privados’, os dos promotores imobiliários e bancos, lhe conferem uma existência prática: apropriam-se dele; eles, tão somente eles servem-se do instrumento que o Estado lhes fornece; eles dispõem dos meios, senhores do terreno (apesar de alguns obstáculos institucionais). Isso é mal apresentado pelos teóricos do ‘espaço instrumental’, que assim se esquivam de uma série de questões concernentes à produção do espaço e suas contradições internas-externas. De fato, os próprios ‘promotores’ remetem a algo mais: as técnicas, as forças produtivas, das quais eles dispõem e são os senhores ocasionais.” (Lefebvre, [1974] 2016, p.108) [grifos do autor]

fundamental para a preservação dos “padrões de civilização” e para restringir a desordem e a anarquia. Assim, são mantidas as abordagens elitistas nos discursos e nas práticas educacionais (Mészáros, 2008, p. 48). A ideologia dominante tende a fazer da sala de aula um lugar de regulação dos comportamentos segundo esses critérios elitistas, em que a oposição e a divergência são declaradamente indesejados; a “ordem” é reivindicada como condição para a produção de conhecimento; é ela que gera o “medo de passar vergonha”, por exemplo, o que impossibilita o diálogo; é uma autocensura criada pelos valores burgueses que toma o ambiente educativo e aparece como desassociada das assimetrias produzidas pelos sistemas de opressão (hooks, 2017).

O Estado regula a produção arquitetônica e o planejamento urbano a partir de um conjunto de técnicas cristalizadas, mas que se transformam num ritmo preenchido de etapas burocráticas, de longo prazo, incompatíveis com o ritmo das demandas de quem tem urgência para resolver seus problemas mais imediatos. Para além da questão do ritmo, quando este conjunto de técnicas é replicado em territórios pobres ou periféricos da cidade, elas aparecem como processo de urbanização efetivo, desconsiderando as práticas urbanizadoras auto-construídas e/ou auto-organizadas. Há uma tendência por parte dos técnicos do planejamento urbano, ao entrar em contato com este caráter autônomo da produção do espaço realizada pelos moradores, de constatar e resolver problemas através dos marcos regulatórios oficiais. Ainda que estes marcos possam ter sido elaborados com ampla participação da sociedade civil, coletivos de representatividade técnica, entidades de classe, movimentos sociais etc., na escala local em que eles são aplicados, muitas vezes, prevalece a lógica de constatação-resolução de problemas pelas vias regulatórias/legais.

Portanto, a pedagogia sócio-espacial é este horizonte no qual mesmo depois que o encontro entre conhecimento especializado e popular acaba, ainda que se trate de um pequeno território ou de um pequeno grupo, a capacidade problematizadora dos envolvidos, implicada na ação sobre a situação concreta, não cessa nem se estreita, pelo contrário, se amplia e se aprofunda. Neste sentido, a busca pelos avanços nas assessorias poderia significar exposição de processos, apresentação de condições e impasses, no quais os procedimentos realizados servem como exemplos, e não como referência para ser repetida em outros lugares. O próprio caráter sócio-espacial desta pedagogia indica sua singularidade diante de cada caso, dado que o lugar (a espacialidade) e a subjetividade (as relações

intersubjetivas) não podem ser reproduzidos. Ou seja, a forma sócio-espacial só existe a partir do seu conteúdo, que é reconhecido pela particularidade das relações entre sujeitos e espaço. Assim, o fundamento pedagógico da abordagem sócio-espacial não aplica nenhum tipo de redução uniformizante sobre os sujeitos, mas parte do envolvimento com as condições reais em direção à uma pedagogia sócio-espacial, contínua e crescentemente crítico-transformadora.

#### **4. (QUASE)CONCLUSÕES**

As referências desta investigação se assentam em duas noções principais: o espaço urbano como limite e potência de transformações que visam a superação do modo de produção capitalista e o aspecto auto-referente das mudanças subjetivas e sociais, que pressupõe disposições intencionais para a autonomia coletiva. A partir destas formulações, a emancipação é o horizonte de abordagens sócio-espaciais, de forma que estejam associadas a estratégias e esforços de problematizações que recusem o espaço como mera condição para a prática social e as relações sociais como restritas ao âmbito subjetivo. Para estas abordagens, não basta que análises espaciais sejam anexadas à análises sociais, ou vice-versa, mas implica perseguir brechas analíticas e criativas nas dinâmicas heterônomas da produção do espaço, tendo em vista que sujeitos se atrelam inevitavelmente à sociedade e sua história. Ou seja, se o processo de socialização dos sujeitos não poderia prescindir de uma dimensão espacial, a produção do espaço igualmente remete à questão da heteronomia instituída nas sociedades burguesas. O "sócio-espacial", neste sentido, associado a situações problematizadoras, conduziria à apreensão da manutenção do caráter territorial da acumulação capitalista, tanto no sentido global e histórico de sua instituição, quanto naquilo em que está representado através das relações cotidianas dos indivíduos.

Nestes termos, o planejamento e arquitetura urbanos, ao nível da vida cotidiana dos sujeitos, das relações e das experiências mais diretas que as pessoas desenvolvem, geralmente, na escala da vizinhança, mesmo enquanto preocupações profissionais de técnicos-especialistas e pesquisadores, representam atividades para as quais a subjetividade tende a se individualizar reforçando uma cidadania passiva. Ocorre que a referência ao modo de produção não corresponde meramente à produção de mercadorias (mesmo que

estejamos falando de uma sociedade em que a relação entre mercadorias funciona como relações entre pessoas, e as relações entre pessoas atuam como relação entre mercadorias), mas à própria produção de relações sócio-espaciais, ou seja, tensão e complementariedade entre socialização e produção do espaço. Dessa forma, tendo como pressuposto que tanto planejamento como arquitetura urbanas são atividades às quais os indivíduos estarão sujeitos, abordagens sócio-espaciais facilitariam que o engajamento ativo das pessoas busque tomar o controle destas atividades, para além do modo de produção capitalista. Assim, haveria uma dimensão auto-referente em abordagens sócio-espaciais que retoma planejamento e arquitetura enquanto características das práticas sociais, para as quais diferentes juízos estéticos e técnicos poderiam ser, assumidamente, acionados pelos indivíduos, se deslocando de acordo com diferentes contextos territoriais.

A região da Izidora, em Belo Horizonte, foi o território que serviu de exemplo para desenvolvimento desta pesquisa. As disputas que lá ocorreram na segunda década do século XXI deram grande visibilidade ao conflito, contudo, a invasão capitalista deste território coincide com o desenvolvimento da metrópole belo-horizontina. Desde o final do século XIX, a mobilização da propriedade para extração de mais-valor tem sido equacionada por representantes dos poderes instituídos. Vê-se que o estabelecimento das quatro Ocupações Urbanas criadas em 2013 faz parte de um processo mais amplo, em que o capital se reproduz no e pelo espaço, processo que se “esconde” fundamentalmente através da aparente necessidade inegociável pela “urbanização”. Dessa forma, tendo em vista que a autoconstrução não é uma particularidade deste território, nele, as possibilidades para a construção de ambientes problematizadores por meio de uma abordagem sócio-espacial tendem a ser facilitadas. Ocorre que, moradores de uma Ocupação se formam enquanto grupo produzindo o espaço cotidiano em que vivem, ao mesmo tempo, este espaço os define enquanto grupo em formação, isto é, servem de exemplo para delineações da noção de agrupamento sócio-espacial<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Agrupamento sócio-espacial é um termo que aponta possíveis agendas de pesquisa. Kapp, 2018, esboça os contornos do que viria ser uma investigação nesse sentido: “Numa aproximação preliminar, grupo sócio-espacial designa um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo este espaço constitutivo do grupo, e inversamente, constituído por ele. A articulação entre espaço e nexos social é *necessária e dialética*; necessária porque o grupo não existiria sem ela; dialética porque tensionada e sempre em processo [...] um grupo sócio-espacial produz um espaço e é produzido por ele. Um grupo que dá conta de se constituir produzindo um espaço ou na perspectiva de fazê-lo, terá alguma ideia de autonomia, por mais frágil que seja.” (Kapp, 2018, p. 223) [grifos da autora]. Cabe ressaltar que a concepção de agrupamento é um esforço de

As diferentes políticas municipais de habitação em Belo Horizonte ofereceram importantes contribuições para os desdobramentos, avanços e recuos das lutas sociais na cidade, e vice-versa. Desde o PROFAVELA até a atual revisão do Plano Diretor e a construção da Resolução LII, setores populares diversos integraram debates e processos de decisão no âmbito da habitação no município. Tanto caminhos informais que moradores acionam na resolução de seus problemas habitacionais quanto o debate e o esforço de técnicos-planejadores municipais para diminuir as desigualdades territoriais se retroalimentam, o que se desdobra em conjunturas mais ou menos favoráveis à construção de horizontes autogestionários. Tendo como referência a crítica à participação, ou, o participacionismo, canais institucionais de diálogo e consulta, nos quais setores populares são chamados à participação, de uma forma geral, não necessariamente ampliam a autonomia dos chamados beneficiários, pelo contrário, podem reforçar obstáculos nesta direção. Autogestão, que sugere processos nos quais as pessoas estarão efetivamente engajadas, se torna um horizonte a ser construído, partindo dos problemas locais enfrentados por moradores em direção à continuidade destes esforços. Assim, ainda que em determinados momentos das políticas de habitação, este engajamento pôde ser verificado (sobretudo através de moradores que representam os interesses da totalidade de moradores de um território), a indeterminação dos “resultados finais” e o deslocamento de responsabilidades sobre o controle de recursos, por exemplo, poderiam indicar empenhos numa direção autogestionária, mas não são premissas recorrentes em planos e programas habitacionais em BH. De todo modo, para que os debates sobre diferentes concepções de assessoria técnica neste contexto habitacional do espaço urbano belo-horizontino possam avançar, distinguir participacionismo e horizonte autogestionário já seria um esforço de problematização das experiências concretas e de diferenciação entre prestação de serviços e assessoria.

---

encarar grupos sociais como movimento e não como associação estática entre indivíduos, ideias associadas à teoria ator-rede, criada por Bruno Latour. Uma das cinco incertezas que ele nutre em relação ao aspecto social do conhecimento é que “Não há grupos, Apenas formação de Grupos”. Nos termos do autor, “O mundo social não substitui nada, não expressa nada de maneira mais clara e não pode ser substituído por nada, sob qualquer forma ou disfarce. Ele não é a medida comum de todas as coisas, como um cartão de crédito aceito em todos os lugares. Não passa de um movimento que só pode ser captado, e ainda assim de maneira indireta, quando ocorre uma ligeira mudança numa associação mais antiga, da qual nasce outra nova e um pouco diferente.” (Latour, [2005] 2012, p.62)

A partir de um contato com trabalhos do Escritório de Integração (EI), espaço de pesquisa e extensão vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-MG, foram criadas possibilidades de formação de arquitetos, arquitetas e urbanistas com base na Assessoria Técnica Direta. Principalmente a partir do foco nos conflitos das Ocupações da Izidora, algumas premissas de abertura ao conhecimento vinculado ao aspecto cotidiano e popular foram criadas. Em contato com moradores, lideranças e movimentos sociais, o EI apostou na intervenção material do espaço como ferramenta de participação dos técnicos na produção do espaço urbano, buscando ampliar as possibilidades tecnológicas de engajamento coletivo através da perspectiva sócio-ambiental. Por esta ótica, a urbanização autoconstruída pelos ocupantes traria possibilidades emancipatórias e imposição de limites a elas, simultaneamente verificáveis numa Ocupação. A priorização da presença contínua e do contato direto com as pessoas que vivem no território, principalmente a partir de situações que lhes são familiares, significa a participação de técnicos-especialistas nesta “urbanização”, que “desaprendendo” um suposto “conhecimento sobre o espaço”, buscam apreender que este conhecimento está em todas as pessoas. Assim, o planejamento das atividades extensionistas que serão realizadas, são, em algum grau, alteradas no decorrer dos trabalhos, definindo situações formativas que são também desdobramentos de processos incertos.

Algumas iniciativas de prestação de serviços de arquitetura a moradores e lideranças de uma Ocupação foram trazidas como base para reflexão sobre problematizações sócio-espaciais no contexto da Assessoria Técnica Direta do EI, rumo a assessoria problematizadora. Dessa forma, reflexões críticas que relacionam ações de transformação material do espaço, história local e vínculos atuais entre atores no território poderiam constituir mecanismos de aprofundamentos problematizadores durante a própria atividade de assessoria, recusando a noção de que a necessidade pela melhoria espacial deve criar demandas isoladas de seu contexto diretamente local.

O aspecto pedagógico de abordagens sócio-espaciais retoma a relação entre socialização e produção do espaço urbano, tendo como base a noção de desescolarização da sociedade, pensada por Ivan Illich. O sistema escolar funciona como preparação para reprodução do capital no e pelo espaço urbano, de forma que a fragmentação entre vida cotidiana e ambiente escolar tem sua correspondência em tempos e espaços de trabalho e de aprendizagem distintos. Se a concepção de trabalho sob o modo de produção capitalista

reforça a naturalização da heteronomia na produção da riqueza, os processos de aprendizagem na escola tendem a ser igualmente desvalorizados quando responsabilidade e controle sobre eles é deslocado para os estudantes. O planejamento das atividades educacionais é realizado, quase exclusivamente, por profissionais da educação que aparecem como pessoas que "já sabem" porque o tempo que se dedicaram aos estudos formalizados é considerado suficiente para tal. Avaliações curriculares medem o tempo de dedicação à instituição educacional e são parâmetros de hierarquização dos alunos tal como ocorre nas relações de trabalho, em que posições vinculadas à administração ou coordenação de determinada organização produtiva, por exemplo, funcionam como lugar daqueles que se dedicaram mais e melhor. Assim, sucessivamente, alunos e trabalhadores são preparados para manter a reprodução do modo de produção social, num ciclo de alienação da riqueza e dos processos de aprendizagem. Nesta reprodução, a heteronomia instituída nas e pelas sociedades burguesas se transforma para se manter; não é, portanto, "natural", mas construída através da prática social, na qual tanto empresa quanto escola representam as regras criadas pelo Outro, respeitadas irrefletidamente pelo conjunto da sociedade. Pedagogia sócio-espacial sugere, portanto, horizontes de transformação a partir da construção de ambientes em que aprendizagem e problematização se reforçam na direção emancipatória, ou seja, numa direção que busca ir além do modo de produção capitalista.

Abordagem sócio-espacial pode, enfim, contribuir para avançar o debate e as práticas de assessoria nesta direção emancipatória, o que inclui esforços para estabelecimento de diálogos problematizadores na e pela produção do espaço urbano. A dimensão da vida cotidiana implicada nesta produção retoma a importância das relações sócio-espaciais numa escala local (ou microlocal), potencialmente catalizadora da reflexão crítica por parte dos viventes destas relações. Portanto, a direção a ser tomada pelas assessorias tem como referência a problematização sócio-espacial.

## 5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luiz Antônio Evangelista de. Crise imanente e conflito social na metrópole de Belo Horizonte: reflexões a partir da “questão da moradia”, na região da Izidora. Departamento de Geografia da UFMG: Belo Horizonte, 2017.

ARRUDA, Guilherme Ferreira de. Pedagogia sócio-espacial para democracia radical: uma experiência mediada por interfaces em Glaura. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BITTENCOURT, Rafael Reis. Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-2015). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

BIZZOTTO, Luciana Maciel. #resisteizidora: controvérsias do movimento de resistências das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

CARVALHO, Edézio Teixeira de. Geologia Urbana para todos: uma visão de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1975] 1982.

CONTI, Alfio. A experiência da autogestão em Ipatinga. Uma busca pelo conceito. Belo Horizonte, 1999.

FRANZONI, Julia Ávila. O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabricação jurídico-espacial. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, [1969] 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1968] 2016.

FREIRE, Paulo; ILLICH, Iván. La Educación. Una Autocrítica. [1972] 2013.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. Do PROFAVELA à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

ILLICH, Iván. *Sociedade Sem Escolas*. Petrópolis: Vozes, [1971] 1985.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, São Paulo, V. 20, n. 2, pp. 221-236, MAIO-AGO 2018.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. O paradoxo da participação. Em *Moradia e outras Margens*. Volume 1. Silke Kapp; Ana Paula Baltazar (eds.), 1ª ed. Belo Horizonte: MOM, [2012] 2021.

KASTRUP, Virgínia. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1273-1288, Set./Dez. 2005.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, [2005] 2012.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: O direito à cidade II*. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1974] 2016.

LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism. Reproduction of the relations of production*. New York: St. Martin's Press, [1973] 1976.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade Ocupada*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.

MARX, Karl. *O capital Livro I Capítulo VI (inédito)*. 1ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., [1867] 1978.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAPERT, Seymour. Does it easy to do it? Children, Games, and Learning. *Game Developer Magazine*, 1998, p. 82.

PAPERT, Seymour; HAREL, Idit. *Situating Constructionism*. Ablex Publishing Corporation, 1991.

PENNA, Alícia Duarte; PIRANI, Denise; BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho; COTEGIPE, Hilda; BATISTA, Maria Elisa; MOTTA, Silvio Romero Fonseca; LOURENÇO, Tiago Castelo Branco; SILVA, Viviani Zerlotini da. O político-pedagógico na prática: como faz-pensando o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. In *Na cidade: micropolíticas e modos de existência*; (Org.) Adriana Maria Brandão Penzin; Robson Sávio Reis Souza; Claudemir Francisco Alves. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, Nesp, 2019.

POGREBINSCHI, Thamy. O enigma do político. Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUES, Guilherme de Abreu Basto Lima. O Caso Izidora: as Ocupações Urbanas e a reprodução do espaço em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SIMIÃO, Daniel Schroeter; LIMA, Deborah Magalhães; SAMPAIO, Alexandre Lima; FARIA, Ana Tereza; SANTOS, Cynthia Adriadne; NASCIMENTO, Laura Gomes; SIQUEIRA, Otávio Rocha de; GUIMARÃES, José Luis Braga; CAMPOS, Juliana Miranda Soares; CAMPERA, Luiza. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Mangueiras. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais (NuQ) – UFMG, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: atualidade e dificuldade das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. Revista Cidades v.9, n. 15, pp. 59-93, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Por uma geografia libertária. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.